

REVISTA BIMESTRAL PARA SACERDOTES E AGENTES DE PASTORAL

Roteiros homiléticos
Maria de Lourdes Corrêa Lima
p. 39



Caros leitores e leitoras,

Graça e Paz!

Na celebração dos 50 anos de abertura do Concílio Vaticano II, o papa Bento XVI convoca toda a Igreja a celebrar o Ano da Fé. Isso nos inspira a todos o aprofundamento nas riquezas proporcionadas pelo concílio para a vivência da fé na atualidade, fruto de seu empenho para responder às inquietações e aos desafios dos novos tempos e tornar a Igreja e sua doutrina compreensíveis e significativas para o presente e para o futuro.

Vemos hoje certa frustração com muitas promessas da modernidade que não se realizaram. Por exemplo, o racionalismo garantiria a redenção da humanidade única e exclusivamente pela razão, ao passo que a tecnologia seria a solução para todos os problemas. Se trouxeram benefícios, produziram também a bomba atômica, o holocausto, grandes guerras, a destruição da natureza. A redenção que assim se ofereceria a todos continua limitada a pequena parcela da população mundial, enquanto, por outro lado, persistem as ocorrências de trabalho escravo ou semiescravo em pleno século XXI e enormes contingentes de trabalhadores padecem terrível exploração e miséria, embora sejam os produtores das mais avançadas tecnologias. São perceptíveis as manifestações de vazio existencial e de carência de transcendência.

A modernidade negou em grande parte a religião, a fé, a transcendência e, sobretudo, certas expressões religiosas que para o mundo moderno eram incompreensíveis ou injustificáveis. Paradoxalmente a fé ressurge hoje com múltiplas feições, até mesmo de modo um tanto quanto “selvagem”, em uma inundação barata de experiências religiosas que banalizam o sagrado, banalizam a mensagem de Cristo, transformando-a em meros slogans de marketing apelativo e formas de enriquecimento material. A busca de sentido para a vida e de transcendência também muitas vezes se reduz à ilusão do consumismo, do poder, do prazer, da fama e da

posse de coisas materiais, que, transformados em absoluto, tendem a produzir frustração, entre outros problemas. Da mesma forma, cresce o número dos que se declaram sem religião ou vivem a fé a seu modo. Muitos cristãos perderam ou acham que perderam a fé, por terem uma concepção equivocada dela ou a vivenciarem de maneira imatura. A racionalidade avançou, mas a experiência religiosa de muitos continuou infantil; por isso, diante dos primeiros questionamentos, abandonam a Igreja e a vivência da fé. Considerável número de pessoas vê a Igreja de forma negativa, como instituição antiquada.

O Vaticano II empreendeu grande esforço para tornar a fé compreensível para o indivíduo da modernidade e tornar a Igreja e suas estruturas mais aptas a dialogar com este mundo em transformação e ajudar as pessoas de nossa época. Como Igreja, temos muita riqueza teológica e espiritual a oferecer. Em seu artigo, padre Libanio nos diz que a revelação cristã tem profundidade suficiente para dar respostas de maior consistência que simplesmente afagar o desejo do sagrado. A prática de Jesus Cristo, de muitos cristãos ao longo dos séculos, e o legado do Vaticano II trazem intuições fundamenais para responder à *secura científica e tecnológica, à falta de sentido e à busca de transcendência*. Que no Ano da Fé possamos traduzir toda a beleza da fé cristã para as pessoas de hoje, “para fazer brilhar, com evidência sempre maior, a alegria e o renovado entusiasmo do encontro com Cristo” (Porta Fidei, n. 2). Não tornemos a beleza da fé cristã prisioneira do passado, de pompas e vestes vistosas, de expressões de poder, luxo e arrogância que produzem questionamentos e distanciamento, mais que aproximação de quem está fraquejante na fé ou alheio à vivência religiosa.

Pe. Jakson Ferreira de Alencar, ssp

Editor

Twitter: @VidaPastoral

Editora PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO

Diretor Pe. Zolferino Tonon

Editor Pe. Jakson F. de Alencar – MTB MG08279JP

Conselho editorial Pe. Zolferino Tonon, Pe. Darci Luiz Marin, Pe. Valdéz Dall'Agnese, Pe. Paulo Bazaglia, Pe. Jakson F. de Alencar, Pe. Manoel Quinta

Ilustração da capa Luís Henrique Alves Pinto

Editoração PAULUS

ASSINATURAS assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789.4000 • FAX: 3789.4011
Rua Francisco Cruz, 229
Depto. Financeiro • CEP 04117-091 • São Paulo/SP

Redação © PAULUS - São Paulo (Brasil) • ISSN 0507-7184
vidapastoral@paulus.com.br
www.paulus.com.br
www.paulinos.org.br

12570-000 - APARECIDA/SP
Centro de Apoio aos Romeiros - Lojas 44,45,78,79
T.: (12) 3104.1145 • aparecida@paulus.com.br

49010-000 - ARACAJU/SE
Rua Laranjeiras, 319 • T.: (79) 3211.2927
aracaju@paulus.com.br

66019-100 - BELÉM/PA
Rua 28 de setembro, 61 - Campina • T.: (91) 3212.1195
belem@paulus.com.br

30160-906 - BELO HORIZONTE/MG
Rua da Bahia, 1136 - Ed. Arcângelo Maleta
T.: (31) 3274.3299 • bh@paulus.com.br

70304-900 - BRASÍLIA/DF
SCS - Q.1 - Bloco I - Edifício Central - Loja 15 - Asa Sul
T.: (61) 3225.9847 • brasilia@paulus.com.br

13015-002 - CAMPINAS/SP
Rua Barão de Jaguara, 1163 • T.: (19) 3231.5866
campinas@paulus.com.br

79002-205 - CAMPO GRANDE/MS
Av. Calógeras, 2405 - Centro • T.: (67) 3382.3251
campogrande@paulus.com.br

95010-005 - CAXIAS DO SUL/RS
Av. Júlio de Castilho, 2029 • T.: (54) 3221.7797
caxias@paulus.com.br

78005-420 - CUIABÁ/MT
Rua Antônio Maria Coelho, 180 • T.: (65) 3623.0207
cuiaba@paulus.com.br

80010-030 - CURITIBA/PR
Pça. Rui Barbosa, 599 • T.: (41) 3223.6652
curitiba@paulus.com.br

88010-030 - FLORIANÓPOLIS/SC
Rua Jerônimo Coelho, 119 • T.: (48) 3223.6567
florianopolis@paulus.com.br

60025-130 - FORTALEZA/CE
Rua Floriano Peixoto, 523 • T.: (85) 3252.4201
fortaleza@paulus.com.br

74023-030 - GOIÂNIA/GO
Rua Seis, 201 - Centro • T.: (62) 3223.6860
goiania@paulus.com.br

58010-670 - JOÃO PESSOA/PB
Praça Dom Adauto, S/N - Junto à Cúria - Centro
T.: (83) 3221.5108 • joaopessoa@paulus.com.br

36016-311 - JUIZ DE FORA/MG
Av. Barão do Rio Branco, 2590 • T.: (32) 3215.2160
juizdefora@paulus.com.br

69010-210 - MANAUS/AM
Rua Itamaracá, 21, Centro • T.: (92) 3622.7110
manaus@paulus.com.br

59025-260 - NATAL/RN
Rua Cel. Cascudo, 333 - Cidade Alta • T.: (84) 3211.7514
natal@paulus.com.br

90010-090 - PORTO ALEGRE/RS
Rua Dr. José Montauray, 155 - Centro • T.: (51) 3227.7313
portoalegre@paulus.com.br

50020-000 - RECIFE/PE
Av. Dantas Barreto, 1000 B • T.: (81) 3224.9637
recife@paulus.com.br

14015-040 - RIBEIRÃO PRETO/SP
Rua São Sebastião, 621 • T.: (16) 3610.9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

20031-145 - RIO DE JANEIRO/RJ
Rua México, 111-B • T.: (21) 2240.1303
riodejaneiro@paulus.com.br

40060-001 - SALVADOR/BA
Av. 7 de Setembro, 80 - Rel. de S. Pedro • T.: (71) 3321.4446
salvador@paulus.com.br

09015-200 - SANTO ANDRÉ/SP
Rua Campos Sales, 255 • T.: (11) 4992.0623
stoandre@paulus.com.br

65015-370 - SÃO LUÍS/MA
Rua do Passeio, 229 - Centro - T.: (98) 3231.2665
saoluis@paulus.com.br

15015-110 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
Rua XV de Novembro, 2826 • T.: (17) 3233.5188
riopreto@paulus.com.br

01001-001 - SÃO PAULO - PRAÇA DA SÉ
Praça da Sé, 180 • T.: (11) 3105.0030
pracase@paulus.com.br

05576-200 - SÃO PAULO - RAPOSO TAVARES
Via Raposo Tavares, Km 18,5 • T.: (11) 3789.4005
raposotavares@paulus.com.br

04117-040 - SÃO PAULO - VILA MARIANA
Rua Dr. Pinto Ferraz, 207 - Metrô Vila Mariana
T.: (11) 5549.1582 • vilamariana@paulus.com.br

29010-120 - VITÓRIA/ES
Rua Duque de Caxias, 121 • T.: (27) 3323.0116
vitoria@paulus.com.br

VATICANO II: 50 ANOS DEPOIS¹

Pe. José Comblin*

1. Antes do Concílio

A maioria dos bispos que chegaram ao Concílio Vaticano II não entendiam por que e para que haviam sido convocados. Não tinham projetos. Pensavam como os funcionários da cúria: que somente o papa tinha poder de decisão e tudo decidia, não havendo necessidade de convocar um Concílio. Havia, porém, uma minoria bem consciente dos problemas do povo católico, sobretudo nos países intelectual e pastoralmente mais desenvolvidos. Havia experimentado episódios dramáticos da distância entre as preocupações dos sacerdotes mais inseridos no mundo contemporâneo e a administração vaticana. Sabiam o que tinham sofrido no pontificado de Pio XII, que se opunha a todas as reformas tão ansiadas por muitos. Todos os que buscavam uma inserção da Igreja no mundo contemporâneo, constituído pelo desenvolvimento das ciências, da tecnologia e da nova economia, assim como pelo espírito democrático, sentiam-se reprimidos. Havia uma elite de bispos e cardeais que estavam bem conscientes das reformas necessárias e quiseram aproveitar a oportunidade oferecida providencialmente por João XXIII. A cúria não aceitava as ideias do novo papa, e muitos bispos estavam desconcertados porque o modelo de pontificado de João XXIII era bem diferente dos papas Pio's, que se pensava serem a norma desde Pio IX.

As comissões preparatórias do Concílio eram claramente conservadoras e, por isso, no dia da abertura do Concílio, as perspectivas dos teólogos e peritos levados pelos bispos

mais conscientes eram bem pessimistas. Porém, houve o discurso de abertura de João XXIII, que rompeu decididamente com a tradição dos papas anteriores. João XXIII anunciou que o Concílio não estava reunido para fazer novas condenações de heresias, como era o costume. Disse que se tratava de apresentar ao mundo outra figura da Igreja, que a tornaria mais compreensível para os contemporâneos. A maioria dos bispos não entendeu nada e pensou que o papa não dissera nada porque não havia mencionado nenhuma heresia. Para o papa, não se tratava de aumentar o número de dogmas, mas, sim, de falar ao mundo moderno numa linguagem atual e compreensível. Uma minoria esclarecida entendeu o recado e sentiu que teria o apoio do papa na sua luta contra a cúria.

A cúria romana tinha uma estratégia. Havia uma maneira de anular o Concílio. As comissões haviam preparado documentos

* Nasceu em Bruxelas, Bélgica. Doutorou-se em Teologia pela Universidade de Lovaina. Trabalhou na América Latina de 1958 até início de 2011, quando faleceu, no estado da Bahia. Teólogo de larga experiência, lecionou no Equador, Chile e Brasil. Residiu por muitos anos no interior do estado da Paraíba, onde está sepultado, tendo sido autor de vasta obra bibliográfica, grande parte publicada pela Paulus.

Nota:

1. Artigo enviado em janeiro de 2011. Publicado em *A Cincuenta años del Concilio Vaticano II: verdaderas luces y urgentes desafíos*, revista *Alternativas – Revista de análisis y reflexión teológica*, ano 18, n. 41, 2011. Editorial Lascaisiana, Managua, Nicarágua, p. 11-24.

sobre todos os assuntos anunciados. Todos esses documentos eram conservadores e não permitiam nenhuma mudança real na pastoral. Esses documentos seriam entregues às comissões conciliares que os aprovariam, e o Concílio se encerraria em poucas semanas com documentos inofensivos que não mudariam absolutamente nada. Importava fazer uma lista de comissões lideradas por bispos conservadores e explicar ao Concílio que o mais prático seria aceitar as listas já preparadas pela cúria, pois os bispos da assembleia não se conheciam.

O primeiro que descobriu essa estratégia foi Dom Manuel Larraín, bispo de Talca, Chile, e presidente do CELAM. Ele, junto com Dom Helder Câmara – eram amigos íntimos e acostumados a trabalhar juntos –, avisou aos líderes mais abertos do clero. A cúria havia preparado uma lista de membros das comissões, escolhidos de tal maneira que se sabia que aprovariam os textos curiais sem problema. Era preciso, portanto, rejeitar as listas preparadas pela cúria e pedir que as comissões fossem eleitas pelo próprio Concílio. Os líderes, cardeais Doepfner (de Munique, Alemanha), Liénart (de Lille, França), Suenens (de Malinas, Bélgica), Montini (de Milão) e mais alguns, tomaram a palavra e solicitaram que o próprio Concílio nomeasse os membros das comissões, o que foi aprovado com aclamação.

A conclusão foi que as novas comissões rejeitaram todos os documentos preparados pelas comissões preparatórias, o que foi uma afirmação do episcopado diante da cúria romana. O papa estava feliz. Claro que, em poucas horas, Manuel Larraín e Helder Câmara prepararam listas dos bispos latino-americanos que puderam integrar as comissões, e outros fizeram o mesmo para os outros continentes, porque Manuel Larraín já tinha muitos contatos mundo afora. Desde o início ficou claro que o Concílio seria uma batalha passo a passo contra a Cúria romana. O papa não tinha força para mudar a cúria. Até hoje os papas são prisioneiros da cúria, que, em princípio, deveria depender deles. A administração é mais forte que o governante na Igreja, assim como em muitas nações. Nem

sequer João Paulo II atreveu-se a intervir na cúria. Impotente em Roma, passou a viajar pelo mundo, onde foi aclamado triunfalmente.

A maioria conciliar que o grupo de frente conseguiu conquistar não queria ruptura e, por isso, sempre deu importância à minoria conservadora, embora pequena, que representava os interesses da cúria e se identificava com ela. Por isso, muitos textos resultaram ambíguos, porque, após um parágrafo inovador, vinha um parágrafo conservador que dizia o contrário. De um lado, anunciavam-se tempos novos, e logo se abria espaço para os temas antigos da tradição dos papas Pio's. Essa ambiguidade prejudicou muito a aplicação do Concílio.

A minoria conciliar e a cúria não se converteram. Até hoje se opõem ao Vaticano II e encontram argumentos nos mesmos textos conciliares conservadores. Quando João Paulo II citava os textos do Vaticano II, citava os textos mais conservadores, como se os outros não existissem. Por exemplo, na Constituição *Lumen Gentium*, está claro que o destaque é o lugar dado ao povo de Deus. No entanto, quando se trata da hierarquia, o povo de Deus desaparece, e tudo continua como sempre. Em 1985, instigado pelo cardeal Ratzinger, o povo de Deus foi eliminado do vocabulário do Vaticano. Desde então, nenhum documento romano faz referência ao povo de Deus, que era o tema mais importante da constituição conciliar. O cardeal Ratzinger havia descoberto que o povo de Deus era um conceito sociológico, ainda que o conceito de povo não se encontre nos tratados de sociologia. O povo não existe sociologicamente porque é um conceito teológico, bíblico.

Essa situação terá grande importância na evolução posterior do Vaticano II na Igreja. Desde o começo, houve um partido ao qual sempre se deu importância e poder e que lutou contra todas as novidades. Nas eleições pontifícias, que, como sempre, são manipuladas por alguns grupos, o problema do Vaticano II foi decisivo, e os papas foram eleitos porque se conheciam as suas restrições aos documentos conciliares em tudo o que tinham de novo. O papa atual pode viver por mais dez anos ou até mais. Depois dele, podemos pensar que será eleito novamente um papa menos com-

prometido com o Concílio, para usar um eufemismo, porque os grupos que defendem essa posição são bem fortes na cúria e no colégio dos cardeais, e não há sinais de que as futuras nomeações possam mudar de orientação. As últimas nomeações na cúria são eloquentes.

2. De 1965 a 1968

A história da receptividade do Vaticano II foi determinada por um acontecimento totalmente imprevisível. 1968 representa uma data simbólica da maior revolução cultural na história do Ocidente, mais que a Revolução Francesa ou a Revolução Russa, porque atinge a totalidade dos valores da vida e todas as estruturas sociais. A partir de 1968, houve muito mais que um protesto de estudantes. Houve o começo de um novo sistema de valores e uma nova interpretação da vida humana.

O Vaticano II respondeu às interrogações e aos desafios da sociedade ocidental em 1962. Os problemas tratados, as respostas propostas, as discussões sobre as estruturas eclesiais, as ideias sobre uma reforma litúrgica, tudo isso havia sido preparado por teólogos e pastoralistas, sobretudo desde os anos 30 nos países da Europa central, França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Suíça, com algumas franjas no norte da Itália. Estava reconstruída a sociedade europeia destruída pela guerra, e a Igreja ocupava um lugar de destaque na sociedade. Era o governo na Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda, e tinha participação nos governos da França. Na realidade, havia perdido contato com a classe operária; porém, esta já estava diminuindo numericamente devido à evolução da economia em relação aos serviços. O número de católicos praticantes estava diminuindo discretamente. A Igreja tinha um clero fiel, um episcopado bastante ilustrado, ainda que pouco inovador socialmente, mas identificado com os partidos democratas cristãos. O grande problema da Igreja era a tensão entre os setores mais comprometidos com a nova sociedade e o mundo romano de Pio XII, apoiado pelas Igrejas dos países menos desenvolvidos e mais tradicionalistas, como Espanha, Portugal, América Latina, Itália, sobretudo no sul de Florença, e os povos

católicos do sudeste europeu. Os problemas eram estruturais e não alcançavam nem os dogmas nem a moral tradicional.

Em 1968, começava abruptamente uma revolução total, que atingiria todos os dogmas e toda a moral tradicional, assim como todas as estruturas institucionais da Igreja e de toda a sociedade. Em 1968, o Vaticano II teria sido impossível, porque não havia ninguém ou quase ninguém para entender o que estava acontecendo. O Vaticano II respondeu às questões de 1962, mas não tinha nada para responder aos desafios de 1968. Em 1968, o Concílio havia sido um Concílio conservador assustado pelas transformações culturais radicais que começavam.

As manifestações exteriores da revolução dos estudantes em todo o mundo ocidental desenvolvido foram reprimidas com facilidade e, por isso, muitos pensaram que seria um episódio sem consequências importantes. Na realidade, era o começo de uma nova era que prossegue hoje em pleno desenvolvimento. O ano de 1968 significa transformação de toda a política, a educação, os valores morais, a organização da vida e a economia.

1968 é uma data simbólica que evoca os grandes acontecimentos que mudaram o mundo na década de 60, sobretudo a partir de 1965:

a) 1968 significou uma crítica radical de todas as instituições estabelecidas e de todos os sistemas de autoridade. Foi a contestação global de toda a sociedade tradicional organizada. A crítica dirigia-se ao Estado, à Escola em todos os seus níveis, ao Exército, ao sistema jurídico, aos hospitais. Foi uma crítica a todas as autoridades estabelecidas, que mandam pela força das estruturas e fazem dos cidadãos prisioneiros das instituições. Claro está que a Igreja católica foi incluída nessa crítica. A Igreja católica era o modelo típico de um sistema institucional radicalmente autoritário. Ela foi imediatamente atacada e denunciada com vigor. As mudanças conciliares, tão tímidas, não podiam convencer a nova geração. O Vaticano II era totalmente inofensivo se comparado com a revolução cultural que começou em 1968.

b) 1968 também iniciou uma luta contra todos os sistemas de pensamento, que se chamaram “os grandes relatos”. Os sistemas são formas de manipulação do pensamento, são expressões de dominação intelectual. Não se aceita nenhum sistema que tenha a pretensão de ser “a verdade”. Com isso sofrem os dogmas e o código moral da Igreja católica e toda a sua pretensão de “magistério”. O Vaticano II não poderia nem sequer imaginar que tal situação fosse possível. Aí não houve nenhuma discussão de nenhum dogma, e todo o sistema de pensamento nunca foi questionado. Agora, a nova geração contesta todo o sistema doutrinal da Igreja católica porque esse sistema não permite o livre exercício do pensamento. Não que a nova geração queira negar todo o conteúdo doutrinal, porém, não quer aceitar todo um sistema sem antes discuti-lo e não quer aceitá-lo com um bloco. Quer examinar cada elemento, aceitar ou não aceitar.

c) Simultaneamente, houve a explosão da revolução feminista. A descoberta da pílula que permite evitar a fecundação e, portanto, facilita a limitação da natalidade, despertou um entusiasmo universal entre as mulheres que tomaram conhecimento da novidade. Era um elemento básico na liberação das mulheres, que deixavam de ser totalmente dependentes de maternidades repetidas. Era uma novidade para a Igreja também. Nada havia na Bíblia sobre essa tecnologia. Os episcopados dos países mais desenvolvidos socialmente, os teólogos consultados pelo papa manifestaram que não havia nada na moral cristã que pudesse condenar o uso da pílula anticoncepcional. Porém, o papa deixou-se impressionar pelo setor mais conservador, embora minoritário, e publicou a Encíclica *Humanae Vitae*, que foi como uma bomba. Muitos não podiam acreditar que o papa tivesse assinado tal encíclica. Foi uma revolta enorme entre as mulheres católicas. Estas não aplicaram a proibição papal e aprenderam a desobediência. Dessa época resulta a fuga das mulheres. Agora as mulheres são as que transmitem a religião. Quando as mulheres deixaram de ensinar a religião aos seus filhos, apareceram gerações que ignoravam tudo sobre o cristianismo. Muitos bispos ficaram abalados, mas nada

podiam fazer, porque o Concílio não havia abordado o exercício do primado do papa. O papa decide sozinho, mesmo que seja contra todos. Era o caso: o papa havia decidido contra os bispos, os teólogos, o clero, os leigos que eram informados. Infelizmente, foi obra do papa Paulo VI, que, por tantos méritos na história do Concílio, aparecia como homem aberto. Por que justamente ele? De outro papa se teria entendido melhor, mesmo que o efeito produzido tivesse sido o mesmo. Para muitos, *Humanae Vitae* era como um desmentido do Vaticano II: nada havia mudado!

d) 1968 marca, ainda, o surgimento da sociedade de consumo. Até então, o consumo era orientado pelos hábitos. Havia um consumo moderado e limitado. Os ricos não praticavam a ostentação de sua riqueza. Não havia rendimentos escandalosos. O consumo dependia da regularidade da vida: refeições regulares e tradicionais, festas tradicionais com gastos tradicionais, dentro de um ritmo de vida no qual o trabalho ocupava o lugar central. A partir da década de 60, o trabalho deixou de ser o centro da vida. A partir de então, no centro está a busca de dinheiro para poder pagar as férias, os finais de semana, as festas que se multiplicam indefinidamente e o consumo festivo. O trabalho é o que permite o consumo. O trabalho agrícola desaparece nos países mais desenvolvidos, o trabalho industrial diminui e os serviços não oferecem nenhuma satisfação humana por serem aborrecidos. As próprias estruturas sociais estimulam o consumo, e os que não podem consumir sentem-se rejeitados pela sociedade. Desde então, as pessoas gastam o que não possuem e pagam por 12, 48, 70 meses as suas compras. Pode-se consumir sem poder pagar imediatamente. Paga-se após anos. Os jovens não têm limites, gastam mais do que podem.

e) Por fim, o capitalismo descontrolado. A supressão de todas as leis que controlam os movimentos de capitais estimula a correria em busca da riqueza. Uma nova moral qualifica as pessoas pelo dinheiro que acumulam e pela ostentação de sua riqueza. A partir de então, os donos do capital fazem o que querem e como querem, com o risco de provocar crises financeiras, das quais as vítimas são os peque-

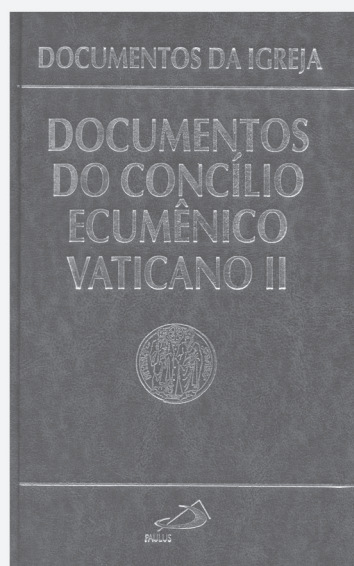
nos. Até a queda do comunismo na URSS, o magistério lutava contra esse consumismo, e pouca atenção dava ao crescimento rápido de uma nova forma de capitalismo. Na América Latina, a Igreja reage timidamente à conquista econômica dos grandes centros capitalistas mundiais. Na prática, a Igreja vai se esquecer da *Gaudium et Spes* e aceitar a evolução do capitalismo descontrolado. A doutrina social da Igreja perdeu todo o significado profético porque, na prática, nada foi aplicado a casos concretos. Na prática, o magistério aceitou o novo capitalismo.

Nada disso foi provocado pelo Concílio. Não se pode atribuir ao Vaticano II tudo o que sucedeu como consequência da grande revolução cultural do Ocidente. Pois essa revolução teve imediatamente repercussões na juventude da Igreja. Todos sentiram que a instituição da Igreja estava profundamente questionada e desprestigiada. Esse desprestígio não procede do Vaticano II, mas da grande crise cultural. O efeito mais visível foi a crise sacerdotal. Cerca de 80.000 sacerdotes deixaram o ministério. Quase todos os seminaristas abandonaram os seminários. Isso foi atribuído ao Concílio por todos os seus adversários. Na realidade, nada havia no Vaticano II que pudesse explicar esse acontecimento. Tampouco a fuga de milhões de católicos leigos pode ser explicada pelo Vaticano II. Porém, tudo se explica pela revolução cultural de juventude. No entanto, os mesmos papas João Paulo II e Bento XVI aludiram várias vezes a esse argumento, embora não se atrevessem a expressá-lo explicitamente.

3. A reação da Igreja foi o que se podia temer

Os papas e muitos bispos aceitaram o argumento dos conservadores de que os problemas da Igreja provinham do Vaticano II. Vários teólogos que haviam sido defensores e promotores dos documentos conciliares mudaram e adotaram a tese dos conservadores, entre eles, o próprio papa atual. Diziam que o Concílio “foi mal interpretado”. Por isso, o papa convocou um sínodo extraordi-

Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II



O Concílio Ecumênico Vaticano II recomenda que o estudo da Sagrada Escritura seja a alma de toda a teologia. Na abertura do Concílio, o papa João XXIII falou dos Concílios Ecumênicos na Igreja, da origem e causa do Vaticano II, como deve ser promovida a doutrina e como devem ser combatidos os erros. Todas essas reflexões estão disponibilizadas nesta publicação.

Imagens meramente ilustrativas.

Formato: 12,5 cm x 20 cm
Páginas: 736
Cód.: 9788534909433

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



nário em 1985, por ocasião dos 20 anos da conclusão do Concílio para lutar contra as falsas interpretações e dar uma interpretação correta. Na prática, a nova interpretação, a “correta”, consistia em suprimir tudo o que havia de novo nos documentos do Vaticano II. Um sinal bem simbólico foi a condenação da expressão “povo de Deus”. Terminou a época das experiências, dizia João Paulo II. Praticamente, o que se fez foi retomar o que havia sido feito depois da Revolução Francesa: fechar as portas e janelas, impedindo a comunicação com o mundo exterior e reforçando a disciplina para evitar as dissidências. Porém, isso não impediu as fugas. O problema é que a Igreja já não tem mais uma base camponesa pobre. Na América Latina, os pobres buscam as igrejas evangélicas.

Desde então, na linguagem oficial, faz-se referência ao Concílio, mas sua mensagem continua ignorada. O Concílio permanece na memória e na fundamentação das minorias sensíveis à evolução do mundo, que buscam nele argumentos para forjar mudanças e respostas aos desafios do mundo atual. A juventude, inclusive os novos sacerdotes, não sabe o que foi o Concílio Vaticano II, que para eles não tem nenhum interesse. Estão mais interessados no catolicismo anterior ao Vaticano II, com sua segurança, sua plasticidade litúrgica e a justificativa de um autoritarismo clerical que os livra dos problemas.

A reação da Igreja foi a volta à disciplina anterior. O símbolo dessa criação foi o novo Código de Direito Canônico, no qual se mantém toda a estrutura eclesial do código de 1917, talvez com uma linguagem de menos autoritária para mais florida. O novo código fechou as portas a todas as mudanças que poderiam se inspirar no Vaticano II. Tornou o Concílio Vaticano II historicamente inoperante.

No mundo, a prioridade dada à luta contra o comunismo – um comunismo já em plena decadência – fez com que a Igreja aceitasse silenciosamente – os silêncios da Doutrina Social da Igreja, dizia o padre Calvez – o capitalismo desenfreado que se instalou na década de 70. Na América Latina, o Vaticano apoiou as ditaduras militares e condenou

todos os movimentos de transformação social em nome da luta contra o comunismo. Desde o governo de Reagan, a aliança com os Estados Unidos foi fiel até a guerra do Iraque, que, no final, abriu os olhos do papa por um breve momento. Dessa maneira, a Igreja se aliava aos poderosos do mundo e, através da sua pastoral real, se condenava a ignorar o mundo dos pobres. As nomeações episcopais foram bastante significativas.

Na América Latina, a reação da Igreja à revolução cultural que começou no mundo desenvolvido foi muito dolorosa. Destruíu algo novo que estava nascendo. Pois, na América Latina, o Vaticano II representou uma mudança real. O Concílio Vaticano II foi o que converteu o episcopado e boa parte do clero e dos religiosos. Antes, houve sacerdotes, religiosos, leigos e também bispos que haviam feito uma opção pelos pobres. Em Roma, os bispos latino-americanos se encontraram e foram evangelizados pelos bispos da opção pelos pobres. O CELAM, com a aprovação de Paulo VI, convocou a assembleia de Medellín, que mudou os rumos da Igreja porque tirou conclusões práticas do Concílio. Decidiu a opção pelos pobres e o compromisso com uma transformação social radical, legitimou as comunidades eclesiais de base e a formação de leigos pela Bíblia e pela ação política. As CEBs significaram uma nova estrutura, na qual os leigos tinham a possibilidade de uma real iniciativa e um real poder, embora limitado. Nas várias regiões, Medellín não foi aceita ou não foi aplicada. Porém, houve lugares importantes nos quais Medellín mudou a face da Igreja e foi a aplicação do Vaticano II.

Todo esse movimento foi atacado sistematicamente em Roma com argumentos oferecidos pelos setores reacionários da América Latina. Desde 1972, a campanha contra Medellín foi dirigida por Alfonso López Trujillo. Apesar dessa campanha, na Conferência de Puebla, em 1979, Medellín ainda se salvou. Porém, no pontificado de João Paulo II, a pressão aumentou. As advertências romanas, as nomeações episcopais, as expressões de repressão contra os bispos mais comprometidos com Medellín tiveram efeito. A condenação da Teologia da Libertação em 1984 queria

dar o golpe final. A carta do papa à CNBB no ano seguinte limitou o alcance da condenação, mas a Teologia da Libertação permanecia como algo suspeito.

4. O que resta do Vaticano II

Atualmente, as reformas alcançadas pelo Vaticano II nos parecem muito tímidas e inadequadas pela sua insuficiência. Era preciso ter avançado muito mais, pois o mundo mudou mais nos últimos 50 anos que nos dois mil anos anteriores.

Do Vaticano II destacamos o seguinte, que deve permanecer como uma base para as reformas futuras:

- O retorno à Bíblia como referência permanente da vida eclesial, acima de todas as elaborações doutrinárias posteriores, acima dos dogmas e das teologias.

- A afirmação do povo de Deus como participante ativo na vida da Igreja, tanto no testemunho da fé como na organização da comunidade, com uma definição jurídica de direitos e com recursos nos casos de opressão por parte das autoridades.

- A afirmação da Igreja dos pobres.

- A afirmação da Igreja como serviço ao mundo e sem busca de poder.

- A afirmação de um ecumenismo de participação mais próxima entre as Igrejas cristãs.

- A afirmação do encontro entre todas as religiões ou pensamentos não religiosos.

- Uma reforma litúrgica que utilize símbolos e palavras compreensíveis aos homens e mulheres contemporâneos. As comissões formadas após o Vaticano II deixaram muitas palavras e símbolos totalmente sem significado para os cristãos de hoje e um obstáculo para a missão.

5. As condições da humanidade atual em situação de radical transformação

a) Como entender a fé?

Desde a modernidade, muitos cristãos perderam a fé ou pensaram que a haviam perdido, porque tinham uma ideia equivocada da fé. Atualmente, esse fenômeno se multiplica,

porque a formação intelectual se desenvolveu e muitos permaneceram com uma consciência religiosa infantil ou primitiva que rejeitam ou perdem quando chegam à adolescência.

Os povos primitivos de cultura oral e as crianças acreditam na presença do divino em objetos e fenômenos de vida cotidiana como se fossem realidades religiosas. Por isso, é fácil chegar a pensar que a fé é algo sensível como a experiência imediata. Quando se dão conta de que já não podem acreditar nas práticas religiosas dessa forma, pelo desenvolvimento do espírito crítico, pensam que perdem a fé, uma vez que a confundem com sua consciência religiosa infantil. É necessário que recebam uma revelação de uma vida religiosa que vai além dessa experiência sensível.

A fé é distinta da experiência imediata, do conhecimento científico ou do conhecimento filosófico. A razão da fé é Jesus Cristo, a vida de Jesus Cristo. E aderir a essa vida é adotá-la como norma de vida, pois tem um valor absoluto, porque essa vida é a verdade. É assim que devemos ser homem e mulher no mundo atual. Não é uma evidência que não permite dúvidas. Ela é uma percepção da verdade, que nunca suprime uma ponta de dúvida, porque sempre é um ato voluntário e porque não se vê essa verdade. O crente não se sente obrigado a acreditar. É um ato livre de entrega da sua vida, a escolha de um caminho. Não há evidência de que Jesus vive e está entre nós, mas o reconhecemos, porque experimentamos uma presença que é um chamado repetido apesar de todas as dúvidas.

Hoje em dia, o papa condena como relativismo os fenômenos próprios da pessoa humana, que já não pode entender a maneira tradicional de conhecer os objetos da religião. Estes não são parte da experiência de vida. A fé é o conhecimento da vida de Jesus de uma maneira totalmente especial, sem comparação com as certezas que se vai adquirindo na vida cotidiana. Essa condição do ser humano atual supõe uma profunda revisão da teologia da fé. Essa revisão da teologia já está sendo realizada, mas não é divulgada, o que permite que milhões de adolescentes percam a fé mais do que nunca, porque não se lhes explica o que é a fé.

b) A religião:

Nossos contemporâneos deixam os atos litúrgicos oficiais da Igreja porque os consideram tediosos. A missa habitual é aborrecida, exceto em circunstâncias especiais, nas quais aparecem milhares de pessoas e a liturgia é mais atraente. A repetição do mesmo aborrece. A repetição dos “domingos do ano” durante tantas semanas é algo tedioso. A linguagem litúrgica é mais ainda, porque se faz em estilo popular. Quando a liturgia era em latim, era melhor, porque não se entendia. Uma vez que se entende, percebe-se que o estilo é insuportável. Utiliza-se uma linguagem pomposa, formalista, linguagem de corte: “humildemente pedimos...” – ninguém fala assim. “Associamos nossa voz à voz dos anjos”: fórmula convencional que não responde a nada na vida real. Há centenas de fórmulas semelhantes. Os carismáticos salvam a situação, mas sua liturgia está longe de ser uma introdução ao mistério de Jesus.

c) A moral:

Nossos contemporâneos não aceitam códigos de moral impostos ou proibições de condutas que constam no código. Querem entender o valor dos preceitos ou das proibições. Ou seja, estão descobrindo a consciência moral que faz descobrir o valor dos atos. Não aceitam a voz de uma consciência que não é nada mais do que a voz do “superego”. Antes, a base da moral cristã era a obediência à autoridade. Era preciso fazê-lo ou não fazê-lo, porque a Igreja o mandava ou o proibia. Por isso, tantas vezes os leigos perguntavam: *Isto se pode fazer?* Se o sacerdote dizia que sim, o problema moral estava resolvido. Isso, porém, pertence ao passado.

d) A comunidade:

O cristianismo é comunitário. Porém, as formas tradicionais de comunidade tendem a enfraquecer-se. Mesmo a família perdeu muito de sua importância, porque seus membros quase não se encontram. A paróquia atual perdeu o sentido de comunidade. Estão aparecendo muitas formas novas de pequenas comunidades baseadas na livre escolha. Essas comunidades terão a capacidade de celebrar

a Eucaristia, o que supõe uma pessoa apta para presidir a Eucaristia em cada grupo de umas 50 pessoas. Não há nenhuma dificuldade doutrinal, porque nos primeiros séculos a situação era essa e não houve problema. Isso é fundamental, porque uma comunidade que não se une na Eucaristia não é realmente comunidade cristã. Os sacerdotes dedicados em tempo integral estarão em torno do bispo de cada cidade importante para evangelizar todos os setores da sociedade urbana.

Claro está que não sabemos quando e como se chegará a isso. É pouco provável que um Concílio que reúna unicamente bispos possa descobrir as respostas aos desafios do tempo atual. As respostas não virão da hierarquia, nem do clero, e sim de leigos que vivem o Evangelho em meio ao mundo que entendem. Por isso, temos que estimular a formação de grupos de leigos comprometidos ao mesmo tempo com o Evangelho e com a sociedade humana na qual trabalham.

O Vaticano II ficará na história como uma tentativa de reformar a Igreja ao final de uma época histórica de quinze séculos. Seu único defeito foi que veio demasiadamente tarde. Três anos após o seu encerramento, começava a maior revolução cultural do Ocidente. Os seus difamadores acusaram o Concílio de todos os problemas causados por essa revolução cultural e, com isso, o anularam. Porém, o Vaticano II permanece como um sinal profético. Em meio a uma Igreja prisioneira de um passado que não consegue superar, é uma voz evangélica. Não logrou reformar a Igreja como queria, mas foi um apelo a não perder de vista o futuro. Ainda existem movimentos poderosos que pregam a volta ao passado. Temos que protestar. Quando há pessoas que nada entendem da evolução do mundo contemporâneo e se refugiam no passado sem abrir-se ao futuro, temos que denunciar. Para nós, o Vaticano II é Medellín. Também quiseram matar Medellín. Medellín permanece como um farol que nos mostra o caminho.

Uma última reflexão: o futuro da Igreja católica está nascendo na Ásia e na África. Será bem diferente. Aos jovens é preciso dizer-lhes: aprendam chinês!

OS 50 ANOS DO CONCÍLIO VATICANO II: AVANÇOS E ENTRAVES

Pe. J. B. Libanio, sj*

1. Antecedentes do Concílio

Comemoramos em 2012 o 50º aniversário do início do Concílio Vaticano II. Em solene ato presidido pelo papa João XXIII, iniciou-se a primeira sessão em 11 de outubro de 1962 e terminou depois de quatro sessões, em 8 de dezembro de 1965, já sob o papado de Paulo VI.

Depois de meio século de história conciliar e pós-conciliar, temos já certa distância para medir-lhe as consequências positivas, os limites, os entraves, os avanços e retrocessos.

O Concílio não caiu milagrosamente do céu qual anjo fulgurante. Construiu-se na história e em momento de enorme tensão no interior da Igreja e dela com as instituições externas. Assinalemos breves traços desse momento econômico, político, social, cultural e eclesial a fim de situá-lo melhor.

Economicamente, vivia-se a euforia da reconstrução da Europa depois da devastação da II Guerra Mundial (1939-1946). Sobretudo a Alemanha, que fora destruída por terríveis bombardeios no final da guerra, já ostentava pujante economia com o famoso *Wirtschaftswunder* [milagre econômico]. E, aos poucos, outros países entravam na mesma onda otimista.

Com a vitória dos Aliados na Guerra, os regimes totalitários do nazismo e fascismo foram derrotados, enquanto os restantes governos ditatoriais de Salazar e Franco se fragilizavam em face da mentalidade democrática. Apostava-se

na democracia como o sistema político avançado e respeitoso dos direitos humanos, cuja Declaração Universal a ONU assumiu em 10 de dezembro de 1948.

Culturalmente, impregnavam a mentalidade europeia, de um lado, ondas existencialistas da afirmação da liberdade do sujeito e agnósticas, ateias em relação a Deus, e, de outro, o crescimento de anseios socialistas e comunistas também ateus.

E a Igreja católica? Dividia-se internamente. De um lado, ela vinha resistindo desde a Revolução Francesa até os albos do Vaticano II contra as ideias liberais e as marxistas ateias, rejeitando qualquer diálogo com a modernidade. De outro, atravessavam-lhe o interior vários movimentos que carregavam elementos da modernidade. Na exterioridade eclesial, predominava a imagem de intransigência. No coração da Igreja, nasciam diálogos de várias naturezas.

No campo bíblico, dialogava-se com ciências da linguagem, com as descobertas históricas e arqueológicas. Pio XII apoiou tal renovação com a Encíclica *Divino Afflante Spiritu*. Também no campo da liturgia, ele realizou reformas que aproximaram o fiel do mistério eucarístico. Os leigos cresciam em consciência, no desejo de maior participação

* Doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma. Há mais de três décadas vem se dedicando ao magistério e à pesquisa teológica. É vigário da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes em Vespaziano, na Grande Belo Horizonte – MG.

na vida interna da Igreja, animados pela pujança da Ação Católica, especialmente de origem belga e francesa. Décadas antes, o movimento querigmático já questionava a teologia abstrata que dificultava a pregação. Insinuava a elaboração de uma teologia para a pregação. Os missionários começavam a pensar diferentemente sua missão em face do movimento de emancipação dos países coloniais. Em relação aos irmãos protestantes, germinava belo movimento ecumênico, sobretudo no mundo centro-europeu. Já desde a Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, nascera séria preocupação com a problemática social, reforçada pela *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, e pelas radiomensagens de Pio XII.

A Nova Teologia se converteu no *punctum dolens* do pontificado de Pio XII. Lançada em artigo programático do teólogo francês Jean Daniélou, fazia caminho na linha de visão pessoal e livre de Deus, da valorização das experiências do homem moderno, levando em conta as dimensões novas da ciência e da história, de atitude concreta diante da existência e de decisões que envolvem a vida totalmente (DANIÉLOU, 1946, p. 7). O pensamento de Teilhard de Chardin infiltrava-se na teologia. Pio XII se opôs a tais inovações com a Encíclica *Humani Generis* (1950). Ele morre em 1958 e o sucede João XXIII. A grande e inesperada surpresa!

Ao convocar o Concílio, causou primeiro choque. O simples evento conciliar agitou as aparentemente tranquilas águas eclesiais. Toda a Igreja se mexeu, desde as Congregações romanas até os fiéis lá na base longínqua. Dois anos de preparação já anunciavam a turbulência que iria acontecer na aula conciliar. Enquanto as comissões pré-conciliares, formadas basicamente a partir da conservadoríssima cúria romana, elaboravam os documentos preparatórios, grupos progressistas preparavam material inovador.

As sessões do Concílio tornaram-se a arena em que essas duas tendências se defrontaram ao longo das quatro sessões. Pouco a pouco, a linha progressista se firmou hegemônica e

conseguiu rejeitar praticamente todos os documentos preparatórios, menos um, e influenciar predominantemente na redação dos novos textos. Os conservadores, porém, conseguiam apenas inserir neles adversativas de cautela. Assim, a redação final resultou aberta com discretos toques conservadores. No primeiro momento depois do Concílio, atravessou a Igreja alentado sopro de renovação no campo teológico, moral, disciplinar e institucional.

2. Linhas mestras dos documentos conciliares

O Concílio Vaticano II traçou linhas inovadoras para a caminhada da Igreja.¹ Constituiu-se mina fecunda. O espaço restrito do artigo obriga-nos a destacar os eixos que nos parecem fundamentais. Como diz o provérbio francês: quem tem a escolha, tem a cruz. Escolheremos alguns dos pontos irrenunciáveis do Concílio a partir do interesse eclesiológico latino-americano.

Pórtico das opções

Paulo VI, ao iniciar a Segunda Sessão do Concílio, afirma que o seu “tema principal será a Igreja. Sua natureza íntima será estudada a fundo, para sobre ela dar, nos limites permitidos à linguagem humana, uma definição que possa instruir-nos melhor sobre a sua constituição real e fundamental, e que nos faça descobrir melhor os múltiplos aspectos da sua missão salvadora”.² Abre espaço de liberdade para “aprofundar a doutrina do episcopado, das suas funções e das suas relações com Pedro”. Não deixa, porém, de observar que se salvaguardem “as declarações dogmáticas do Concílio Vaticano I sobre o Pontífice Romano”. Em seguida, retoma sob outra forma a mesma tensão: “Esses debates certamente nos trarão, a nós mesmos, critérios doutrinários e práticos que poremos a proveito no exercício do nosso múnus apostólico. Se bem que esse cargo universal seja dotado por Cristo da suficiência e da plenitude de poder que conheceis, poderá, entretanto, segundo modalidades a estabelecer, ser mais bem auxiliado

e amparado por uma mais eficaz e mais responsável colaboração de nossos caros e venerados irmãos do episcopado” (*ibid.*, p. 514).

Está posta a base da tensão. Uns se firmaram de tal maneira nas declarações do Concílio Vaticano I que apenas permitiam avançar, e outros ousaram mais a ponto de relativizá-las. Então surgirá um texto de compromisso com inovações, mas com recordações do antigo.

A eclesiológia deslizou rápido para a cristologia. Aliás, o próprio Paulo VI afirma categoricamente: “É Cristo, Cristo que é nosso princípio, Cristo que é nosso caminho e nosso guia; Cristo que é nossa esperança e nosso fim”; “Possa esse Concílio ter plenamente presente ao espírito esta relação entre nós e Jesus Cristo, entre a Igreja santa e viva que somos, e Cristo, de quem vimos, por quem vivemos, para quem vamos. Relação múltipla e única, imutável e estimulante, cheia de mistério e de clareza, de exigência e de felicidade”. E de maneira bem incisiva, continua Paulo VI: “Que sobre esta assembleia não brilhe nenhuma outra luz senão Cristo, luz do mundo. Que nenhuma verdade retenha o nosso interesse afora as palavras do Senhor, nosso Mestre único! Que uma só inspiração nos dirija: o desejo de lhe sermos absolutamente fiéis! Não tenhamos outro apoio senão a confiança nascida de sua promessa e que tranquiliza a nossa fraqueza irremediável: ‘E agora eu estarei convosco sempre até o fim dos séculos’” (*ibid.*, p. 511).

A Igreja só se entende a partir da atitude fundamental de Jesus. Movido pela paixão pelo Pai, Jesus anuncia e realiza, por meio de sua pessoa, pregações e ações, o Reino de Deus que consiste fundamentalmente no serviço ao mundo. “Pois o Filho do homem veio, não para ser servido, mas para servir e dar a vida em resgate pela multidão” (Mc 10,45). A Igreja não existe para si, mas para servir o mundo. No espírito de Jesus, situam-se os eixos do Concílio Vaticano II.

A Palavra de Deus está no centro

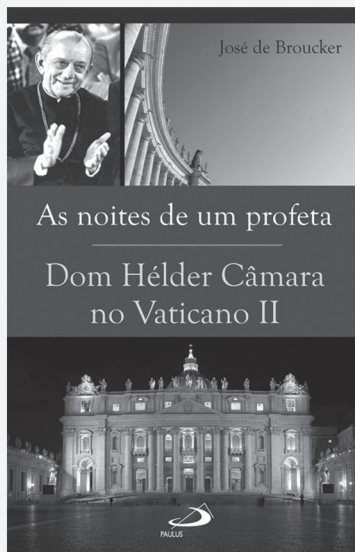
O Concílio marcou o primado absoluto da Palavra de Deus de várias maneiras. Sim-

As noites de um profeta

Dom Hélder Câmara

no Vaticano II

José de Broucker



Quando um homem fora do comum – dom Hélder Câmara – encontra um acontecimento excepcional – o Concílio Vaticano II –, a história que eles escrevem juntos vale a pena ser contada. Esta obra mostra como o inesquecível arcebispo de Olinda e Recife trabalhou para erguer uma Igreja servidora, voltada para um mundo mais justo, mais humano, mais fraterno.

Formato: 13,5 cm x 21 cm
Páginas: 168
Cód.: 9788534929127

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.

bolicamente, organizou-se procissão de entrada da Bíblia na aula conciliar. Ela ocupava aí lugar de destaque. A presença de evangélicos convidados servia de acicate contínuo para dialogar com eles a partir da Palavra de Deus. João XXIII estabeleceu a dimensão ecumênica como fundamental para as discussões e documentos conciliares.

O Concílio não hesitou em afirmar sem reboço que “ele se põe à escuta da Palavra de Deus para proclamá-la como anúncio de salvação a fim de que o mundo inteiro, ouvindo, creia, crendo, espere, esperando, ame” (*Dei Verbum*, n. 1). E, de fato, os textos conciliares se impregnaram da Palavra de Deus. O Decreto *Optatam Totius* sobre a formação sacerdotal, chama-a de “alma de toda a teologia”, instando que os alunos se empenhem em seu estudo (*Optatam Totius*, n. 16). Sem dúvida, após o Concílio, a Igreja se modificou radicalmente em relação ao papel da Escritura na sua vida em todos os níveis, desde os círculos bíblicos populares até os estudos aprofundados em exegese. A Escritura impregna a liturgia, a espiritualidade. E cresce a prática da leitura orante da Escritura.

A base batismal igualitária do Povo de Deus

No início da Igreja está o batismo. Nele, todos somos iguais. Antes, portanto, de qualquer distinção de ministério, grau ou hierarquia, está o Povo de Deus, que, no projeto de Deus, vai além da própria Igreja: toda a humanidade chamada à comunhão com a Trindade. Cada fiel batizado antecipa a plenitude final da Igreja. E o batismo nos conduz à Eucaristia. Lá todos participam do mesmo Cristo. Enfim, o mesmo Espírito Santo habita em todos. O leigo, pelo batismo e pela Eucaristia, tem plena cidadania eclesial, com amplo espaço de iniciativa, liberdade, autonomia, participação, gestação de espiritualidades próprias. Na América Latina, assistimos a tal acordar dos leigos, sobretudo nas comunidades eclesiais de base, com ministérios próprios, a que Paulo VI alude na *Evangelii Nuntiandi*.

Toda Igreja é participação

Em íntima articulação com a base laical batismal e eucarística, lentamente se anuncia e se constitui uma Igreja de participação em todos os níveis, superando a rigidez tricêntrica: Roma, diocese, paróquia. A colegialidade em todas as esferas, a sinodalidade, os diversos tipos de conselhos exprimem a riqueza desse novo espírito eclesial nascido do Concílio. Todos somos Igreja e, quanto mais participamos, mais Igreja somos. Conquista irrenunciável da verdadeira Igreja, já bem distante das afirmações de Pio X no sentido de dependência.³

A Igreja existe para o mundo fora dela

A Igreja do Vaticano II levantou a cabeça da sua interioridade e viu em volta de si cristãos de diferentes Igrejas, uns mais próximos, como os ortodoxos, e outros mais distantes, como as denominações pentecostais e neopentecostais. O olhar avançou e encontrou os irmãos em Abraão. Outras religiões apareceram no horizonte. E mais longe, em termos religiosos, contemplou a humanidade nas alegrias e esperanças, nas tristezas e angústias. Com todos pretendeu dialogar. Invade toda a Igreja o imenso desejo do diálogo com os protestantes, com os judeus, com as outras religiões e com os não crentes. Todos seres humanos. Todos tocados pelos problemas do mundo de hoje. Tudo isso interessa à Igreja do Vaticano II, que para cada um desses grupos expressou seu pensar e propósito de ação em diferentes documentos. A maior novidade veio com a Constituição *Gaudium et Spes*, em que a Igreja reconheceu a autonomia das realidades temporais, terrestres, ao renunciar os últimos resquícios da cristandade e ao pôr-se a serviço de toda a humanidade do mundo moderno.

3. Ambiguidades remanescentes

Resquícios resistentes do hierarcalismo

Nem tudo foram luzes no Concílio. Corpos eclesiásticos, ciosos do próprio poder e temerosos de perigoso horizontalismo e igualitarismo,

semearam incisivos afirmativos do espírito hierárquico. Eles temiam uma Igreja “democrática” em que a escolha dos ministros principais – pároco e bispos – nascesse de ampla participação dos fiéis e diante dos quais eles responderiam pelo exercício do ministério. Em horizonte longínquo, até o ministério petrino sofreria influência desse espírito de participação de toda a Igreja. Subjaz ainda certo espírito hierárquico no sentido não do poder como graça de Deus, mas como graus de superioridade e autonomia. Grande dificuldade da concepção hierárquica consiste em ter que responder, dar razões, justificar as próprias decisões, e não impô-las pelo simples poder do cargo. Não se quis tocar em estruturas permanentes dos ministérios na Igreja, com respeito especialmente ao ministério presbital e episcopal e a seus respectivos exercícios. O próprio João Paulo II percebe a necessidade de que o exercício do ministério petrino “se abra a uma situação nova”. Acrescenta: “Tarefa imensa, que não podemos recusar, mas que sozinho não posso levar a bom termo”, e espera que os “responsáveis eclesiais e os teólogos” instaurem, com ele, “sobre este argumento, um diálogo fraterno, paciente” (JOÃO PAULO II, 1995, n. 6).

O clericalismo persistente

Participando dessa mesma preocupação temerosa de perder a concepção hierárquica da Igreja, julgada de direito divino, insinuou-se certo espírito clerical. O medo principal consistia em ceder o lugar de destaque dado ao clero ao leigo supervalorizado, com prejuízo para o número das vocações sacerdotais. A exterioridade e a relevância atribuídas ao clero sofreriam detrimento, e seu reconhecimento social seria diminuído por força da promoção dos leigos. Tal percepção reforçou o clericalismo durante e após o Concílio.

Resistências para avançar no ecumenismo e no diálogo inter-religioso

A intercomunhão das Igrejas cristãs até hoje continua sendo um ponto delicado em que não se avança. O reconhecimento destemido da eclesialidade das Igrejas saídas da

Reforma por parte de Roma espera ainda atitude corajosa.

Houve avanços, mas há entraves eclesiológicos importantes a serem superados. O Concílio não conseguiu oferecer elementos suficientes para esses avanços.

No campo do diálogo inter-religioso, “certamente houve uma superação do exclusivismo tradicional, avançando o Concílio para a perspectiva inclusivista da teologia mais recente” (TEIXEIRA, 1995, p. 132). Discute-se, porém, até onde a posição rahneriana de um cristão anônimo se fez presente nos textos conciliares no sentido da presença salvífica de Cristo em todas as religiões, sendo elas mediação de salvação.

4. Avançar para temas e decisões novas

Aí estão algumas das decisões fundamentais do Concílio Vaticano II, ao lado de certas resistências. Já se passaram 50 anos. Que vemos? Em alguns pontos, continuamos na linha dos pontos centrais ou até mesmo avançamos. Noutros, predominaram as resistências que se tornaram ainda mais graves devido aos desafios de hoje. Por isso, à guisa de sugestão, elencaremos alguns “sonhos” no espírito do Concílio.

Nova relação entre estrutura eclesiástica e carisma

Inegavelmente, o Concílio Vaticano II surgiu como explosão do carisma no seio da instituição eclesiástica que se cristalizara bastante na reação contra os ataques da modernidade.

Cabe-nos, hoje, a tarefa da continuidade “carismática” do Concílio. Em primeiro lugar, tomar consciência do coração do carisma do Vaticano II. Os eixos indicados acima nos apontam para algo desse carisma. Num segundo momento, voltar-nos para o momento atual e perguntar-nos: Que transformações institucionais esse carisma está ainda a pedir? O então cardeal Ratzinger via manifestar-se nos atuais novos movimentos, “ainda que discretamente, algo como um período de Pentecostes na Igreja” (RATZINGER, 1985, p. 27). Então, importa

encarreará-los na direção de aligeirar as estruturas eclesiásticas e suscitar novas, no espírito de Jesus, de serviço, de liberdade em face do sábado, de opção pelos pobres, de simplicidade no ser, vestir e viver dos representantes da instituição eclesiástica.

Em vez de nos prendermos à circularidade dos movimentos como tais e às pessoas de seus dirigentes, façamos valer a força inovadora do Espírito para libertar a Igreja de formas centralizadoras e autoritárias na linha da participação dos fiéis no pensar, no agir, no criar novas estruturas. Aí estão as comunidades eclesiais de base à espera de estabelecer-se verdadeira rede de comunidades no interior das paróquias e dioceses. E então a Igreja se torna para o fiel uma comunidade de liberdade, diálogo, acolhida, igualdade. E nesse mesmo espírito, facilita-se assumir o princípio de subsidiariedade no governo da Igreja.

A preocupação pastoral com o êxodo de católicos e com a multiplicação das denominações evangélicas no bojo do fenômeno religioso urge repensar em profundidade o ministério na Igreja católica. Implica a reformulação do ministério ordenado na linha do serviço, despojado de autoritarismo e centralismo pastoral. Leva-nos a repensar a maneira como reinserir no ministério ordenado aqueles que o deixaram e estariam dispostos a retomá-lo na nova situação de vida. E, finalmente, cabe corajosa atitude inovadora diante das possibilidades ministeriais das mulheres e homens casados.

A Igreja em face da secura do mundo científico e da inundação religiosa

Experimentamos dois movimentos anti-téticos. De um lado, avançam as ciências biológicas, a informática, a alta tecnologia e, de outro, explodem reações espontâneas, até mesmo selvagens, no campo religioso.

A Igreja católica situa-se entre dois fogos. Ao desafio científico, oferece a dimensão transcendente da fé no Deus trino da Revelação e, sobretudo, na prática de Jesus de proximidade aos marginalizados da sociedade. Sem embarcar

na ilusão de criar uma sociedade de elites tecnológicas, a Igreja anuncia a primazia do pobre, das grandes massas. O desenvolvimento científico adquire sentido em vista delas. Esse campo se torna lugar privilegiado para a ação de laicato preparado, corajoso e aberto, evitando declarações desastrosas de instituições eclesiásticas mal informadas.

O fenômeno religioso se imiscui na cultura pós-moderna e desafia a criatividade da atual Igreja católica. Muitas causas originam tal surto espiritualista, desde a queda do socialismo até o excesso de cultura materialista e hedonista. Para cobrir o espaço deixado pela ideologia marxista e para suprir o vazio existencial da tirania do prazer, explodem expressões religiosas. A revelação cristã tem profundidade suficiente para dar resposta de maior consistência que simplesmente afagar o desejo do sagrado.

A teologia da criação nos ensina um ser humano criado pela Trindade e chamado à comunhão com ela. Sede insaciável a pedir experiências religiosas profundas. Quanta maravilha teológica temos que oferecer! E a prática de Jesus traz outras intuições fantásticas para responder à secura científica e à falta de sentido. Além do mais, a presença do Espírito Santo fecha o círculo da revelação como resposta ao momento atual, superando os dois extremos da carência absoluta de transcendência e a inundação barata de expressões religiosas.

A Igreja estende o braço para outra face do fenômeno religioso

O desafio do diálogo ecumênico e inter-religioso pede novas formas. Até agora, tal tarefa se realizava no âmbito de especialistas e de pessoas da cúpula das instituições religiosas. Para a Igreja católica, a teologia oficial tem esbarrado em impasses ainda insuperáveis. E as instituições no âmbito de cúpula se prendem a regras canônicas restritivas. E esses dois campos patinham na impossibilidade de avançar.

A ousadia anuncia-se em outros setores. No âmbito do pensar, teólogos corajosos avançam

reflexões que situam no tempo e espaço os atuais empecilhos canônicos, relativizando-os e abrindo novas possibilidades de sua superação. Eles sofrem naturalmente restrições e até admoestações por parte tanto de instituições centralizadas como da teologia oficial. Espera-se que desse entrevero surjam luzes e não condenações.

No espaço da prática, há pequenas experiências que ultrapassam os limites então impostos, sobretudo no campo da intercomunhão. Experiências litúrgicas, várias décadas antes do Concílio, implodiram restrições e cercas canônicas, permitindo que então se forjasse a reforma litúrgica do próprio Concílio. Alguns julgam que tal fenômeno está a acontecer agora em relação à intercomunhão ecumênica e ao diálogo inter-religioso.⁴

E se tais reflexões e experiências conseguem articular-se em rede, as possibilidades de transformação crescem. Elas supõem que vija e cresça o espírito de abertura e tolerância que, aliás, se constitui marca da cultura atual. Bate com o espírito do Concílio Vaticano II que pedia decisões audazes no campo ecumênico e do diálogo inter-religioso, vencendo as lutas renhidas que têm minado até o interior das famílias.

Hans Küng vai mais longe. Para ele, da correta posição diante de tais questões depende inclusive a paz entre as pessoas, etnias, religiões e países. “Não haverá paz entre as nações sem paz entre as religiões” (KÜNG, 1992, p. 186).

As grandes migrações desafiam a fé cristã

O sistema capitalista, desde o início, provocou migrações. Até o momento, os países novos, como EUA, Brasil e outros, assimilavam bem as ondas de migrantes europeus. Mesmo no interior de cada país, os ajustes, embora difíceis, não lhe ultrapassavam as forças organizativas.

Agora, a aguçamento do sistema tem produzido massas gigantescas de migrantes, vindos do 3º Mundo, sobretudo africano, a bater às portas da Europa. Centenas de milhões se

movem dentro dos países e para fora deles em migrações crescentes.

Deixam a própria terra e buscam outras na esperança de superar a própria miséria, a falta de perspectiva de futuro ao encontrar onde ganhar dignamente o pão para si e para a família. No horizonte estão os países ou as regiões ricas, acenando com bandeiras coloridas de bens abundantes. O ser humano sonha com pão e beleza. E os procura lá onde pensa existir.

No entanto, os mesmos países, que ontem exploraram a África e outras regiões, fecham violentamente as portas de entrada. Então surge o terrível drama daqueles que forçam entrar e permanecem indocumentados em multidões crescentes. Há esforços da Igreja de vir ao encontro dessas multidões sofridas. Os evangélicos pentecostais e neopentecostais, por sua vez, arrebanham esses sofridos filhos da discriminação. A pastoral do futuro enfrentará esse novo tipo de defesa dos direitos humanos. O chamado de Jesus ecoa forte em todos nós: estava indocumentado e me acolheste!

A Igreja eletrônica

Já na década de 70, Hugo Assmann (1987) lançava o problema da Igreja eletrônica. Lá soava instigante desafio à Igreja católica vindo de denominações evangélicas, especialmente da matriz americana com sedutora plêiade de tele-evangelistas renomados. Em termos de Brasil, projetavam-se programas importados além das iniciativas carismáticas católicas, do pentecostalismo de missionários evangélicos e do crescente neopentecostalismo (MARIANO, 2005).

A ciência e a tecnologia da comunicação passam por revolução jamais vista. Anunciam-se saltos tecnológicos inimagináveis que estão a revolucionar a relação entre as pessoas e criar nova geração de usuários.

Os desafios pastorais consistem, entre outros aspectos, na presença significativa da Igreja nesse universo tecnológico e cultural e na articulação de tais meios com as exigências comunitárias da vida cristã, com a disciplina

do *arcanum* e com as características próprias da fé cristã.

A mídia constitui-se muito mais que simples instrumento de comunicação. Configura a atual cultura. Uma linguagem teológica que não levasse em conta esse dado cultural passaria à margem dos ouvintes e leitores. Como se trata de cultura, o empenho tem de ser muito maior em profundidade, percebendo as modificações de comportamento, de horizonte simbólico das pessoas. Somente aí dentro se evangeliza.

A questão se põe gravemente no risco de mera substituição de uma Igreja real, comunitária, por uma Igreja virtual, por causa de pastoral midiática não clarividente e substitutiva da vida concreta eclesial.

CONCLUSÃO

A meio século de distância dos inícios do Concílio Vaticano II, contamos com riqueza ainda inexplorada: primado da Palavra de Deus na vida da Igreja e dos fiéis, ser uma Igreja Povo de Deus, participativa, voltada para o diálogo com os irmãos evangélicos, com as outras religiões e com os não crentes. Instalou-se, além do mais, desafiante situação de superar o clericalismo, o hierarcalismo remanescente e recrudescente, o ímpeto da modernidade tecnocrônica e a pós-modernidade fragmentadora.

Soam-nos, então, desejos de avançar a relação vitalizante entre carisma e instituição, em diálogo corajoso com as ciências, em atitude crítico-evangelizadora do fenômeno religioso. Ainda nos resta enfrentar com coragem os desafios das migrações das massas sobranes e da cultura midiática. Haja fôlego, coragem e esperança!

BIBLIOGRAFIA

- ACTES DE S.S.PIE X. Paris: Ed. des Questions actuelles, s/d.
- ASSMANN, H. *La Iglesia electrónica y su impacto en América Latina*. San José: DEI, 1987.
- DANIÉLOU, J. *Les orientations présentes de la pensée religieuse*. Études t. 249 (1946).

- JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Ut Unum Sint*, sobre o empenho ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1995, n. 96.
- KLOPPENBURG, B. Concílio Vaticano II. Vol. III. Segunda Sessão (set.-dez. 1983). Petrópolis: Vozes, 1964, p. 508-520. Hic 513.
- KÜNG, H. *Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- LIBANIO, J. B. "A Caminho da V Conferência de Aparecida". *Perspectiva Teológica* 38 (2006), n. 105, p. 191-194; 202-210.
- _____. Concílio Vaticano II. Em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005.
- MARIANO, R. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2005.
- RATZINGER, J. *A fé em crise? – O cardeal Ratzinger se interroga*. São Paulo: E. P. U., 1985.
- TEIXEIRA, F. *Teologia das Religiões. Uma visão panorâmica*. São Paulo: Paulinas, 1995.

Notas:

1. Para aprofundar essas reflexões, o leitor pode consultar considerações que fiz por ocasião da preparação da Conferência de Aparecida: J.B. LIBANIO, 2006 e 2005.
2. PAULO VI, "Discurso de Abertura da II Sessão", em B. KLOPPENBURG, Concílio Vaticano II. Vol. III. Segunda Sessão (set.-dez., 1983). Petrópolis: Vozes, 1964, p. 508-520. Hic 513.
3. Pio X invoca a originalidade da Igreja, fundada por Jesus Cristo, para tratar da relação entre leigos e clero. "Ela é o corpo místico de Cristo, regido pelos Pastores e Doutores – sociedade de homens, consequentemente, no seio da qual alguns presidem aos outros com pleno e perfeito poder de reger, ensinar e julgar. É essa sociedade, portanto, por sua força e natureza (*vi et natura*), desigual; compreende duas categorias (*ordinem*) de pessoas, os pastores e a grei, isto é, aqueles que estão postos nos diversos graus da hierarquia e a multidão dos fiéis. Essas categorias são de tal maneira entre si distintas que unicamente na hierarquia residem o direito e a autoridade de mover e dirigir os seus membros para a finalidade proposta da sociedade; é dever da multidão deixar-se (*pati*) ser governada e seguir obedientemente a condução dos dirigentes" (ACTES DE S.S.PIE X, II, pp. 27.132-134, em tradução livre do latim feita por mim).
4. Hans Küng, na entrevista a Ralf Caspary, se refere à mútua hospitalidade de comunidade católica e protestante. Diz ao entrevistador: "Devo lhe confessar que hoje tenho mais confiança nas paróquias e não o quero privar de uma boa notícia que recebi. Duas paróquias de Bruchsal, as comunidades romano-católicas de St. Peter e a comunidade paroquial de Paul Gerhardt, evangélica, escrevem: 'Damos por terminada a divisão que durante quase 500 anos a cristandade viveu em nossa zona'. E acrescentam – espero que isso se publique logo: 'Reconhecemos que em todas as paróquias que assinam este comunicado se vive igualmente como seguidores de Cristo e como comunidades de Jesus Cristo. Reconhecemos que em nossas paróquias Jesus Cristo nos convida à mesa do Pai e sabemos que ele não exclui ninguém que queira segui-lo. Pela presente, manifestamos expressamente a nossa recíproca hospitalidade'". Ver: Amaivos News, H. KÜNG, "Há um cisma na Igreja entre a cúpula hierárquica e as bases". Entrevista com Hans Küng. Disponível em www.amaivos.uol.com.br, acesso em 23 de agosto de 2011.

A IGREJA CATÓLICA E O MOVIMENTO ECUMÊNICO

Na celebração dos 50 anos de abertura do Concílio Vaticano II

Pe. Francico de Aquino Júnior*

O Concílio Vaticano II (ALBERIGO, 2006; VALENTINI, 2001; ALMEIDA, 2011) abriu um novo capítulo na história da relação da Igreja católico-romana com as demais Igrejas cristãs e, particularmente, com o movimento ecumênico, em curso desde o século XIX (VERCRUYSE, 1998, p. 47-91; SANTA ANA, 1991, p. 219-255; WOLF, 1995, p. 249-272). Ele quis ser um Concílio verdadeiramente ecumênico e teve como um de seus “principais objetivos” a promoção da restauração da unidade dos cristãos (cf. UR 1; SC 1). Em vista disso, o papa João XXIII constituiu, inclusive, um Secretariado para a União dos Cristãos para “auxiliar os padres [conciliares] a examinar os esquemas [dos documentos] sob o ponto de vista ecumênico” (KLOPPENBURG, 1995, p. 5-36).

Como se sabe, o movimento ecumênico nasceu e se desenvolveu entre as Igrejas protestantes e foi visto com muita reserva, quando não rejeitado tacitamente, pelas autoridades eclesásticas católico-romanas. Em sua Encíclica *Mortalium Animus* (06/01/1928), por exemplo, referindo-se aos encontros ecumênicos, Pio IX afirma, sem meias palavras: “a Sé Apostólica não pode de modo algum participar das suas reuniões, e de nenhum modo podem os católicos aderir a tais tentativas ou lhes prestar ajuda”.¹ E, de fato, Roma recusou várias vezes o convite a participar de iniciativas ecumênicas, dentre outras, a Conferência de Edimburgo em 1910, “considerada como a hora e o lugar de

nascimento do movimento ecumênico moderno”,² e a assembleia de fundação do Conselho Mundial das Igrejas em 1948.

Certamente, houve iniciativas muito importantes da parte de lideranças e grupos católicos, seja no âmbito da reflexão teológica (Congar, Rahner, Daniélou), seja no âmbito da espiritualidade (Paul Couturier, Paul Wattson, Lambert Beauduin), seja no âmbito institucional (Centro Istina em Paris, Movimento Una Sancta na Alemanha, Centro Pro Unione em Roma, Conversações de Mechelen na Bélgica) (*ibidem*, p. 65s; WOLF, *op. cit.*, p. 253s), seja, enfim, no serviço da caridade. Particular destaque merece a atuação do bispo Ângelo Roncalli, eleito posteriormente bispo de Roma – João XXIII.³ Em todo caso, tratava-se de iniciativas particulares e/ou localizadas. Do ponto de vista institucional, um dos poucos avanços que se pode constatar é o reconhecimento, por parte do Santo Ofício, em sua instrução *De Motione Ecumenica* (20/12/1949), do ecumenismo como um movimento nascido “sob a inspiração da graça do Espírito Santo”, ainda que continue afirmando a posição tradicional, segundo a qual “a única união verdadeira se realiza com o retorno dos dissidentes à única verdadeira Igreja de Cristo” (VERCRUYSE,

* Doutor em teologia pela Westfälische Wilhelms-Universität de Münster (Alemanha), professor de Teologia na Faculdade Católica de Fortaleza e presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte – CE.

op. cit., p. 68). Em todo caso, trata-se de uma posição mais moderada e aberta, importante na criação de um ambiente menos hostil e mais favorável ao ecumenismo.

Mas a grande virada se dará com o papa João XXIII e o Concílio Vaticano II – um “divisor de águas” (*ibid.*) em muitas questões na vida da Igreja, concretamente no que diz respeito ao ecumenismo. Aqui, pode-se e deve-se falar, sem dúvida nenhuma, de um *antes* e um *depois* – sem cair em simplificações e mistificações históricas. É claro que não se pode entender o Concílio sem as iniciativas e os processos que o preparam, por mais particulares e localizados que fossem. Nesse sentido, não se pode falar de uma ruptura ou mudança brusca nem de algo absolutamente novo. Mas é com João XXIII e com o Concílio que essas iniciativas ganharam visibilidade e projeção e influenciarão decisivamente na postura prático-teórica que a Igreja, enquanto instituição, assumirá com relação às outras Igrejas cristãs e ao próprio movimento ecumênico. E é nesse sentido, precisamente, que se pode e se deve falar do Concílio em termos de *ruptura* (com a posição até então hegemônica) e de *novidade* (um novo capítulo na história da relação da Igreja católico-romana com as demais Igrejas cristãs e com o movimento ecumênico).

A restauração da unidade dos cristãos foi, indiscutivelmente, uma das preocupações e uma das marcas principais do pontificado de João XXIII e do Concílio por ele idealizado, convocado e inaugurado. Não por acaso, seu anúncio foi feito na celebração de encerramento da semana de oração pela unidade dos cristãos (25/01/1959).⁴ E uma série de medidas garantiu que a problemática ecumênica não se perdesse no formalismo vazio das “boas intenções”: criação do Secretariado para a União dos Cristãos (05/06/1960); convite a observadores ortodoxos, anglicanos e protestantes para o Concílio; presença de uma delegação católico-romana na assembleia do Conselho Mundial das Igrejas em Nova Délhi (1960); exclusão das expressões antissemitas na liturgia da Sexta-feira Santa, dentre outras

(WOLF, *op. cit.*, p. 254). Por fim, convém recordar que o Decreto *Unitatis Redintegratio*, sobre o ecumenismo, e a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, sobre a Igreja, foram publicados no mesmo dia (21/11/1964) e que, segundo Paulo VI, em discurso pronunciado naquela ocasião, a doutrina sobre a Igreja deve ser interpretada à luz do decreto sobre o ecumenismo.⁵ Na mesma linha, João Paulo II, em sua Carta Encíclica *Ut unum sint* (25/05/1995), recorda que “a Constituição dogmática *Lumen Gentium* liga a doutrina sobre a Igreja católica ao reconhecimento dos elementos salvíficos que se encontram nas outras Igrejas e comunidades eclesiais”, de modo que “a procura da unidade dos cristãos não é um ato facultativo ou oportunista, mas uma exigência que dimana do próprio ser da comunidade cristã” (UUS 49/2).

O Decreto *Unitates Redintegratio* (UR) é considerado “a Magna Carta católica do ecumenismo” e “o alvará para o compromisso ecumênico da Igreja católica” (VERCRUYSSSE, *op. cit.*, p. 63 e p. 70, respectivamente). Ele “estabelece as bases doutrinárias e as orientações pastorais para o ecumenismo na Igreja católica” (WOLF, *op. cit.*, p. 256). Vejamos rapidamente sua estrutura e seu conteúdo fundamental.

O documento começa com um *proêmio*, onde apresenta a restauração da unidade dos cristãos como um dos “principais objetivos” do Concílio perante o “escândalo”, a “contradição” e o “prejuízo” que é a divisão da una e única Igreja de Cristo, fala do movimento ecumênico como “obra do Espírito Santo” e explicita a finalidade do documento: “propor a todos os católicos os meios, os caminhos e os modos” para a prática do ecumenismo na Igreja católica (UR 1).

O *primeiro capítulo* trata dos “princípios católicos do ecumenismo”:

1) Unidade e unicidade da Igreja, tendo como “princípio” e “modelo” a “unidade de um Deus na trindade de pessoas”: o Pai envia o Filho para remir, regenerar e unificar o gênero humano; o Filho roga ao Pai “para que todos sejam um”, institui o “sacramento da Eucaris-

tia” – sinal e realização da unidade da Igreja, dá “o novo mandamento do amor mútuo” e promete o “Espírito Paráclito”; o Espírito Santo, “princípio da unidade da Igreja”, é “quem opera a distribuição das graças e dos ministérios”, particularmente no que diz respeito ao “ofício de ensinar, reger e santificar” outorgado ao “Colégio dos Doze”, tendo Pedro à sua frente, e aos “seus sucessores” (UR 2).

2) Relação dos irmãos separados com a Igreja católica: “aqueles que creem em Cristo e foram devidamente batizados estão constituídos numa certa comunhão, embora não perfeita, com a Igreja católica”; não obstante as “discrepâncias vigentes”, estão “incorporados a Cristo” e, por isso, devem ser “honrados com o nome de cristãos” e reconhecidos como “irmãos no Senhor”; suas Igrejas e comunidades, não obstante as “deficiências”, “de modo algum estão destituídas de significação e importância no mistério da salvação” – são “meios de salvação”, ainda que, segundo o texto, “somente através da Igreja católica de Cristo, auxílio geral da salvação, pode ser atingida toda a plenitude dos meios de salvação” (UR 3).

3) Ecumenismo: fala das ações em prol da unidade dos cristãos como movidas pelo Espírito; exorta os fiéis católicos a participarem do trabalho ecumênico, a se preocuparem com os irmãos separados e a “examinarem, com espírito sincero e atento, o que dentro da própria família católica deve ser renovado e realizado para que sua vida dê um testemunho mais fiel e luminoso da doutrina e dos ensinamentos recebidos de Cristo através dos Apóstolos”; exorta à “unidade nas coisas necessárias”, à “devida liberdade” nas “formas de vida espiritual e de disciplina”, nos “ritos litúrgicos” e na “elaboração teológica” e, em tudo, à “caridade”; e, por fim, recorda que “tudo o que a graça do Espírito Santo realiza nos irmãos separados pode contribuir também para a nossa edificação” (UR 4).

O *segundo capítulo*, voltado para “a prática do ecumenismo”, indica sete aspectos da prática ecumênica ou sete modos de tornar o ecumenismo uma realidade na vida da Igreja:

a “renovação da Igreja” em vista de uma “fidelidade maior à própria vocação” (UR 6); a “conversão do coração”, acompanhada de um pedido humilde de perdão a Deus e aos irmãos separados e da oferta de perdão (UR 7); a “oração comum”, que, juntamente com a “conversão do coração” e a “santidade de vida”, é como que “a alma de todo movimento ecumênico” (UR 8); o “conhecimento mútuo dos irmãos” – doutrina, história, vida espiritual e litúrgica, psicologia religiosa e cultura (UR 9); o “ensino ecumênico”, particularmente para “os futuros pastores e sacerdotes” e para os que “se entregam a obras missionárias” (UR 10); “o modo de expressar e expor a doutrina da fé”: lembrando que “existe uma ordem ou ‘hierarquia’ de verdades na doutrina católica”, o texto insiste na necessidade de uma exposição lúcida da “doutrina inteira”, feita “de tal modo e com tais termos” que possa ser compreendida pelos irmãos separados e não tornar-se um “obstáculo para o diálogo” com eles (UR 11); “a cooperação com os irmãos separados”, expressão dos “laços que já os unem entre si e faz resplandecer mais plenamente a face de Cristo servo” e caminho privilegiado para o conhecimento, a estima e a unidade dos cristãos (UR 12).

O *terceiro capítulo*, “As Igrejas e comunidades separadas da Sé Apostólica Romana”, trata das “duas principais categorias de cisões que afetam a túnica inconsútil de Cristo”: as “Igrejas orientais” e as “Igrejas e comunidades separadas no Ocidente”. Tal abordagem se justifica pelo fato de essas divisões diferirem muito entre si, “não apenas em razão da origem, lugar e tempo, mas, principalmente, pela natureza e gravidade das questões pertinentes à fé e à estrutura eclesial” (UR 13). No que se refere às Igrejas orientais, consideram-se sua mentalidade e história próprias (UR 14), sua tradição litúrgica e espiritual (UR 15), sua disciplina própria (UR 16) e a índole própria de sua teologia (UR 17). Quanto às Igrejas e comunidades separadas no Ocidente, começa chamando atenção para a condição própria dessas comunidades e destaca, em seguida, “alguns pontos que podem

e devem ser o fundamento e o encorajamento deste diálogo”, não obstante as “discrepâncias consideráveis” (UR 19): “a confissão de Cristo” (UR 20), “o estudo da Sagrada Escritura” (UR 21), “a vida sacramental” (UR 22) e “a vida com Cristo” (UR 23).

E, como *conclusão geral*, após ter exposto “as condições segundo as quais podem-se exercer a ação ecumênica e os princípios pelos quais ela deve ser moderada”, o documento “exorta os fiéis a se absterem de qualquer zelo superficial ou imprudente que possa prejudicar o verdadeiro progresso da unidade”: “que não se ponham obstáculos aos caminhos da providência e que não se prejudiquem os futuros impulsos do Espírito Santo”! E conclui reconhecendo que “esse santo propósito de reconciliar todos os cristãos na unidade de uma só e única Igreja de Cristo excede as forças e os dotes humanos. Por isso, põe inteiramente sua esperança na oração de Cristo pela Igreja, no amor do Pai para conosco e na virtude do Espírito Santo” (UR 24).

Esse documento tem uma importância decisiva e fundamental na nova postura da Igreja católico-romana para com as demais Igrejas cristãs e para com o movimento ecumênico enquanto tal. Em certo sentido, ele é o *resultado* da abertura e da prática ecumênica do Concílio (o que o evento conciliar deu de si ecumenicamente) e a *inauguração* de uma nova postura/prática ecumênica na Igreja católico-romana (o que o Concílio ainda dará de si na prática ecumênica da Igreja por ele inaugurada).

No que diz respeito ao dinamismo ecumênico inaugurado pelo Concílio, é preciso reconhecer, antes de tudo, sua fecundidade nos anos pós-conciliares: uma verdadeira *primavera ecumênica* na Igreja católico-romana. E tanto do ponto de vista institucional, quanto do ponto de vista pastoral (VERCRUYSSSE, *Op. cit.*, p. 68-97; WOLF, *op. cit.*, p. 254-261): confirmação e integração do Secretariado para a União dos Cristãos na estrutura permanente da cúria romana (03/01/1966); contatos com lideranças eclesásticas protestantes, anglicanas e ortodoxas; visita do

bispo de Roma ao Conselho Mundial das Igrejas (1969); estudo sobre a possibilidade e o modo de integração da Igreja católico-romana ao Conselho Mundial das Igrejas; comissões de diálogo bilaterais e multilaterais (VERCRUYSSSE, *ibid.*, p. 79-91); diretório para aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo na Igreja católico-romana; clima de abertura, acolhida e diálogo na Igreja; prática local do ecumenismo, sobretudo em prol da vida, da justiça e da paz e na oração comum, dentre outros. Falando dos “frutos do diálogo”, Elias Wolff (2005, p. 259s) indica cinco aspectos de crescimento nas relações ecumênicas: “nas relações entre os dirigentes das Igrejas, existem pontos de encontro e mútua procura de avizinhamento e diálogo; em âmbito teológico-doutrinal, chegou-se a importantes convergências e consensos sobre vários elementos da fé cristã e eclesial; nas comunidades dos fiéis, cresce o convívio entre cristãos de diferentes confissões, vencendo-se preconceitos e hostilidades; no campo pastoral, a cooperação ecumênica é realidade em muitos ambientes; na espiritualidade, cresce a sensibilidade ecumênica”.

Mas a primavera não durou tanto quanto se esperava. Um longo *inverno ecumênico* (inverno no sentido europeu) abateu-se sobre a Igreja e não dá sinais de estar passando... O padre Elias Wolf (*ibid.*, p. 262) afirma que “os sinais de recuo se fazem sentir, sobretudo, no comportamento da Igreja oficial nos últimos trinta anos. Esse comportamento parece colocar dúvidas sobre o real compromisso ecumênico da Igreja católica romana” e se manifesta, de modo particular, em três documentos emanados da Cúria Romana: *Carta aos Bispos, sobre alguns aspectos da Igreja entendida como comunhão*, da Congregação para a Doutrina da Fé (1992); *Declaração Dominus Iesus*, também da Congregação para a Doutrina da Fé (2000); e a Carta Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*, do papa João Paulo II (2003). Esses documentos, além do tom pessimista e polêmico com relação às outras Igrejas e ao ecumenismo, parecem ignorar ou,

ao menos, não contemplar suficientemente os avanços realizados pelo diálogo ecumênico nos anos pós-conciliares. Na melhor das hipóteses, prendem-se ao texto do Concílio como se entre ele e os documentos acima referidos não tivesse havido nenhum avanço na reflexão teológica. E tudo isso tem muitas consequências na vida das Igrejas, na qual se constata cada vez mais “um desencontro entre ecumenismo e Igreja”, entre o “ideal da unidade” e a “prática” eclesial, o que “acentua ainda mais a fragilidade das convicções ecumênicas na Igreja, sobretudo na ‘atual geração, que não viu o Concílio’” (WOLF, 2005, p. 263). Por essas razões, continua, “a situação atual poderia ser caracterizada pelo seguinte impasse: ou refaz-se a opção pelo ecumenismo assumindo o diálogo de modo consequente, ou declara-se a deserção e, assim, deslegitima-se tanto o Concílio quanto os esforços ecumênicos realizados até aqui. Parece que, por falta dessa opção, escolhe-se uma terceira via: estar no caminho ecumênico sem caminhar ecumenicamente. Isso significa fazer que o ecumenismo não tenha incidência prática no cotidiano da Igreja, o que explica a dificuldade da *receptatio* dos resultados dos diálogos até aqui realizados” (*ibid.*, p. 264).

Nesse contexto, não deixa de ser “significativo” no Brasil que, precisamente quando diminui o número dos que se declaram católicos e cresce o número dos que se declaram membros de outras Igrejas cristãs, de outras tradições religiosas e dos sem religião, as “novas” Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2011-2015) praticamente ignorem a problemática e o desafio do ecumenismo. Enquanto nas diretrizes anteriores o ecumenismo e o diálogo inter-religioso apareciam como uma das seis *dimensões* da ação pastoral (dimensão ecumênica e do diálogo inter-religioso) ou como uma das quatro *exigências* da ação evangelizadora (diálogo), nas diretrizes atuais, estruturadas em torno de *urgências* na ação evangelizadora, eles não chegam a constituir propriamente uma urgência. O ecumenismo e o diálogo inter-

-religioso são mencionados uma única vez, ao propor algumas “perspectivas de ação” para a primeira urgência: “Igreja em estado permanente de missão” (n. 82 e 83). Será por acaso ou será esse mais um sinal do “inverno”, ou melhor, da “seca” ecumênica que se abate sobre a Igreja nas últimas décadas?

Em todo caso, isso não pode ser motivo de desânimo. A unidade dos cristãos no seguimento de Jesus Cristo, isto é, na entrega e no serviço à realização do reinado de Deus, cuja medida e cujo critério são sempre as necessidades da humanidade sofredora (Mt 25,1-16), além de ser uma exigência intrínseca e fundamental da fé cristã, é uma necessidade e uma urgência de nossa hora histórica. E essa unidade se constrói, antes de tudo e sobretudo, na vida fraterna, na solidariedade com a humanidade sofredora, na luta pela justiça e na construção de uma sociedade mais justa e fraterna – sinal do reinado de Deus entre nós.⁶ A partir daí, podemos ir avançando na reflexão e na reelaboração teológicas.⁷ Convém não esquecer que a postura ecumênica do Concílio foi preparada na prática (silenciosa, conflitiva e suspeita) de muitos cristãos, individualmente e/ou em grupo, e em uma época muito mais difícil e hostil, do ponto de vista ecumênico. Atualmente, pelo menos não se nega, em princípio, a exigência, a necessidade e a importância do ecumenismo – mesmo que a prática vá noutra direção.

Remando contra a maré, caminhando na contramão – como é próprio da vida cristã! –, avancemos, pois, na busca da unidade desejada por Jesus Cristo e construída na força de seu Espírito: unidade na entrega e no serviço à realização do reinado de Deus (venha a nós o teu Reino...), cuja expressão maior é a Eucaristia (fazei de nós um só corpo e um só espírito) e cujo critério maior são sempre as necessidades dos pobres, oprimidos e fracos.

Venha o teu Reino!

Seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu.

Amém!

BIBLIOGRAFIA

- ALBERIGO, G. *Breve história do Concílio Vaticano II*. Aparecida: Santuário, 2006.
- VALENTINI, D. *Revisitar o Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulinas, 2001.
- ALMEIDA, A. J. de. "João XXIII, o papa do Concílio: 'Veio um homem enviado por Deus cujo nome era João'". *REB* 284 (2011), p. 831-860.
- VERCRUYSE, J. *Introdução à teologia ecumênica*. São Paulo: Loyola, 1998.
- SANTA ANA, J. de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- WOLF, E. "O Concílio Vaticano II e o ecumenismo no contexto brasileiro". In: LOPES GONÇALVES, P. S.; BOMBONATTO, V. I. (orgs.). *Concílio Vaticano II: Análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- KLOPPENBURG, B. "Introdução Geral aos Documentos do Concílio". *COMPÊNDIO DO VATICANO II. Constituições, decretos e declarações*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 5-36, aqui p. 12.
- LATOURELLE, R. (org). *Vaticano II. Bilancio & prospettive: venticinque anni dopo (1962-1987)*. Assis: Cittadella, 1987.
- GAUTHIER, P. *O Concílio e a Igreja dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1960.

Notas:

1. PIO XI, *Mortalium animus*, apud J. VERCROYSE, *op. cit.*, p. 67. À consulta sobre "se é permitido aos católicos assistirem ou interessarem-se por reuniões, agrupamentos, conferências ou sociedades de não católicos que tenham por objetivo reunir sob um só pacto religioso (*uno religionis fodere*) todos aqueles que de alguma forma reivindicam o nome de cristãos", o Santo Ofício, em decreto de 8 de julho de 1928, responde com um rotundo "*non licet*" (WOLF, *op. cit.*, p. 253).
2. J. VERCROYSE, *op. cit.*, p. 49. Posteriormente, em 1919, em preparação para uma conferência mundial acerca das questões referentes à fé e à constituição da Igreja, uma delegação visitou o Vaticano e, segundo relatório da mesma, o papa Bento XV acolheu a delegação "com irresistível benevolência", rejeitando, porém, "com irrecusável severidade" o convite à conferência (cf. *ibidem*, p. 51).

3. *Ibidem*, p. 254. "Em 1927, visitou o patriarca de Constantinopla, Basílio III, acreditando que a unidade exige 'a caridade [...]' mais do que a discussão teológica'. Depois, como delegado apostólico na Grécia e Turquia (1934-1944) e como núncio em Paris (1944-1953), continuou o esforço de boas relações entre Igrejas e religiões" (*ibidem*).
4. E, como recorda Kloppenburg Boaventura, em sua introdução geral ao *Compêndio Vaticano II*, "desde o primeiríssimo aviso oficial sobre o Concílio, publicado no *Osservatore Romano* de 26-27 de janeiro, se comunicava: 'pelo que se refere à celebração de um Concílio Ecumênico, este, segundo o pensamento do Santo Padre, não somente tende à edificação do povo cristão, mas também quer ser um convite às comunidades separadas para a busca da unidade pela qual hoje em dia muitas almas anseiam em todos os pontos da terra'" (KLOPPENBURG, *op. cit.*, p. 12).
5. Cf. PAULO VI, *Acta Apostolicae Sedis* 56 [1964] 1012-13, apud Francis A. SULLIVAN, "In che senso la chiesa do Cristo 'sussiste' nella chiesa cattolica romana?", em René LATOURELLE (org), *Vaticano II. Bilancio & prospettive: venticinque anni dopo (1962-1987)*, Assis: Cittadella, 1987, p. 811-824, aqui p. 814.
6. Esse era o caminho indicado para o ecumenismo por vários padres conciliares articulados num grupo que ficou conhecido como "Igreja dos pobres": pensar e construir a unidade dos cristãos a partir dos pobres (cf. GAUTHIER, 1960, p. 180, 239ss).
7. A reflexão teológica é apenas um momento do processo mais amplo e complexo de busca e construção da unidade dos cristãos. Reduzir o ecumenismo ao diálogo teológico ou doutrinário, ou mesmo supervalorizar esse momento em detrimento da vida fraterna e da luta comum pela justiça e pela paz, significa, a longo prazo, relegá-lo a um discurso formal e pouco fecundo que termina esbarrando e/ou sucumbindo numa autoafirmação narcisista, beirando ao fundamentalismo. E essa pode ser uma das razões da seca ecumênica na Igreja católico-romana, como constata Giuseppe Alberigo: "a aurora promissora de um processo de unificação das Igrejas cristãs afundou em milhares de diálogos, todos doutrinários, inspirados pelo sincero desejo de superar as dissensões, mas quase sempre tornados fim para si mesmos, privados de um impulso criativo" (ALBERIGO, *op. cit.*, p. 199).

ASSINE A LITURGIA DIÁRIA

A *Liturgia Diária* apresenta as orações e as leituras bíblicas utilizadas nas celebrações diárias, traz uma reflexão mensal e celebrações e orações diversas. Já a *Liturgia Diária das Horas* apresenta as orações da manhã, tarde e noite. Fortaleça sua fé com os nossos periódicos!



Tel.: 11 3789-4000 (São Paulo e grande S.Paulo)
Para outras localidades, ligue 0800 164011
ou envie um e-mail para assinaturas@paulus.com.br

PAULUS: 29 livrarias distribuídas por todo o Brasil.

VENDAS: Tel.: (11) 3789-4000 — 0800-164011 — vendas@paulus.com.br

SAC: Tel.: (11) 3789-4119 — sac@paulus.com.br

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



O ANO DA FÉ COMO PORTA QUE INTRODUZ NA COMUNHÃO COM DEUS

Clóvis Aparecido Damião*

INTRODUÇÃO

O papa João Paulo II, no início de sua Encíclica *Fides et Ratio*, afirma que “a fé e a razão constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade”, ressaltando com isso que a necessidade de cultivar a fé se fundamenta na busca da verdade. O grande desejo do ser humano é a realização e a felicidade. Esses dois elementos estão presentes nos sonhos e projetos de todas as pessoas, claramente visíveis em nosso tempo. Da busca de sua realização, em nossa época, muitos passam a viver experiências religiosas as mais diversas, que na sua percepção oferecem soluções para seus problemas e inquietações. Entretanto, nem sempre a verdade é o objetivo principal desses grupos religiosos. A busca de sentido para a vida e de transcendência também muitas vezes se reduz à ilusão do consumismo, do poder, do prazer e de coisas materiais, que, transformados em absoluto, tendem a produzir frustração, dentre outros problemas. A cada dia também cresce o número de pessoas que se declaram sem religião e que vivem sua religiosidade ao seu modo.

Por isso, torna-se ainda mais atual o tema da fé cristã para uma reflexão que desperte a consciência do itinerário de fé desejado por Cristo, que é a própria Verdade, o Caminho e a Vida (cf. Jo 10,10). De outubro deste ano a outubro de 2013, o papa Bento XVI nos propõe o Ano da Fé, em comemoração ao

cinquentenário do início do Concílio Vaticano II. A Carta Apostólica *Porta Fidei*, em que ele proclama tal ano, destaca “a necessidade de redescobrir o caminho da fé para fazer brilhar, com evidência sempre maior, a alegria e o renovado entusiasmo do encontro com Cristo” (n. 2).

Estamos diante de uma pluralidade de modelos de fé e, por isso mesmo, faz-se necessário fortalecer a convicção naquilo que acreditamos. Quando questionada sobre sua fé, Marta responde a Jesus por ocasião da morte de Lázaro (Jo 11,19-27): “Sim, Senhor, eu creio firmemente que Tu és o Messias, o Filho de Deus que devia vir ao mundo”. É à luz dessa proclamação de fé que o cristão é convidado a refletir sobre a fé cultivada em seu interior. Marta não apenas responde que crê, mas afirma que crê firmemente, isto é, tem convicção do que acredita. Com o desejo de propiciar aos cristãos tal convicção, a Igreja convida todos a dedicarem um ano inteiro para falar da fé e aprofundá-la em seus corações.

Professar a fé numa época de crises

As Diretrizes da Ação Evangelizadora no Brasil 2011-2015 afirmam que estamos não apenas numa época de mudanças, mas numa

* Licenciado em Filosofia e Letras, bacharel em Teologia, especialista em Catequese pelo IRPAC-Leste II, pós-graduado em Ética e Filosofia e mestrando em Teologia Pastoral pela PUC-SP.

mudança de época (cf. n. 19), o que ocasiona tempos desnorteadores, inclusive no âmbito da fé. As pessoas são estimuladas a viver a fé de forma intimista, pois “já não é mais a pessoa que se coloca na presença de Deus como servo atento, mas é a ilusão de que Deus pode estar a serviço das pessoas” (n. 22). Essa ideia errônea do cultivo da fé não se coaduna com a proposta libertadora de Jesus, que não pregou uma fé que deve esperar recompensas e soluções imediatas, mas o compromisso com o Reino de Deus, mesmo se necessário passar pela cruz.

O próprio papa alerta sobre essa profunda crise que faz com que o homem contemporâneo sinta necessidade de dar razões da sua fé. Sua intenção é fazer com que a Igreja ofereça uma vez mais a oportunidade de todo cristão perceber a força e a beleza da fé (cf. *Porta Fidei*, n. 04). Com esse intuito, a Igreja, enquanto povo de Deus, terá oportunidade de buscar, com empenho e dedicação, a conversão necessária para a vivência de uma fé madura e consciente. A pergunta que deve ser feita, nessa perspectiva, é: o que impede que os cristãos de hoje atinjam essa maturidade na fé? Para responder a essa pergunta, é necessário propor outra: quem são os cristãos de hoje?

Ao destacar o tema “Iniciação à Vida Cristã”, os bispos do Brasil, reunidos na 47ª Assembleia em Itaici – SP, no ano de 2009, refletiram sobre a urgência de evangelizar aqueles cristãos que já receberam os sacramentos da Iniciação Cristã, mas não foram suficientemente evangelizados (cf. *Iniciação à Vida Cristã*, n. 24). Essa evangelização só é eficaz se provoca uma adesão pessoal a Jesus Cristo, fortalecendo a fé e dando razões para o seu cultivo.

Na atual conjuntura, nesse contexto majoritariamente urbano, os cristãos que frequentam as igrejas são pessoas muito diversas umas das outras, o que torna a Igreja de hoje bem mais diversificada, em todas as suas áreas pastorais, que no passado. Por isso, a necessidade de nova evangelização, com novo ardor e entusiasmo sempre renovado, capaz de levar o

discípulo missionário a “sair ao encontro das pessoas, das famílias, das comunidades e dos povos para lhes comunicar e compartilhar o dom do encontro com Cristo” (*Documento de Aparecida*, n. 548).

Essa crise de fé atual atinge toda a sociedade. Na Igreja, são muitos os agentes de pastoral que não conhecem profundamente sua própria fé. Fora da Igreja, há tantos homens e mulheres sedentos do sagrado, mas que não enxergam a necessidade da vida eclesial. No campo da política e da cultura, um grande número de pessoas vê a Igreja de forma negativa, como instituição arcaica e ultrapassada. Paralelas a isso, inúmeras denominações cristãs proliferam, na linha da economia de mercado, oferecendo às pessoas solução para todos os seus problemas. Tais denominações prometem o que, na verdade, Deus nunca prometeu e criam um novo protótipo de cristianismo, desvinculado da vivência comunitária. São esses os cristãos de nosso tempo. Grande parte deles indiferentes à Igreja ou até contrários a ela.

Voltando à pergunta inicial, a maturidade na fé dos cristãos de hoje só será possível à medida que nossas comunidades se tornarem exatamente aquilo que deveriam ser: educadoras da fé. Diversos desafios se apresentam diante da ação evangelizadora, porém, o progresso da Teologia tem colaborado para que a fé não seja apenas acolhida, mas refletida e abraçada com convicção. É claro que, por outro lado, faz-se necessário recordar que a fé é sempre busca, procura da verdade. Por isso, recorda o papa João Paulo II que “a fé diz respeito a coisas que ainda não são possuídas, pois se esperam e não se veem ainda, senão como que ‘num espelho, de maneira confusa’ (cf. 1Cor 13,12)” (*Catechesi Tradendae*, n. 60). Desse modo, o cristão nunca estará de posse plena da verdade que ele busca pela fé. Mesmo assim, o encontro pessoal e verdadeiro com Cristo lhe dará garantias e esperança de se aproximar sempre mais dessa verdade.

O desafio da ação evangelizadora e do ministério pessoal de cada discípulo missionário

adquire maior dimensão nesse contexto. Isso porque torna-se necessário oferecer os conteúdos da fé para aqueles cristãos que não a vivem suficientemente, oferecer também tais conteúdos para os não cristãos que a querem conhecer e, talvez o mais desafiador, oferecer razões para que aqueles que abandonaram a fé ou não se importam com ela percebam sua real necessidade. Certamente será nessa direção que toda a Igreja será conclamada a refletir no Ano da Fé, pois “não há outra possibilidade de adquirir certeza sobre a própria vida senão abandonar-se progressivamente nas mãos de um amor que se experimenta cada vez maior, porque tem sua origem em Deus” (*Porta Fidei*, n. 07).

A fé professada ao longo da história

Diversas vezes já foram recordadas as palavras do papa Bento XVI, que afirma que “não se começa a ser cristão por uma decisão ética ou uma grande ideia, mas pelo encontro com um acontecimento, com uma Pessoa, que dá um novo horizonte à vida e, com isso, uma orientação decisiva” (*Documento de Aparecida*, nn.12 e 243).

Foi o encontro com essa Pessoa que despertou e fortaleceu a fé de inúmeros homens e mulheres que, ao longo da história, sustentaram e edificaram a Igreja de Jesus Cristo. É ele essa Pessoa que, na plenitude dos tempos, veio ao encontro da humanidade para dar-lhe sentido e orientação, propondo a mensagem do Reino.

Não se pode falar de fé madura e consciente sem se recordar dos primeiros cristãos. Tanto os textos canônicos como aqueles que vieram depois descrevem a força e o testemunho de milhares de pessoas que encontraram em Jesus Cristo razão para suas vidas. Os apóstolos e os discípulos viveram sua fé com tamanha profundidade que – na sua maioria – perderam a vida por não recusarem negar a fé que abraçaram. Entre os diversos mártires da Igreja, recordamos os próprios apóstolos e Estêvão, bem como os primeiros bispos de Roma, mortos brutalmente por causa da intolerância religiosa de seu tempo. Deles, Tertuliano, um dos Pais da Igreja, dizia que

o seu sangue era o adubo que fazia crescer a Igreja. Pela fé, esses homens deixaram tudo para seguir Jesus Cristo, e a comunhão de vida com Jesus fez deles verdadeiras testemunhas do Evangelho.

Nos sete primeiros séculos da era cristã, diversos homens de Deus tornaram-se, também, exemplos de fé e santidade pela coragem em defender a Igreja e elaborar os conteúdos da fé que já era vivida, mas que, aos poucos, precisou ser sistematizada. São os chamados Padres da Igreja. Entre eles, podem-se citar Inácio de Antioquia, Irineu de Lyon, Hipólito de Roma, Justino, Cipriano, Atanásio, João Crisóstomo, Agostinho e tantos outros. Seus escritos demonstram a profundidade de sua fé e como se tornaram fiéis defensores da mensagem cristã.

Além deles, como exemplos de fé, podem-se encontrar belíssimas histórias de vida de homens e mulheres que se entregaram aos monastérios, desde Santo Antônio até São Bento de Núrsia. Vale recordar, ainda, o exemplo de santos e santas como São Francisco de Assis e São Domingos, e mais tarde Santa Rita de Cássia, São João da Cruz e Santa Teresa D’Ávila, Santa Teresinha do Menino Jesus e tantos outros. Em nossos dias, os exemplos de Teresa de Calcutá e João XXIII são sempre recordados como motivação para viver a interação fé e vida.

É fundamental recordar, também, como testemunhos de fé, a vida de muitos anônimos que, incansavelmente, por todo o canto do mundo, doam suas vidas na evangelização, na catequese e na pastoral, sendo perseguidos e, muitas vezes, mortos por crerem em Jesus Cristo. Esses homens e mulheres de nosso tempo, bem como todos os outros, de todos os tempos, recordam com a própria história de vida que, com a fé, é possível dar pleno sentido à existência humana. Desse modo, é possível olhar para a história e enxergar a ação do Espírito de Deus, que continua inspirando homens e mulheres a fundamentarem sua fé no amor de Jesus Cristo e, nele, encontrarem alento para suas vidas.

Professar a fé hoje: De que modo e para quê?

O papa Bento XVI recorda que os primeiros cristãos eram incentivados a aprender de memória o Credo, como oração diária, a fim de que não se esquecessem do compromisso que haviam assumido com o batismo (cf. *Porta Fidei*, n. 09). Diversas pessoas, atualmente, ainda mantêm o Credo nas suas orações cotidianas. No entanto, nas celebrações eucarísticas, a Profissão de Fé nem sempre cumpre seu papel, pois professam-se as verdades da fé sem se pensar naquilo que elas expressam. Como todos sabem de memória, há o perigo constante de se fazer a Profissão de Fé sem a compreensão mínima do seu significado. Por isso, é importante recordar para que o cristão é convidado a professar a sua fé.

Primeiramente, é bom lembrar que os primeiros cristãos não apenas viviam sua fé, mas a testemunhavam com as palavras e com a vida. O que fez o Evangelho se espalhar por todos os cantos foi a convicção com que eles partilhavam com os outros o que a nova fé havia causado em seus corações. Um segundo aspecto fundamental que deve ser lembrado é que o testemunho sincero de cada cristão converte outros, mas fortalece ainda mais a convicção de quem anuncia. Aquele que evangeliza também é evangelizado por suas próprias palavras, pois é o Espírito de Deus que age nele e por ele. Além disso, um terceiro motivo para o cristão professar a sua fé deve ser a recordação de que o Deus da revelação é um Deus que se abre à humanidade. Por isso, abrir-se para oferecer aos outros a oportunidade de experimentar o que o próprio evangelizador já experimentou é, na verdade, imitar o próprio Deus na sua abertura à humanidade.

Entretanto, também é fundamental questionar o modo como se deve professar a fé. Já recordamos o modo mecânico com que, muitas vezes, o Credo é proclamado nas celebrações eucarísticas. Por isso, alguns elementos são essenciais na vida do cristão que deseja viver sua fé com autenticidade e, por isso, sente o desejo de proclamá-la aos outros. Entre esses

elementos, destacamos: a participação consciente na liturgia em comunidade; a oração pessoal constante e perseverante; o contato direto com a Palavra, como fonte para toda a vida, e a partilha daquilo que cada um experimentou de modo a gerar nos corações o desejo de conhecer mais e melhor a mensagem de Jesus Cristo.

A religiosidade popular como despertar da fé

É necessário ainda recordar a fé dos que não participam das comunidades eclesiais. Aqueles católicos que anteriormente citamos, alheios à vida de comunidade, que não perceberam a necessidade da Igreja como instrumento de salvação, nem sempre são alheios aos elementos religiosos ligados a ela. Por isso, constata-se como realidade muito presente em nossa sociedade as diversas manifestações da religiosidade popular. Inúmeras pessoas, por todos os lados, não frequentam regularmente as celebrações litúrgicas, mas continuam ligadas à fé católica através de elementos diretamente ligados ao povo. Pode-se pensar, por exemplo, nas diversas devoções praticadas pelas pessoas em todas as dioceses do país, como as romarias, peregrinações e cumprimento de promessas. Além disso, dificilmente se encontra uma família no Brasil que se declara católica que não possua dentro de casa alguma imagem de devoção ou algum objeto religioso. Essa realidade é bem menos presente nas grandes metrópoles, mas ainda é bastante perceptível.

A religiosidade popular está presente em todas as partes do mundo como verdadeiras expressões particulares da busca de Deus que necessitam, por isso mesmo, ser purificadas. Ademais, é a fé que está na base dessas expressões que precisa de purificação, para que as pessoas compreendam os fundamentos dessa fé.

A Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, de Paulo VI, no número 48, destaca algumas limitações da religiosidade popular, que está sempre aberta a deformações da

religião, como, por exemplo, as superstições. Tais manifestações não expressam, segundo ele, uma verdadeira adesão a Jesus Cristo, o que pode colocar em perigo o conteúdo da fé e a própria Igreja. Mas o próprio Paulo VI também afirma que, “encaradas durante muito tempo como menos puras, algumas vezes desdenhadas, essas expressões assim constituem, hoje em dia, mais ou menos por toda a parte, o objeto de uma redescoberta” (*Evangelii Nuntiandi*, n. 48), o que denota a riqueza que a religiosidade popular pode oferecer à Igreja. Por isso mesmo, não se pode ser indiferente a esse aspecto da evangelização, como oportunidade de cultivar a fé dos cristãos.

É fundamental orientar bem as práticas da religiosidade popular, para que dela as comunidades eclesiais se sirvam e nela os discípulos missionários encontrem espaço para oferecer a todos o aprofundamento da própria fé. Levando-se em consideração que tais expressões são vividas por um grande número de pessoas da sociedade, é urgente oferecer a elas o pão da boa doutrina e o pão da Eucaristia (cf. *Catechesi Tradendae*, n. 67), mas também, e antes de tudo, o pão que alimenta o corpo, intensificando o testemunho da caridade na vida e no ministério daquele que evangeliza. A caridade continua sendo expressão de uma fé madura e transformadora.

Presentes ao redor de todas as comunidades eclesiais, as expressões da religiosidade popular demonstram a sinceridade de coração com que milhares de pessoas vivem sua fé e, por isso, devem ser sempre valorizadas. Tais práticas, chamadas também de piedade popular, aproximam, mesmo que de modo mais superficial, as pessoas a Deus. Portanto, nenhum ministro ordenado ou agente de pastoral pode agir com insensibilidade diante dessas pessoas, como quem tira algo e não coloca nada no lugar. Conforme diz o papa, “bem orientada, essa religiosidade popular pode vir a ser, cada vez mais, para as nossas massas populares, um verdadeiro encontro com Deus em Jesus Cristo” (*Evangelii Nuntiandi*, n. 48). A partir daí, a missão da Igreja é purificar, fortalecer e

CD Natal

As mais belas canções

Coral Santo Antônio dos Anjos



Este CD é um produto ímpar para o Natal. Seu repertório é composto de cânticos natalinos conhecidos e apreciados em todo o mundo, como “Glória a Deus”, melodia francesa tradicional de Natal; “Noite Feliz”, de Franz Gruber; “Boas Festas”, do saudoso Assis Valente; a maravilhosa “Happy Christmas”, de John Lennon e Yoko Ono, e muitas outras.

Imagens meramente ilustrativas.

Faixas: 11
Cód.: 7891210004581

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual
paulus.com.br



educar a fé desses homens e mulheres que já experimentam Deus e têm também o direito de conhecê-lo mais e melhor.

O Ano da Fé como tempo de graça

Assim termina o papa sua Carta Apostólica: “à Mãe de Deus, proclamada ‘feliz porque acreditou’ (cf. Lc 1,45), confiamos este tempo de graça” (*Porta Fidei*, n. 15). Sendo assim, é desejo do papa e de toda a Igreja que o Ano da Fé seja tempo de graça para todos. A graça de Deus, acolhida na vida do cristão, deve levá-lo a compreender sempre mais e melhor o amor generoso de Deus, que ama o ser humano na gratuidade. Embora o cristão tenha capacidades para perceber os sinais de Deus em sua história, é sempre Deus que toma a iniciativa. Isso é graça.

Os cinquenta anos do início do Concílio Vaticano II que inspiram esse Ano da Fé devem nos recordar a dinamicidade da Igreja, que, guiada pelo sopro divino, continua atualizando no mundo a mensagem salvífica de Cristo. Nesses cinquenta anos, grandes transformações aconteceram na Igreja, observadas não apenas em suas estruturas, mas também nas comunidades vivas de fé. Cada vez mais, o cristão é chamado a viver e a testemunhar a sua fé com ardor, recebendo da própria Igreja oportunidades de se formar e de se preparar para a missão. Olhando para essa transformação, é possível novamente afirmar que tudo é graça de Deus para a humanidade.

Por outro lado, celebrar o Ano da Fé como tempo de graça não será apenas oportunidade de louvar a Deus pela graça da fé que ele suscitou em nós. Será também ocasião para um profundo exame de consciência, pois o ser humano necessita constantemente de conversão, já que o pecado continua a ser obstáculo ao acolhimento da graça de Deus. Diante das inseguranças do mundo moderno, o cristão parece cada vez mais não conseguir separar ocasiões de santidade das ocasiões de pecado, pois os valores cristãos constantemente são colocados de lado. Certamente é por isso que a fé tem sido tão questionada.

Nesse sentido, o papa reforça que, “ao longo deste Ano, manteremos o olhar fixo sobre Jesus Cristo, autor e consumidor da fé”

(*ibid*, n. 13), para quem deve convergir todo trabalho evangelizador da Igreja. Ao reforçar a fé de cada cristão, a Igreja deverá apresentar a proposta de Jesus Cristo de modo cada vez mais claro e convincente, pois tal proposta fará brotar a fé no coração daqueles que ainda não o conheceram e fortalecerá a fé naqueles que ainda não o compreenderam como o Deus que se faz humano para se aproximar de nós.

Conclusão

Numa das vezes em que Jesus trata da fé como tema de seus ensinamentos, ele certamente deixa seus discípulos espantados por afirmar que a fé deles era menor do que um grão de mostarda (Mt 17,20). Essa observação Jesus não faz a respeito de pessoas que ainda não tinham ouvido seus ensinamentos, nem a respeito de pessoas que o haviam rejeitado. Ele fala aos seus próprios discípulos. Por isso, suas palavras são diretamente aplicáveis aos cristãos de hoje. Enquanto imaginarmos que a evangelização é para aqueles que estão fora da Igreja, perderemos a oportunidade de amadurecer na fé, pois Jesus falava primeiro aos seus discípulos para depois falar aos outros. Toda a mensagem de Jesus, da qual a Igreja é portadora, deve antes ser oferecida a nós cristãos, para que, cultivando a fé no coração dos outros com nossas palavras e nosso exemplo de vida, possamos transmiti-la bem aos outros.

BIBLIOGRAFIA

- BENTO XVI. *Carta Apostólica sob forma de Motu Proprio Porta Fidei*. Documento 195. São Paulo: Paulinas, 2011.
- BLANK, R. *Ovelha ou Protagonista? A Igreja e a nova autonomia do laicato no século 21*. São Paulo: Paulus, 2008.
- CELAM. *Documento de Aparecida*. 2ª ed. Brasília: CNBB; São Paulo: Paulinas, Paulus, 2007.
- CNBB. *Diretrizes gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2011-2015*. Documentos da CNBB 94. Brasília: Edições CNBB, 2011.
- . *Iniciação à Vida Cristã. Um processo de Inspiração Catecumenal*. Estudos da CNBB 97. Brasília: Edições CNBB, 2009.
- JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Fides et Ratio. Sobre as relações entre fé e razão*. Documento 160. São Paulo: Paulinas, 2010.
- . *Exortação Apostólica Catechesi Tradendae*. Documento 93. São Paulo: Paulinas, 2011.
- PAULO VI. *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi. Sobre a Evangelização no mundo contemporâneo*. Documento 85. São Paulo: Paulinas, 2011.

SUGESTÕES PARA A LITURGIA

Ir. Veronice Fernandes, pddm*

4 DE NOVEMBRO – TODOS OS SANTOS

1. O mistério que celebramos

Celebramos hoje a solenidade de todos os santos e santas de Deus. A santidade é dom do amor de Deus. Muitas mulheres e homens colocaram-se em marcha, tiveram capacidade de ir além de si mesmos, por isso são bem-aventurados; fiéis até o fim, lavaram as vestes no sangue do Cordeiro (cf. Ap 7,9.14).

São Bernardo (séc. XII) afirma: “Para que louvar os santos, para que glorificá-los?”. E ele continua: “Eu, por mim, confesso, ao recordar-me deles, sinto acender-se um desejo veemente. Em primeiro lugar, o desejo que sua lembrança mais estimula e incita é o de gozarmos de sua tão amável companhia e de merecermos ser concidadãos e comensais dos espíritos bem-aventurados. (...) O segundo desejo que brota em nós pela comemoração dos santos consiste em que Cristo, nossa vida, tal como a eles, também apareça a nós e nós juntamente com ele apareçamos na glória...” (*Liturgia das Horas, Ofício da leituras*, vol. IV).

A cada dia nos colocamos a caminho, buscando corresponder ao amor divino que nos chama à santidade. Somos chamados a fazer as opções que nos comprometem com o Reino de Deus.

2. Sugestões para a celebração

- Na procissão de abertura, levar o círio pascal. Algumas pessoas podem entrar com vestes brancas e palmas na mão.

- No lugar das preces, invocar as testemunhas fiéis, cantando a ladainha de todos os santos e santas.
- No momento do santo da oração eucarística, se for oportuno, fazer uma dança com incenso. As pessoas que entraram com vestes brancas e palmas nas mãos podem participar da dança.
- A prece eucarística pode ser a I ou a III. No momento da intercessão, quando lembramos santos e santas, se oportuno, deixar espaço para que os membros da comunidade recordem alguns nomes de santos e mártires.
- As palavras do rito de envio podem estar em consonância com o mistério celebrado: *Bem-aventurados sois vós! Ide em paz e que o Senhor vos acompanhe.*

11 DE NOVEMBRO – 32º DOMINGO DO TEMPO COMUM

1. O mistério que celebramos

Jesus continua o ensinamento aos discípulos. Agora, já em Jerusalém, depois de sua entrada triunfal (cf. 11,1-11). Aclamado pelo povo, Jesus é um rei diferente. Ele não se desvia do caminho e se mantém como Messias

* Provincial das irmãs Pias discípulas do Divino Mestre no Brasil, mestra em Teologia, com especialização em Liturgia. É membro do Centro de Liturgia, da Equipe de Reflexão da Pastoral Litúrgica da CNBB e trabalha como assessora nos cursos de formação litúrgica.

e Servo. Rumo à cruz, Jesus aos poucos vai rompendo com as pessoas e estruturas não condizentes com o seu ser Messias: rompe com o Templo (11,12-26); rompe com os sumos sacerdotes, escribas e anciãos (11,27 – 12,12); rompe com os fariseus e os herodianos (12,13-17); rompe com saduceus (12,18-27); rompe com os escribas (12,28-40).

A liturgia de hoje nos convida a estarmos atentos aos pequenos gestos. Duas pobres viúvas (a de Sarepta e a de Jerusalém) nos ensinam com o exemplo de despojamento e confiança total.

Reunidos em nome do Senhor, nós oferecemos, em toda parte, do nascer ao pôr do sol, um sacrifício perfeito (cf. *Oração eucarística III*), com simplicidade e generosidade, a exemplo das duas viúvas: a de Sarepta e a do Templo.

2. Sugestões para a celebração

- Acolher bem as pessoas, que, aos poucos, vão formando o Corpo de Cristo.
- Proclamar bem as leituras, para que a assembleia ouça numa atitude de discípula atenta e desejosa de praticar a Palavra do Senhor.
- Hoje, de forma especial, levar outros dons na procissão das oferendas, fruto do amor e da partilha.
- Valorizar o rito da fração do pão, “gesto realizado por Cristo na última ceia, que no tempo apostólico deu o nome a toda a ação eucarística, significa que muitos fiéis pela Comunhão no único pão da vida, que é o Cristo, morto e ressuscitado pela salvação do mundo, formam um só corpo (1Cor 10,17)” (IGMR 83).
- As palavras do rito de envio podem estar em consonância com o mistério celebrado: *Que a vossa vida seja uma oferta agradável a Deus! Ide em paz e que o Senhor vos acompanhe.*

18 DE NOVEMBRO – 33º DOMINGO
DO TEMPO COMUM

1. O mistério que celebramos

Estamos chegando ao final do ano litúrgico, é o penúltimo domingo. Neste ano, fomos

guiados pelo evangelista Marcos. Passo a passo ele foi colocando-nos frente a frente com Jesus Cristo, o Messias-servo sofredor que foi perseguido e morto na cruz.

Hoje, ouvindo as palavras de Jesus sobre o fim do mundo, somos convidados a refletir sobre a transitoriedade da vida e o julgamento de Deus. Enquanto aguardamos a vinda final, não podemos ficar parados. Novos céus e nova terra são possíveis, começando aqui.

“...Anunciar a morte do Senhor ‘até que Ele venha’ (1Cor 11,26) inclui, para os que participam da Eucaristia, o compromisso de transformarem a vida, de tal forma que esta se torne, de certo modo, toda ‘eucarística’. São precisamente esse fruto de transfiguração da existência e o empenho de transformar o mundo segundo o Evangelho que fazem brilhar a tensão escatológica da celebração eucarística e de toda a vida cristã: ‘Vinde, Senhor Jesus!’ (cf. Ap 22,20)” (João Paulo II, *Ecclesia de Eucharistia*, n. 20).

Que o Senhor nos ajude a caminharmos em sua estrada a cada dia, permanecendo fiéis até o fim.

2. Sugestões para a celebração

- No início da celebração, antes da procissão de abertura, pode ser entoado um refrão meditativo: *Indo e vindo, trevas e luz: tudo é graça, Deus nos conduz!*
- Nas monições, na homilia e nas preces, sublinhar a dimensão da esperança.
- Cantar ativamente e com decisão a aclamação memorial: “Anunciamos, Senhor, a vossa morte...”.
- Antes da oração eucarística, lembrar pessoas e grupos que estão fazendo o Reino de Deus acontecer aqui e agora. Depois, cantar a oração eucarística.
- As palavras do rito de envio podem estar em consonância com o mistério celebrado: *Ele reunirá todos os eleitos, de uma extremidade à outra da terra! Ide em paz e que o Senhor vos acompanhe.*

1. O mistério que celebramos

Com a solenidade de Cristo Senhor e Rei do Universo, concluímos o ano litúrgico. É a festa mais recente, em honra do Senhor Jesus. Foi instituída pelo papa Pio XI. Primeiramente, era celebrada no último domingo de outubro. A reforma do Vaticano II transferiu-a para o último domingo do tempo comum.

Inserida nessa data, com sentido mais espiritual e escatológico, sintoniza melhor com a perspectiva própria do final do ano litúrgico e o começo do Advento.

Ao longo do ano litúrgico, percorremos um caminho pedagógico e espiritual, fomos nos inserindo pouco a pouco na experiência profunda da pessoa de Jesus, em seu mistério de “descida – Kénosis”. Ele, fazendo-se um de nós, mostrou-nos o caminho do serviço e da extrema solidariedade para com a pessoa humana e com toda a criação.

Ele, o Rei-servo, a testemunha fiel, sentado à direita do Pai, pelo seu sangue nos libertou dos pecados e fez de nós um reino de sacerdotes para seu Deus e Pai. A ele, que veio para dar testemunho da verdade, o louvor, a glória e o poder, para todo o sempre (cf. Ap 1,6).

Exultemos de alegria, pois com o óleo de exultação Jesus foi consagrado como sacerdote eterno e rei do universo. Oferecendo-se na Cruz, como vítima pura e pacífica, realizou a redenção de toda a humanidade. O seu Reino é eterno e universal: Reino da verdade e da vida, Reino da santidade e da graça, Reino da justiça, do amor e da paz (cf. Prefácio de Cristo Rei).

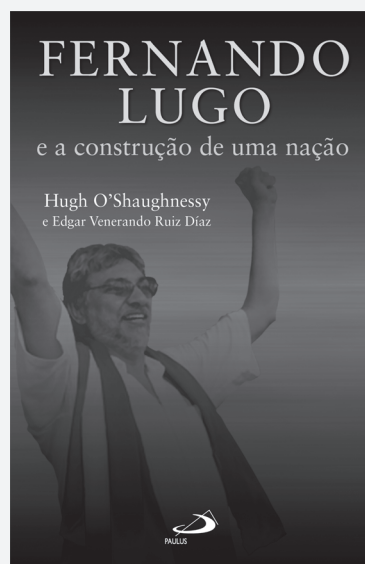
Lembrando hoje as leigas e os leigos, rendemos graças a Deus por tantas mulheres e homens que vivem profundamente sua vocação batismal e se colocam inteiramente a serviço da Boa Notícia – anunciada, vivida e celebrada.

2. Sugestões para a celebração

- Na procissão de entrada, valorizar a cruz, colocando sobre ela um pano branco, como sinal da vitória de Cristo sobre a morte. Valorizar o círio pascal,

Fernando Lugo e a construção de uma nação

*Hugh O'Shaughnessy
e Edgar Venerando Ruiz Díaz*



A história de um bispo católico romano que renunciou ao seu bispado para concorrer a uma eleição presidencial é uma história sem precedentes. Fernando Lugo é o nome em questão. Sua biografia é relatada em detalhes neste livro, que também retrata o vívido quadro de uma realidade compartilhada por outros países latino-americanos.

Formato: 13,5 cm x 21 cm
Páginas: 208
Cód.: 9788534932165

**Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119**

Visite nossa loja virtual
paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.

sinal eloquente de Cristo resplandecente que dissipa as trevas do nosso coração e da nossa mente.

- Alguns leigos e algumas leigas entram na procissão levando a cruz, o círio e o livro da Palavra.
- Fazer a bênção e a aspersão com água no lugar do rito penitencial, renovando o batismo, que nos inseriu na vida de Jesus Cristo.
- Na homilia, recordar o itinerário do ano litúrgico percorrido. Convidar a comunidade a partilhar momentos significativos.
- No *memento* dos defuntos, a comunidade pode lembrar leigos e leigas que foram fiéis servidores de Cristo.
- As palavras do rito de envio podem estar em consonância com o mistério celebrado: *Todo aquele que é da verdade, escuta minha voz. Ide em paz e que o Senhor vos acompanhe.*
- Hoje é o dia internacional da não violência contra a mulher. Amanhã recordaremos Tiago Alberione, fundador da Família Paulina.

2 DE DEZEMBRO – 1º DOMINGO DO ADVENTO

1. O mistério que celebramos

Iniciamos hoje o ano litúrgico. Temos um verdadeiro itinerário pedagógico-espiritual para, pouco a pouco, termos em nós os mesmos sentimentos que havia em Jesus Cristo, nosso Senhor.

Neste tempo de Advento, em que nos preparamos para a celebração do Natal do Senhor, reunimos todos os anseios da humanidade e de toda a criação por dias melhores. Numa só voz, clamamos: Vem, Senhor Jesus!

Com o Advento, abre-se para nós um tempo favorável de vigilância e conversão, de retomada de nossas opções como discípulos e discípulas d'Aquele que sempre vem para nos libertar de todo tipo de injustiça e opressão.

Que o Senhor nos mostre seus caminhos e nos faça conhecer a estrada certa.

2. Sugestões para a celebração

- O espaço da celebração deve estar despojado e sóbrio. Um tronco com um broto ajuda a simbolizar o sentido da espera.
- Não utilizar símbolos que já antecipam o Natal: pisca-pisca, árvore de Natal. Deixe o Advento ser advento.
- Enquanto as pessoas vão chegando, pode-se cantar o refrão: *Vem vindo a libertação! Ergam a cabeça, levantem do chão! (Partitura: Refrãos meditativos, Suplemento 1 do Ofício Divino das Comunidades, Apostolado Litúrgico.)*
- Muitas comunidades costumam usar a coroa de Advento. Sua forma circular, sem começo e sem fim, está ligada à perfeição. O redondo cria harmonia, junta, une. A coroa é feita de ramos verdes, sinal de vida e esperança. São usadas quatro velas. A cada domingo, acende-se uma vela da coroa. De uma a uma, a luz vai aumentando, até chegar à grande festa da Luz que proclama Jesus Cristo como Salvador, Sol do nosso Deus que nos visita, que arma sua tenda entre nós (cf. Jo 1,1-14). Quanto à cor das velas, normalmente é usada a vermelha, que, em quase todas as partes do mundo, tem o significado do amor. No Brasil, somos marcados profundamente pelas culturas indígena e afro, onde o brilho das cores, da festa, da dança, da harmonia com o universo está presente de uma maneira esplendorosa e reveste as celebrações. Dessa forma, temos o costume de utilizar na coroa velas coloridas, uma de cada cor.
- Preparar antecipadamente a coroa no local da celebração. No material utilizado, usar de preferência o natural. É preciso prevalecer a verdade dos sinais. Também na decoração da coroa, não usar brilho, pois, procedendo dessa maneira, estaríamos antecipando a festa da plena luz que é o Natal e deixando de experimentar a feliz espera da manifestação do Senhor que acontece nas

festas do Natal. Sendo o altar símbolo do Cristo, é recomendável não colocar a coroa sobre o mesmo.

Uma proposta para o acendimento:
1º Domingo

Normalmente as velas da coroa são acesas no início da celebração.

Uma pessoa entra com a vela acesa (pode ser uma mulher grávida), enquanto isso, a comunidade canta:

Vem vindo a libertação! Ergam a cabeça, levantem do chão!

Levantando a vela e aproximando-se da coroa, reza-se:

D. Bendito sejas, Deus bondoso, pela luz do Cristo, sol de nossas vidas, a quem esperamos com toda ternura do coração.

Em seguida, coloca-se a vela na coroa.

Os cantos e músicas, executados com atitude espiritual condizentes com o tempo, ajudam a comunidade a adentrar no mistério celebrado. O Hinário Litúrgico da CNBB, n. 1, traz muitas sugestões. Também o Ofício Divino das Comunidades contém um rico repertório para esse tempo.

O Advento é tempo propício para revisão e retomada das opções fundamentais, de acordo com a proposta do Reino, por isso é tempo adequado para a celebração da penitência. As equipes podem prever celebrações penitenciais.

9 DE DEZEMBRO – 2º DOMINGO DO ADVENTO

1. O mistério que celebramos

No segundo domingo do Advento, a figura de João Batista clama no deserto de nossa realidade: “Preparai o caminho do Senhor, endireitai suas veredas”. Essa preparação é realizada com a conversão do coração, tudo isso para que chegue o Reino de Deus. A opção pelo Reino implica despojamento de si, renúncia a toda forma de orgulho, disponibilidade

às inspirações do Espírito, obediência, enfim, uma mudança radical.

Que de fato “nenhuma atividade terrena nos impeça de correr ao encontro de Jesus Cristo, mas, instruídos pela sabedoria que vem de Deus, participemos da plenitude da vida” (cf. Oração do dia).

2. Sugestões para a celebração

- Enquanto as pessoas vão chegando, pode-se cantar o refrão: *Vem vindo a libertação! Ergam a cabeça, levantem do chão! (Partitura: Refrãos meditativos, suplemento 1 do Ofício Divino das Comunidades, Apostolado Litúrgico.)*
- Acender a 2ª vela da coroa do Advento. Pouco a pouco vamos aplainando o caminho do Senhor. Pode-se realizar o rito proposto para o acendimento das velas (ver sugestões do domingo anterior).
- As leituras podem ser contadas de forma que fique bem evidente o anúncio.
- Rezar o prefácio do Advento, IA ou cantar a louvação do Advento que se encontra no Hinário I da CNBB, p. 73.
- Bênção final própria para o tempo do Advento, conforme Missal Romano.
- No rito do envio, acentuar a nossa vocação profética. De volta à nossa realidade, ter a coragem de anunciar o Reino e denunciar tudo o que contradiz a implantação do mesmo. *Ide em paz. Vivei na esperança e na busca de uma vida pura e sem mancha. Anunciai a todos a consolação que vem de Deus e a certeza de que o Senhor vem.*
- Os cantos e músicas executados com atitude espiritual, condizentes com o tempo, ajudam a comunidade a se adentrar no mistério celebrado.
- Empenhar-se na campanha de evangelização.

16 DE DEZEMBRO – 3º DOMINGO DO ADVENTO

1. O mistério que celebramos

Hoje celebramos o domingo da alegria: “Alegrai-vos sempre no Senhor. De novo eu

vos digo: alegrai-vos! O Senhor está perto”. Os textos bíblicos e eucológicos (orações) convidam à alegria. Exclama o profeta: “Canta de alegria, cidade de Sião; rejubila, povo de Israel! Alegra-te e exulta de todo o coração, cidade de Jerusalém!”. Exorta Paulo: “Irmãos: Alegrai-vos sempre no Senhor; eu repito, alegrai-vos”. Com certeza, a alegria é uma realidade palpável na vida do precursor que se empenha em preparar o caminho do Senhor e apontar o Messias que batizará no Espírito e no fogo.

Aquele que esperamos, o Esposo fiel, já está bem próximo. Na celebração, Ele renova conosco sua aliança e nos livra do mal e de todos os temores. Ele é nossa salvação. Neste manancial, somos revigorados no seu Espírito para assumirmos com radicalidade o nosso caminho batismal.

2. Sugestões para a celebração

- O espaço da celebração deve estar despojado e sóbrio, porém, sendo hoje o domingo da alegria, usam-se flores com moderação.
- Se ainda não foi adotada a cor rosada, hoje é conveniente usá-la.
- Enquanto as pessoas vão chegando, pode-se cantar o refrão: *Abra a porta, abra a janela, venha ver quem é que vem! É Jesus que vem chegando, ele é o nosso bem!*
- Acender a terceira vela da coroa (ver o rito proposto nas sugestões do 1º Domingo do Advento).
- Após a saudação inicial, a comunidade pode dizer os motivos que tem para se alegrar e ter esperança.
- Rezar o prefácio do Advento II ou cantar a louvação do Advento, que se encontra no Hinário I da CNBB, p. 73.
- Dar a bênção própria do Advento.

23 DE DEZEMBRO – 4º DOMINGO
DO ADVENTO

1. O mistério que celebramos

Estamos na etapa final do caminho em preparação para o Natal do Senhor. Olhamos para a figura de Maria, que é plenamente a virgem do Advento. Ela é cheia de graça, a serva do Senhor, a nova mulher. É a filha de

Sião que representa o antigo e o novo Israel. O seu sim na anunciação se converte em sim da nova aliança. Maria resume em si as esperanças de seu povo; hoje, esperança da Igreja.

A assembleia de fé, reunida neste domingo, reza confiante, pois o Senhor virá libertar o seu povo. De fato, dos céus cairá o orvalho, as nuvens choverão o justo; a terra se abrirá e brotará o Salvador!

2. Sugestões para a celebração

- Valorizar o gesto da acolhida a exemplo de Maria, que acolheu com alegria o Salvador.
- Acender a quarta vela da coroa (ver rito proposto nas sugestões do 1º Domingo do Advento).
- Neste dia, pode ser dada uma bênção especial para as mulheres grávidas:
- Ó Deus, ternura de paz, nós te contemplamos na gravidez de Maria e na gravidez destas nossas irmãs. Dá saúde a estas crianças que estão para nascer e tranquilidade às suas mães. Bendito sejas pela alegria da vinda de Jesus Cristo, nosso salvador. Amém.
- *Estendendo as mãos sobre as mães, reza (enquanto isso, as mães, de cabeça inclinada, colocam as mãos sobre a barriga):*
- Ó Deus, defensor da vida, confirma estas mulheres na fé e na missão de acalentar a vida que está para nascer.
T. Amém.
E a todas as mães aqui reunidas, abençoe o Deus de bondade, Pai, Filho e Espírito Santo.
T. Amém.
- No rito do envio: *Ide em paz. Caminhai na certeza da presença do Senhor.*



1. O mistério que celebramos

Natal do Senhor! Encarnação do Verbo Divino na nossa história. “Alegremo-nos todos no Senhor: hoje nasceu o Salvador do mundo, desceu do céu a verdadeira paz!” (*Antífona de entrada.*)

Que maravilha! Nasceu para nós o Salvador, o Cristo Senhor! O céu e a terra trocam os seus dons! Hoje, celebramos com alegria o encontro do divino com o humano, a aliança que Deus faz conosco. A glória do Senhor nos envolve em luz e ilumina as nossas sombras de morte. Exultamos de alegria num canto de glória a Deus, que habita o mais alto dos céus e que está no meio de nós, nos amando e nos entregando a Paz, que é seu próprio Filho.

Jesus nasce pobre com os pobres. Veio para arrancar do meio de nós todo tipo de miséria, injustiça e desumanidade.

Na celebração, rezamos confiantes. Que nossa oração se torne realidade.

2. Sugestões para a celebração

- Um pouco antes da celebração, a comunidade pode cantar um refrão meditativo: *Após espera tão longa, irrompe a noite que é dia, até palácios se apagam diante da estrebaria* (ou outro apropriado. Ver melodia no suplemento 1 do Ofício Divino das Comunidades, também gravado em CD).
- Pode ser feito o anúncio do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, a letra se encontra no Diretório Litúrgico da CNBB, procedendo do seguinte modo: No início da celebração do Natal, estando o ambiente no escuro, após o acendimento das velas, procede-se a uma espécie de recordação da vida: recordação do nascimento de Jesus no tempo, em forma de anúncio. Quem vai proclamar o faz do ambão.
- O hino do glória é entoado solenemente. Enquanto toda a assembleia canta jubilosamente, podem ser realizados gestos que

expressam a alegria e o júbilo, como, por exemplo: o toque do sino da Igreja, a incensação do altar.

- As leituras sejam bem proclamadas. Nesta noite, o Verbo feito carne habita entre nós.
- A oração e o abraço da paz podem receber destaque neste dia. A bandeira da paz pode ser um sinal expressivo.
- Depois da proclamação do Evangelho, a imagem do menino Jesus é introduzida por uma criança, acompanhada por duas pessoas com velas. O presidente incensa a imagem e todos cantam: *Hoje, uma luz brilhou para nós. Hoje nasceu nosso Deus e Senhor.* Pode ser feita também uma oferta de flores, por crianças, ao Menino Jesus.
- É bom que a comunhão seja feita sob as duas espécies para todos.
- Bênção final própria para o tempo do Natal, conforme Missal Romano.
- Algumas comunidades costumam fazer uma confraternização após a celebração.

MISSA DO DIA

2. Sugestões para a celebração

- Um pouco antes da celebração, a comunidade pode cantar um refrão meditativo: *Após espera tão longa, irrompe a noite que é dia, até palácios se apagam diante da estrebaria* (ou outro apropriado. Ver melodia no suplemento 1 do Ofício Divino das Comunidades, também gravado em CD).
- No início da celebração, pode-se entrar com o Círio Pascal aceso e a imagem do Menino Jesus, enquanto isso, entoa-se o refrão: *A luz resplandeceu, em plena escuridão, jamais irão as trevas vencer o seu clarão.*
- Dar destaque especial à liturgia da Palavra, proclamando bem as leituras. Que a assembleia esteja bem atenta para a escuta. Recordamos que a proclamação da Palavra de Deus é um verdadeiro diálogo entre Deus e a comunidade de fé.

- Pode-se solenizar a proclamação da profissão de fé, por exemplo, com velas acesas. É oportuno usar o Símbolo Niceno-constantinopolitano.
- Dar destaque à liturgia eucarística: o prefácio pode ser cantado, o santo pode ser realizado com danças e uso do incenso, cantar a aclamação eucarística, as respostas e o amém final com entusiasmo.
- É bom que a comunhão seja feita sob as duas espécies para todos.
- Bênção especial para as crianças e solemne, para todo o povo, própria do Natal.

nos ensine o que é a família, sua comunhão de amor, sua beleza simples e austera, seu caráter sagrado e inviolável; aprendamos de Nazaré o quanto a formação que recebemos é doce e insubstituível: aprendamos qual é sua função primária no plano social”.

Celebramos a manifestação do Senhor na realidade da família. Reunidos em comunidade ao redor das mesas da Palavra e da Eucaristia, possamos superar as possíveis diferenças e desacordos, até chegarmos à maturidade do Corpo eclesial de Cristo, capazes de fazer sempre a vontade do Pai.

30 DE DEZEMBRO – SAGRADA FAMÍLIA

1. O mistério que celebramos

Hoje rendemos graças ao Pai por Jesus ter nascido numa família humana, trazendo esperança para todas as famílias da terra.

A Palavra de Deus que ouvimos hoje e as orações que elevamos a Deus, por meio de Jesus, na unidade do Espírito Santo, nos mergulham no mistério da Sagrada Família. O papa Paulo VI em sua Alocução pronunciada em Nazaré, dia 5 de janeiro de 1964, afirma que “Nazaré é uma escola onde se começa a compreender a vida de Jesus: a escola do Evangelho”. O papa vai descrevendo várias lições dessa escola, destacamos aqui a lição da vida familiar: “Que Nazaré

2. Sugestões para a celebração

- Ter presente a participação das famílias em diversos momentos da celebração: na procissão de entrada, algumas famílias podem entrar em procissão; participação na liturgia da Palavra, como leitores, salmistas; participação na procissão das oferendas...
- Na homília, uma família pode dar um testemunho.
- Rezar a oração do Pai-nosso de mãos dadas, formando uma só família.
- A comunhão seja feita sob as duas espécies.
- Dar uma bênção especial às famílias no final.

VIDA PASTORAL – ASSINATURAS

A revista Vida Pastoral é distribuída gratuitamente pela Paulus editora às paróquias e instituições cadastradas no Anuário Católico do Brasil. A revista também é distribuída gratuitamente (1 exemplar por pessoa) na rede de livrarias Paulus.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livraria Paulus e desejam receber a revista, as assinaturas podem ser efetuadas mediante envio dos dados para cadastro de assinante (nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ) e de contribuição espontânea para as despesas postais. Para os que já são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acrescentar aos dados também o código de assinante.

Para contato:

E-mail: assinaturas@paulus.com.br • Tel.: (11) 3789 – 4000 • Fax: (11) 3789 – 4004

Para a efetuação de assinaturas enviar dados e cópia de comprovante de depósito da contribuição para despesas postais para:

Revista Vida Pastoral – assinaturas

Rua Francisco Cruz, 229 - Depto. Financeiro • 04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição para despesas postais:

Banco do Brasil: agência 0646-7, conta 5555-7

Bradesco: agência 3450-9, conta 1139-8

ROTEIROS HOMILÉTICOS

(Também na internet: www.paulus.com.br)

Maria de Lourdes Corrêa Lima*

31º DOMINGO TC. / TODOS OS
SANTOS E SANTAS (4 de novembro)

A IGREJA SANTA, NA TERRA E NO CÉU

INTRODUÇÃO GERAL

As três leituras da Solenidade de Todos os Santos nos apresentam um fato: Deus, o Santo, quer fazer de nós imagens suas. A santidade não é uma realidade só para alguns, mas para todos. Não é um tema simplesmente da vida privada, mas, envolvendo nosso ser mais pessoal, faz parte de nosso testemunho diante do mundo. Ela também não é algo a ser vivido só na outra vida, mas começa agora o que depois se plenificará.

COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Mt 5,1-12a)

As bem-aventuranças são palavras que ensinam os discípulos, anunciando-lhes promessas e mostrando-lhes o caminho do seguimento de Jesus. Indicam a subversão dos critérios do mundo: os que são considerados como nada são ditos felizes. Trata-se de uma felicidade de outra dimensão, onde o cristão se alegra não obstante os sofrimentos (v. 12: “alegrai-vos!”). As bem-aventuranças são, assim, imagem da nova ordem, do mundo novo, do Reino que Jesus inaugura e que já se inicia agora; são também retrato do próprio Jesus: Ele é o primeiro a ser pobre em espírito, manso, misericordioso... E, com isso, elas são orientação para os discípulos.

Os santos viveram essa assimilação à pessoa de Jesus. São hoje bem-aventurados no céu, mas já começaram, pela vivência cotidiana dos valores das bem-aventuranças, a sê-lo nesta terra. A vida segundo o Evangelho não é uma vida tristonha, revoltada, mas já nos faz, aqui e agora, saborear a bem-aventurança celeste. Quem está com Jesus já participa, na sua vida concreta, da bem-aventurança prometida.

Não se trata, porém, de uma simples divisão: um é santo, e outro, pecador. Embora não se possa negar fundamentalmente essa diferença, a santidade da Igreja é uma realidade que acontece no interior de cada um. Cada um pode ter em si algo da santidade e algo do pecado. A Igreja é santa naquilo que, no coração de cada fiel, é orientado pelo amor que provém de Deus, leva a Deus e à dedicação sem limites aos irmãos.

Bem-aventurados são, primeiramente, os “pobres em espírito”. Não se trata nem de uma pobreza unicamente material nem de uma pobreza puramente espiritual. Trata-se de saber renunciar às riquezas materiais, usando-as para o bem comum, com a liberdade interior que provém dos imperativos do Evangelho. Isso é impulso para que a justiça social aconteça na sociedade. A Igreja, os cristãos, vivendo essa pobreza evangélica, tornam-se sinais do mundo novo.

* Professora do Departamento de Teologia da PUC-Rio e do Instituto Superior de Teologia da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Doutora em Teologia (Bíblica) pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma). É membro da Ordem das Virgens da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Essa atitude se expressa também na mansidão, que, não se impondo com prepotência, mas vivendo em espírito de serviço, terá sua recompensa na outra terra. E naqueles que, aflitos, resistem ao mal sem fazer o mal e agem com a esperança posta em Deus em favor do restabelecimento da ordem querida por Deus. Não se desesperam, porque esperam a consolação que não vem da justiça humana, mas de Deus. A eles estão ligados os que têm fome e sede de justiça, aqueles que sofrem sem verem seus direitos respeitados, mas têm já a certeza daquela justiça que nunca falhará.

Os misericordiosos são bem-aventurados porque deixam transbordar da riqueza de seu coração algo que os faz, talvez sem se darem conta, imagem da infinita misericórdia de Deus, que para eles é reservada. Os puros são aqueles que podem estar diante de Deus sem máscaras, pois nada têm a esconder. Mesmo encantando-se com os valores deste mundo, sabem que só vale aquilo que traz o reflexo de Deus; e, assim, elevam tudo para Deus. Os que promovem a paz são os que vivem a reconciliação, que começa com Deus e, daí, deve-se expandir para os relacionamentos e estruturas humanas.

Por fim, bem-aventurados são os perseguidos por causa da justiça, que mantêm as medidas justas e não se dobram frente a medidas injustas. São, assim, sinal de contradição e se tornam um desafio e mesmo uma acusação. Por isso lhes advém a mesma sorte de Jesus: o desprezo e mesmo o ódio.

Na versão do evangelho de Lucas, Jesus pronuncia as bem-aventuranças “erguendo os olhos para seus discípulos” e dizendo: “Bem-aventurados vós, os pobres... Vós, que agora tendes fome... Vós que agora chorais... Bem-aventurados sereis quando os homens vos odiarem...” (Lc 6,20-23). É como se Jesus já visse neles realizado algo da beleza das bem-aventuranças. As bem-aventuranças não são uma teoria, mas se realizam já neste mundo. Assim, não se deve ler as bem-aventuranças sem olhar para tantos que já agora são puros, santos, honestos... A Igreja é santa nos céus, mas o é também naqueles que, já aqui, deixam-se guiar pela radicalidade do Evangelho. Todos esses que procuram viver o Evangelho

celebram, junto com os santos canonizados, a festa de todos os santos. E podem alegrar-se e exultar porque, pela graça, terão uma grande recompensa em Deus (cf. Mt 5,12).

2. I leitura (Ap 7,2-4.9-14)

Na primeira cena da leitura de hoje, o livro do Apocalipse vê os fiéis em meio a grandes provações. Sem livrá-los das dificuldades, Deus, contudo, intervém em seu favor. Eles são marcados com “o selo do Deus vivo”, identificados como “servos de Deus” (v. 3). A marca que recebem é o batismo, que, na comunidade cristã primitiva, muitas vezes aparece na imagem do “selo” (cf. 2Cor 1,21-22). Ele faz do cristão propriedade de Deus, e por isso é sinal que protege do juízo escatológico. Dessa forma, já agora pertencem a Deus, e depois chegarão à glória de Deus, estarão de pé diante de seu trono (v. 9).

Em seguida, o texto apresenta a visão dos eleitos no céu, aqueles que foram marcados com o selo (v. 9-14). Eles são incontáveis (cf. Gn 15,5: a promessa a Abraão), num número de grandeza incomparável (12 x 12 x 1000, v. 4), e provêm de todas as partes do mundo. São admitidos onde antes estavam só os anciãos e os quatro seres vivos: à presença de Deus (cf. Ap 5,6-8). Portam vestes brancas, a vida nova na qual entraram pelo batismo e que se plenifica na glória celeste. E têm nas mãos palmas, símbolo da vitória (v. 9). Foram purificados pelo batismo, no qual se torna realidade a força salvadora da cruz e, passando pela provação, a venceram (v. 13-14).

Por isso participam da liturgia celeste. O hino que cantam proclama Deus e o Cordeiro como autor da sua salvação (v. 10). O batismo, a força de vencer as provações, tudo eles receberam da graça de Deus. A eles se juntam os anjos, os anciãos e os quatro seres vivos, que cantam a glória e a majestade de Deus (v. 11-12).

Dessa forma, em duas cenas, uma terrestre (v. 2-4) e outra celeste (v. 9-14), o Apocalipse abre a realidade da ação salvadora de Deus, que já nessa história santifica os seres humanos e os guia para a meta última, a glória, na qual participarão da liturgia que não terá mais fim.

3. II leitura (1Jo 3,1-3)

A vida do cristão transcorre entre dois momentos: o agora e o que virá. O primeiro momento (v. 2) já é marcado pela realidade transcendente: somos realmente filhos de Deus. No Antigo Testamento, o povo de Israel aparece, embora raramente, como filho de Deus, mas num sentido simbólico, para indicar a estreita relação de pertença a Deus (cf. Os 11,1) e a realidade de porvir das mãos de Deus, que é o Criador e aquele que formou o povo eleito (cf. Is 64,7; 63,16). No Novo Testamento, não se trata de um símbolo, mas de uma realidade. O único Filho de Deus, Deus como Deus, fez-se humano. E por sua obra redentora (cruz – ressurreição) deu-nos real participação na sua vida de Filho. Isso começa em nós pelo batismo. Essa realidade encontra-se, contudo, marcada pelos limites da história (em geral e de nossa história pessoal).

O segundo momento é a vinda futura do Filho de Deus. Então aquilo que já somos (filhos) será levado à plenitude. Quando encontramos alguém que amamos e que nos ama, nosso semblante se ilumina. Sorrimos, falamos... com confiança diante de um amigo. Quando encontrarmos a Deus, sua divina face iluminará a nossa face. Nosso “semblante” será iluminado. Resplandecerá em nós seu amor, sua divina Pessoa... Nossa semelhança com Ele chegará ao ápice.

Essa esperança deve guiar nossa vida, dando-nos força e motivos para permanecermos fiéis, trazendo para as categorias, os valores e as estruturas de nossas sociedades, que tantas vezes rejeitam o Evangelho, a interpelação que vem de Deus. Assim, o cristão não só se santifica, mas santifica a história.

DICAS PARA REFLEXÃO

– O Concílio Vaticano II, no Documento *Lumen Gentium*, fala da vocação de todos à santidade. Estamos convictos de que temos o chamado para sermos *santos*? De que nosso testemunho perante a própria Igreja e perante a sociedade passa pela resposta a essa vocação?

– Em que consiste a santidade da Igreja, dos cristãos? Como ser cristão coerente num

CD Liturgia V Natal Coral Palestrina da Arquidiocese de Curitiba



Liturgia V possui 17 cânticos interpretados pelo Coral Palestrina da Arquidiocese de Curitiba, sob a regência da irmã Custódia Maria Cardoso, que pertencem ao Hinário Litúrgico da CNBB e abrangem o período natalino. Este é mais um disco que provê cantos para a utilização durante o calendário litúrgico católico ao longo do ano.

Imagens meramente ilustrativas.

Faixas: 17
Cód.: 7891210005496

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



mundo onde há tantas estruturas e valores que contrariam o Evangelho?

– Nossa santidade é mais obra nossa ou de Deus?

32º DOMINGO DO TEMPO COMUM (11 de novembro)

DAR NÃO SÓ O SUPÉRFLUO, MAS
MESMO DO NECESSÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL

O tema predominante na liturgia deste domingo é dado pela correspondência entre o episódio da viúva pobre no templo (Evangelho) e o da viúva de Sarepta (1ª leitura). A partir daí, pode-se compreender a crítica que Jesus faz aos escribas e a dimensão do sacrifício de Cristo tematizado na carta aos Hebreus.

COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

I leitura (1Rs 17,10-16)

O texto de 1Rs 17,10-16 faz parte do início das narrativas acerca do profeta Elias (cf. 1Rs 17-19; 21; 2Rs 1-2). O contexto da cena é a grande seca enviada pelo Senhor (v. 1). O rei Acab promovia o culto ao deus cananeu Baal, ao qual era atribuída a chuva e a fertilidade dos campos. Com a seca, o Senhor mostrava a inoperância do deus cananeu e a potência de sua palavra, que fechava os céus. Elias recebe a ordem de habitar em território fenício, na região de Sarepta (v. 9), a cerca de 15 km ao sul da cidade de Sidônia. Tratava-se de um território pertencente ao sogro do rei. Apesar de não ser do domínio de Israel, as realizações de Elias naquela região demonstravam o grande poder do Senhor, que ultrapassava as fronteiras israelitas.

Elias é um profeta chamado individualmente por Deus, não ligado à corte ou a um grupo de profetas e, por isso, quando não se encontra em sua própria morada, depende da hospitalidade e da caridade de outrem. Deus o adverte de que uma viúva lhe virá em auxílio (v. 9). É exatamente alguém naturalmente desprotegido na sociedade israelita e, nas circunstâncias da grande seca, particularmente em situação de necessidade, o instrumento

de Deus para vir em socorro de seu profeta. Deus se serve dos frágeis, mas generosos, para melhor manifestar a sua força. É a viúva quem dará sustento ao grande Elias. Ela possui, em sua indigência, muito pouco. Mas esse pouco será o princípio a partir do qual ela tirará sustento para si, para seu filho e para o profeta, e por um longo tempo (v. 15).

Julgando segundo razões bem plausíveis, a mulher expõe sua quase impossibilidade de atender ao pedido do profeta por um pouco de pão. Elias, porém, mantém-se firme em sua solicitação e dela exige o pouco que ainda lhe resta. Mas apoia essa exigência na confiança de que o Senhor cuidará da situação (“Não temas, não te preocupes!”, v. 13) e garantirá a sobrevivência dos três durante o tempo da seca (v. 14). Credo na Palavra de Deus, transmitida pelo profeta, a viúva obedece e vê sua generosidade recompensada pela manutenção dos víveres mais necessários à vida e que, no momento de seu encontro com Elias, estavam prestes a acabar (v. 15). Deus garante o alimento; Ele é quem dá o sustento necessário à vida. E o dá para ser partilhado.

Evangelho (Mc 12,38-44)

O texto do Evangelho são as últimas palavras de Jesus antes do discurso escatológico, último de sua vida pública (cf. Mc 13), e antes da paixão. É como uma última indicação das disposições que deve ter seu discípulo. O texto da liturgia possui duas partes: nos v. 38-40, Jesus admoesta os discípulos quanto ao comportamento dos escribas; os v. 41-44 trazem a cena da viúva pobre que deposita seu donativo no templo. Aproximando os dois temas, o evangelista quis colocar em contraste os escribas e a pobre viúva, colocando essa última como modelo.

Na primeira parte (v. 38-40), Jesus começa com uma advertência: “Guardai-vos dos escribas... cuidado com os escribas” – chamando a atenção para a necessidade de se estar atento e não se deixar influenciar pelo comportamento dos mesmos. Em seguida, aponta duas atitudes dignas de crítica. Primeiramente, a *procura de reconhecimento e elogios*, através do uso de túnicas usadas para sair, vistosas e eventualmente ricas (o termo grego *stolé* indica por vezes a veste do rei ou do sacerdote: cf. 2Cr

18,9; Est 6,8; Ex 28,2); do gosto de serem saudados por primeiro, o que demonstrava sua importância; da satisfação em ocupar os primeiros postos na sinagoga, reservados a personalidades importantes (ou ao menos seus próprios lugares, já que os escribas não se sentavam junto com o povo, nas sinagogas, mas em lugares especialmente reservados), e os lugares ao lado de quem oferecia um banquete (cf. Lc 14,18ss). Em segundo lugar, *o desejo de possuir bens*, mesmo daqueles que eram objeto de proteção especial de Deus (viúvas e órfãos: cf. Ex 22,21-22). “Devorar as casas” significa apropriar-se ilicitamente, talvez através dos altos preços exigidos por consultas jurídicas. Tal atitude é agravada por ser levada a efeito por pessoas que “ostentam longas orações”.

Jesus critica, assim, os escribas por sua pretensão de ter, na comunidade, uma posição de destaque em virtude do conhecimento da Lei. O que deveria ser um serviço à comunidade torna-se motivo de autopromoção e de dominação. Sua crítica termina com uma condenação, que equivale a um juízo divino escatológico (assim o expressa o termo grego *kríma*, sentença, julgamento). Os escribas receberão um julgamento mais severo, porque eram conhecedores da vontade de Deus e porque serviam-se de pessoas frágeis para seus propósitos escusos.

A segunda parte do Evangelho de hoje (v. 41-44) se passa na sala do tesouro do templo, no átrio das mulheres, onde havia três cofres destinados a receber as ofertas dos fiéis. Os doadores diziam em voz alta o valor que depositavam e o entregavam a um sacerdote. Desse modo, Jesus podia conhecer o que era oferecido. O evangelista apresenta duas contraposições: muitos ricos – uma só viúva; ofereciam muito – ofereceu duas moedinhas. Essa contraposição faz ressaltar a pobreza da viúva e a sua posição desfavorável. Ela oferece duas “*lepta*” ou um “*quadrante*”, respectivamente, as menores dentre as moedas gregas e romanas.

O ensinamento de Jesus aos seus discípulos é solene: “Em verdade vos digo” – ele dará uma sentença verídica sobre o fato. A oferta da pobre viúva supera a dos ricos, porque é seu *tudo*. Os ricos nada têm de prejuízo com o que dão, pois dão do seu supérfluo. A viúva

dá tudo o que tem. Ela poderia ter dado só uma moeda, mas deu as duas que tinha e, por isso, seu sacrifício é maior e mais autêntico, mais generoso.

Quem dá o que lhe sobra não vê tocada sua própria existência, que continua segura. Doando tudo o que tinha para viver, a viúva professou concretamente seu amor e total adoração a Deus, a entrega a Ele de sua vida e, simultaneamente, a confiança na sua providência. Não basta dar a Deus o supérfluo; Deus não quer de nós alguma coisa, mas, sim, Ele *nos quer*. Jesus não fez à pobre viúva do templo uma promessa de sustento, como o fez o profeta Elias em Sarepta. A viúva do templo tem sua recompensa a partir de seu próprio ato. Se ela assim se dá a Deus... Que não dará Deus a ela?

De outro lado, se ela assim se doa a Deus, este deve ser também o modelo de sua doação aos outros. Nossa solidariedade com todos não se pode expressar só em dar o nosso supérfluo, mas também o que nos é necessário, não só materialmente, mas também nosso tempo, nossa atenção, nossa compreensão, nossa paciência... Enfim, nós mesmos.

A viúva é, assim, colocada como exemplo, embora na sociedade de então não ocupasse nenhum destaque (por ser mulher, e sem marido, sem proteção; e por ser pobre). Ela é exemplo que resume em si, de certa forma, a atitude do ser humano diante de Deus.

II LEITURA (Hb 9,24-28)

O texto da carta aos Hebreus de hoje faz parte do trecho 8,1-9,28, que traça a contraposição entre o modo de garantir o acesso a Deus nos sacerdotes do Antigo Testamento e em Jesus. Jesus realiza um *novo* sacrifício, que supera infinitamente os do Antigo Testamento. Porque não foi feito num templo humano, em Jerusalém, mas chegou ao céu e abriu a face de Deus em nosso favor (v. 24). E porque não precisa ser realizado muitas vezes, mas *uma só* (v. 25-26). Por que não precisa ser repetido? Primeiramente, porque cumpriu em si todas as exigências da oferta, da adoração a Deus. Não pode haver nada de maior. Seu mistério pascal supõe o mistério da encarnação da Segunda

Pessoa Divina; por ser o sacrifício de Deus encarnado, esse sacrifício é absolutamente único. Em segundo lugar, porque tal doação a Deus é capaz de realizar plena e incomparavelmente a comunhão do ser humano com Deus. Ele realizou a salvação de modo pleno, cabal (v. 28).

Aqui se abre a dimensão cristológica do discipulado exposto no Evangelho. Se a viúva é modelo do discípulo por dar-se totalmente a Deus (e, daí derivando, também seu amor ao próximo), a carta aos Hebreus, lida nesse contexto, mostra que Jesus é o modelo do discípulo, também porque ofereceu a Deus todo o seu ser, sem nada reter, incluindo sua vida e sua morte. Ele deu realmente tudo o que tinha (cf. Mc 12,44).

DICAS PARA REFLEXÃO

– Estou atento ao fato de que Deus pode manifestar-se não só no que é mais vistoso, mas também nos mais frágeis, nos indigentes, nos sem-nome?

– Como é meu serviço na comunidade eclesial? É realmente um serviço a Deus e a meus irmãos, ou a mim mesmo?

– Sei estar diante de Deus em atitude de adoração, para oferecer-lhe toda a minha vida, todo o meu ser? Sei que essa oferta tem como modelo último o próprio Senhor, que deu a sua vida por nós?

33º DOMINGO DO TEMPO COMUM
(18 de novembro)

A CADA MOMENTO TOCAMOS
O FINAL DOS TEMPOS

INTRODUÇÃO GERAL

O tema central do domingo de hoje é a consumação da história, com a parúsia do Senhor. Essa consumação é preanunciada no livro de Daniel, ao descrever o fim dos tempos e a ressurreição que então terá lugar. O Senhor que virá cheio de glória é aquele que, na cruz, ofereceu-se como vítima e sacrifício uma vez para sempre.

COMENTÁRIOS ÀS LEITURAS

1. I leitura (Dn 12,1-3)

O texto de Dn 12,1-3 dá continuidade ao capítulo 11 e particularmente aos v. 40-45, que descrevem o “tempo do fim” (11,40), onde se entrevê a morte do rei Antíoco IV, que procurou impor a cultura e a religião pagãs ao povo judeu. É a esse tempo que se refere o início do nosso texto de hoje: “Naquele tempo...” (12,1).

Será um tempo de angústia máxima, onde só se pode esperar uma saída por uma intervenção decisiva de Deus. Miguel aparece com a função de protetor, ou de advogado do povo de Deus, ou ainda de juiz que, como instrumento de Deus, impõe a justiça. A intervenção de Deus livra o povo da angústia, que, sendo em primeiro lugar a aniquilação do rei estrangeiro, se alarga numa dimensão mais ampla, pois se trata de uma intervenção que diz respeito também àqueles que já morreram. O agir de Deus alcança mesmo os que já não são parte ativa dessa história.

Os que serão libertados da angústia são aqueles que estão inscritos no “livro”. A ideia de um livro onde estão escritos os atos dos seres humanos ocorre em outros lugares na Bíblia (cf. Ex 32,32-33; Ml 3,16; Sl 68/69,29). Os que estão inscritos serão liberados da angústia: são os membros da comunidade da aliança, que permaneceram fiéis a Deus apesar das tribulações e perseguições; são os justos que ainda não morreram, mas que, com os justos que ressuscitarão (v. 2), também receberão a vida eterna.

A esse tempo final pertence também a ressurreição. Não se trata aqui da ressurreição universal (o texto diz literalmente “muitos dentre os que”), mas da ressurreição dos sábios e dos ímpios. Eles receberão destinos diferentes: a vida eterna, a ignomínia eterna.

Os “sábios” (*maškilîm*) são os prudentes, os que julgam retamente. Esse termo adquiriu também a conotação de “aquele que tem êxito, que prospera”. Eles são aqueles que conduzem muitos para a justiça (literalmente: tornam [outros] justos), que caem pela espada e pelo fogo e são purificados (cf. 11,33-35). Esse fato e ainda a presença de três termos (v. 2) – “sá-

bio” ou “o que tem êxito”; “muitos”; “tornar justo” – fazem uma ponte de nosso texto com o quarto cântico do Servo Sofredor (Is 52,13-53,12), que morre, mas que “terá êxito” (Is 52,13) e *tornará justos muitos* (53,11). Assim sendo, os sábios de Dn 12 têm uma função para com o povo que é de certa forma paralela à do Servo sofredor de Isaías. Mas, em Isaías, o *servo* torna justos muitos em virtude de seu sacrifício expiatório (cf. Is 53,5-6.10-11); em Daniel, os *sábios* tornam justos muitos em virtude de seu ensinamento.

Muitas vezes, os sábios são identificados com os “piedosos” (*hassidim*). Estes, porém, chegaram a formar, na época do livro de Daniel, um grupo militante armado (cf. 1Mc 2,14), liderado por Judas Macabeu (cf. 2Mc 14,6). Os sábios de nosso texto, todavia, são aqueles que renunciaram a meios violentos para fazer prevalecer o direito de Deus. Sua exaltação vem do fato de eles instruírem a muitos nos caminhos da justiça.

O julgamento de Deus sobre a história pode tardar, mas não falhará. Por fim prevalecerá a justiça divina, que recompensará os fiéis e dará àqueles que de modo particular foram seu instrumento glória e beleza divinas. Com isso, a comunidade de fé é fortificada para enfrentar perseguições na confiança da intervenção final do Senhor.

2. Evangelho (Mc 13,24-32)

O tema do capítulo 13 de Marcos é a escatologia. Isto é, diz respeito à conclusão e à meta da história, que se realizará com a parúsia, a segunda vinda do Senhor. Esse discurso usa numerosas imagens tiradas de textos proféticos do Antigo Testamento e da *apocalíptica judaica*. A apocalíptica é um conjunto de ideias que responde a uma situação de grave crise a partir de uma *revelação* de Deus. Essa revelação mostra o sentido das tribulações presentes e, baseando-se no fato de que é Deus quem dirige em última instância a história, inculca a ideia de seu triunfo final sobre todo o mal. Fornece à comunidade, assim, meios para enfrentar a realidade negativa que experimenta.

Dessa forma, o discurso de Jesus em Mc 13 não procura primeiramente descrever os acontecimentos do fim da história. Não se

preocupa em anunciar uma catástrofe ou fazer uma ameaça, mas indicar que o mundo tem uma meta, para a qual inexoravelmente caminha: a vinda do Filho do Homem em poder e glória. Acontecerá então a consumação do plano de Deus. Com isso, visa inculcar uma atitude nos cristãos: eles devem estar sempre vigilantes, pois o Senhor, embora possa tardar, com toda a certeza virá. Seus discípulos vivem já a partir da certeza dessa vinda, atentos a ela, fixando seu olhar naquele que retornará.

Após a introdução (v. 1-4), o discurso de Jesus descreve os sinais precursores do fim e ensina a atitude do discípulo em tal situação (v. 5-23). O texto do Evangelho de hoje toca o ponto central do discurso (v. 24-27) e é complementado pela primeira das duas parábolas que se seguem (v. 28-29) e por exortações à vigilância (v. 30-32). Com a indicação da segunda vinda de Jesus, de fato, o discurso chega ao seu ponto alto. Essa vinda (parúsia, cf. 1Ts 4,17: retorno glorioso de um rei ou general após uma guerra. Ou visita do imperador a uma cidade) terá lugar “depois daquela tribulação”. Os sofrimentos que marcarão o tempo final não são a conclusão de tudo; haverá uma grande mudança, determinada pelo retorno do Filho do Homem.

A vinda do Filho do Homem é descrita com imagens cósmicas. Trata-se de um modo de falar com o objetivo de enfatizar que se trata de uma teofania, uma manifestação de Deus cheia de glória e poder.

A expressão “Filho do Homem” evoca o texto de Dn 7,13-14. As nuvens indicam sua origem celeste. O tempo da consumação não será mais marcado pelo levantar-se de Miguel, mas pelo retorno do próprio Jesus. Sua vinda será não mais na fraqueza de sua humanidade terrestre, mas na glória de sua ressurreição e no seu poder para julgar o mundo e a história (cf. Mt 25,31). Ele vem para todos. Não se diz *para que* ele vem; apenas se acena à reunião de todos os justos de todas as partes. A imagem dos anjos que reúnem os eleitos ocorre já no Antigo Testamento (cf. Zc 2,10; Dt 30,4): o povo eleito se encontra disperso por toda a terra, e Deus o reunirá no fim dos tempos. Em Marcos, trata-se da comunidade cristã, que participará da salvação. A reunião dos discípulos em torno de Jesus constitui, em

Marcos, a comunidade da Igreja. Com efeito, em Marcos, a primeira ação de Jesus é chamar e reunir a si os discípulos; eles estarão com Ele todo o tempo de sua vida pública (cf. Mc 1,16-20). Na parúsia, a Igreja será levada à sua plenitude, quando os justos (cf. Dn 12,2) estarão definitivamente com o Senhor (cf. 1Ts 4,17).

A parábola que segue (v. 28-29) mostra a necessidade de saber discernir os sinais precursores do fim (v. 5-23). O discípulo deve ser sábio: deve ser capaz de observar e interpretar. Como os sinais estão presentes em vários momentos da história, o cristão é chamado, a cada instante, à consciência de que “está próximo, às portas” (cf. 1Ts 5,1-3). A parúsia do Senhor não é só um acontecimento futuro, mas um acontecimento futuro que lança luz ao meu presente, à medida que influencia meu pensar, meu julgar, meu agir.

O v. 30 refere-se, ao contrário, a todos os acontecimentos indicados no discurso (“até que *tudo* isso aconteça”). “Esta geração não passará”: a geração à qual são dirigidas as palavras do Evangelho. Mais do que uma ideia precisa acerca do tempo, o que se quer transmitir é a certeza de que tal Palavra se cumprirá: tal certeza deve ser um chamado constante à conversão e à necessidade de estar vigilante.

A chave de interpretação dos sinais é a Palavra de Jesus (v. 31). A parúsia mostrará que tudo é transitório, com exceção da Sua Palavra. A consumação da história já começa em nossas decisões e na Palavra de Jesus que já hoje opera.

O texto conclui enfatizando que determinar o momento da parúsia está reservado ao Pai (v. 32). Há uma linha ascendente: anjos – Filho – Pai. Isso sublinha a absoluta liberdade de Deus, a gratuidade de seu agir, e em nada diminui o poder de Jesus. Mostra, porém, que Jesus quis, como homem, submeter-se totalmente ao Pai, dele recebendo tudo. Para a comunidade de Marcos, isto é o decisivo: saber que o dia virá com certeza e que o momento de sua vinda está nas mãos de Deus.

3. II leitura (Hb 10,11-14.18)

O texto da segunda leitura pertence à mesma seção do trecho do domingo passado,

onde se apresenta a diferença entre como os sacerdotes do Antigo Testamento garantiam o acesso a Deus e como Jesus o fez. O ponto central aqui é que Jesus realizou um sacrifício único pelos pecados, pois por ele realizou plenamente a salvação do gênero humano. O perdão já foi concedido (v. 18), Deus já se tornou propício aos homens e não voltará atrás.

Por esse sacrifício irrepetível Jesus alcançou a glória (v. 12). A ressurreição de Jesus o constitui como Senhor da história. O tempo atual aguarda o momento em que seus inimigos serão colocados como apoio para seus pés (v. 13): quando o Senhor consumará sua obra. Ele é o glorioso, o Filho do Homem que julgará o mundo por sua Palavra e tudo levará à plenitude.

DICAS PARA REFLEXÃO

– Sou eu alguém que procura contribuir para que muitos cheguem mais facilmente a Deus (Dn 12,3)? Ou, por meu agir, contribuo para que reine no mundo a injustiça, a maldade, o erro?

– Como a parúsia do Senhor influencia minha vida e a de minha comunidade já agora?

– Sei/sabemos ler os sinais da minha/nossa história à luz da Palavra de Deus, à luz de sua morte, caminho para a glória?

34º DOMINGO TC. / CRISTO REI
(25 de novembro)

O CRUCIFICADO É REI ETERNO
E UNIVERSAL

INTRODUÇÃO GERAL

Jesus Cristo é Rei universal. Seu reinado se manifesta em seu amor por todos e chegou ao ápice no seu sacrifício da cruz, caminho para sua glorificação. Ele é o Messias transcendente, que veio e retornará em poder.

COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Dn 7,13-14)

Após a visão de quatro animais (Dn 7,2-8), Daniel reporta à visão do trono de Deus

e de seu juízo sobre o mundo (v. 9-12). Os v. 13-14 mencionam a visão do filho de homem que se apresenta diante do trono de Deus. A partir do v. 15, o texto traz a interpretação das visões (v. 15-28).

O “filho de homem” é uma figura que ganhou grande importância na tradição judaica e cristã. Literalmente, significa “ser humano” (cf. Sl 144,3; Jó 16,21; Jr 49,18.33 etc.). Mas não é simplesmente tal, pois é apresentada em forma de comparação: “*como* um filho de homem”. O “como” indica que ele é percebido numa visão, não distintamente, mas de modo pouco claro. Pode ou não ser um ser humano. Como, no livro, “homem” muitas vezes se refere a anjos ou seres celestes (cf. Dn 8,15; 9,21; 10,5; 12,5-7), o “filho de homem” poderia representar um ser celestial. Isso é confirmado pelo fato de ele vir “nas/ com as nuvens do céu”, ou seja, ter origem celeste; ele é transcendente. No Novo Testamento, particularmente nos evangelhos, a expressão “filho de homem” referir-se-á quase exclusivamente a Jesus Cristo, o que bem expressará, além de outras características, sua origem divina.

Os quatro animais são representações esquemáticas de reis e reinos que se sucederam na história (não exatamente em número de quatro), até o reinado helenista da época de Daniel. Isso faz pensar que também o filho de homem seja uma figura régia. Como ele é associado aos santos do Altíssimo, que receberão o Reino (v. 18.27), pode ser considerado um ser individual que representa todo o povo que participará do Reino eterno.

O “filho de homem” se apresenta diante do Ancião, figura de Deus que vive para sempre. Dele recebe o império, um domínio universal, permanente e indestrutível. Tomará, portanto, o lugar dos reinos que dominaram a história, que não são nem universais, nem permanentes, nem indestrutíveis.

Há um evidente contraste entre as feras que sobem do mar (v. 3) e o Filho de homem que vem nas nuvens do céu. Seu reinado não será mais fruto das vicissitudes de uma história que tantas vezes se apresenta dominada pelos poderes do caos (o mar), daquilo que é

o oposto de Deus. Não são os poderes deste mundo que determinam a história, mas o verdadeiro senhor da história, que é Deus, que, afinal, fará triunfar seu Reino. E o fará através de alguém que vem de seu mundo divino. A comunidade pode então confiar que a última palavra pertence a Deus. E adquirir, assim, a chave para interpretar a história, para enfrentar perseguições, sem se deixar subjugar pelo aparente poder mundano, mas mantendo-se firme na fé no poder de Deus.

2. II leitura (Ap 1,5-8)

O texto, que praticamente abre o livro do Apocalipse, apresenta a glória e o poder de Jesus Cristo e as consequências de sua obra para nós.

A pessoa de Jesus ocupa o centro da mensagem. Diversos predicados seus são aí descritos.

a) Ele, o Ressuscitado, é *rei*, com poder e glória plenos (v. 5a.6b).

b) *Ele vem*. Ele vem “em meio a nuvens” (v. 7), como o “filho de homem” de Daniel, numa clara indicação de seu caráter transcendente e de seu domínio universal.

No v. 8, Deus se autoapresenta como “aquele que é e que era e que *vem*”. Trata-se de uma releitura de Ex 3,14, onde Deus se revela como o “Eu sou”. A tradição judaica já havia explicado esse nome com a expressão: “aquele que é, que era e que será”. O Apocalipse, porém, muda essa fórmula, substituindo “o que será” pelo “o que vem”. Com isso, a expressão diz respeito a Deus Pai, que garante o que foi dito anteriormente (Ele é o alfa e o ômega em Ap 21,6), mas, ao mesmo tempo, abre-se para indicar Jesus (ele é o alfa e o ômega em Ap 22,13). No Apocalipse, marca-se de modo muito forte a unidade (na diversidade das Pessoas) entre o Pai e o Filho.

Aquele que vem é o Filho de Homem poderoso, mas que sofreu na cruz, que foi traspassado (v. 7, cf. Zc 12,10.14), que derramou seu sangue (v. 5). A união da figura do Filho de Homem poderoso com a do traspassado de Zc 12, dois aspectos tão contraditórios, mostra a novidade do Novo Testamento quanto ao Salvador. Seu poder se manifesta não afastando a

morte, mas assumindo-a e transformando-a. Por isso, seu poder alcança a todos (v. 7), mesmo os responsáveis por sua morte. Seu triunfo será universalmente reconhecido.

c) Ele é *Aquele que nos ama e nos libertou de nossos pecados* (v. 5). Sua obra de redenção, realizada na cruz (ele nos *libertou*, no passado), é fruto de seu amor, que não é um ato (só) passado, mas presente (ele nos *ama*).

Daí surgem as consequências para nós: pelo poder de seu amor, somos libertados do pecado (v. 5) e, com isso, adquirimos dignidade régia e sacerdotal. O que era promessa para o povo judeu, após a libertação do Egito, se guardasse a aliança (cf. Ex 19,6), agora se tornou realidade, por sua cruz e ressurreição. Aquilo que Jesus é, ele o participa a seus fiéis.

Se é assim, a comunidade eclesial tem só uma coisa a dizer: “a Ele seja a glória e o poder pelos séculos dos séculos. Amém” (v. 6).

3. Evangelho (Jo 18,33b-37)

A cena é a do processo contra Jesus. Pilatos pergunta-lhe se ele é o “rei dos judeus” (Jo 18,33). Tal pergunta remete à acusação que o levou ao tribunal (cf. Jo 19,31), da qual Pilatos se distancia (“Acaso sou eu judeu?”, v. 35), negando implicitamente que tivesse nela qualquer responsabilidade. Na boca do juiz romano, porém, tal pergunta poderia denotar certo desprezo pelos judeus, pois ele apresenta aos acusadores Jesus, já flagelado e escarnecido, como “o vosso rei” (cf. 19,14-15) e o caracteriza, no letrero a ser colocado na cruz, como o “rei dos judeus” (19,19).

Jesus, porém, eleva o nível da pergunta de Pilatos. Responde com uma interrogação que lembra aquela que, nos sinóticos, fizera aos discípulos: “Quem dizem os homens que eu sou? E vós, quem dizeis que eu sou?” (Mc 8,27.29). Pilatos não alcança, porém, a interrogação de Jesus e responde enfocando o essencial no processo: “Que fizeste?” (v. 35). É neste momento que Jesus responde se ele é ou não o rei dos judeus: “Eu sou rei... Meu reino não é daqui” (v. 36-37). Jesus define sua realeza. Ele não é “rei dos judeus”; é simplesmente

“Rei”. Os judeus que a ele se opuseram não o aceitam como seu rei (cf. 19,15.21): seu rei é César. Sua realeza, embora abarque Israel (cf. 12,15), ultrapassa as fronteiras de Israel. Seu poder é universal.

Jesus possui dignidade régia, pois recebeu de seu Pai todo o poder (cf. 3,35; 10,29; 13,3). Em sua cruz-ressurreição, em sua glorificação, ele inaugura sua realeza, ao desbancar o “príncipe deste mundo” (cf. 12,31-32).

A partir daqui, entende-se melhor o que significa que seu reino não seja deste mundo. João indica normalmente, através da menção da origem (de onde é algo), o que tal coisa é. Sua realeza não vem deste mundo (cf. 6,15, onde recusa ser feito rei), embora se manifeste no mundo e para o mundo. Mas tem origem e é de natureza transcendente. Assim, Jesus explica a Pilatos que não é um agitador político que quisesse impor seu poder pela violência. Seu reino não se reduz a pretensões mundanas, mas, mesmo começando a instaurar-se aqui, visa algo que ultrapassa essa história.

O v. 37 expressa positivamente a realeza de Jesus: ele tem origem divina, “veio” (do Pai) ao mundo. Ele é o revelador único da verdade salvífica e convida a aceitá-la. Aquele que “ouve a sua voz” e a acolhe começa a ser “da verdade”, entra no âmbito de seu poder vitorioso:

Minhas ovelhas *ouvem a minha voz*. Eu as conheço e elas me seguem.

Eu lhes dou a vida eterna.

Elas jamais perecerão e ninguém as arrebatará de minha mão (Jo 10,27-28).

Ele é Rei, mas exerce sua realeza exatamente aceitando a cruz. Assim, ele instaura um reinado que contradiz os poderes mundanos, pautados tantas vezes pela violência. Seu reinado já se iniciou. Por sua glorificação, os reinos deste mundo *já* foram relativizados, e *já* tem lugar o reinado do Filho do Homem; mas tal realidade *ainda não* penetrou todas as realidades desta história, o que ocorrerá somente quando “aquele que vem” (Ap 1,8) completar sua obra redentora.

DICAS PARA REFLEXÃO

– Permito que Jesus exerça sua realeza na minha vida, na vida de minha comunidade, através da abertura à sua Palavra, à sua vontade, ao seu perdão, ao seu amor; e pela solidariedade com tantos que sofrem e procuram um sentido para a vida?

– Creio/cremos realmente na cruz como caminho para a glorificação? Ou procuro/procuramos a glória sem a cruz? Como isso se demonstra no dia a dia?

– Sei/sabemos discernir o que contribui para o reinado de Cristo daquilo que a ele se opõe e, ao contrário, contribui para o reino do maligno?

1º DOMINGO DO ADVENTO (2 de dezembro)

A ALEGRE EXPECTATIVA
DA VINDA DO SENHOR

INTRODUÇÃO GERAL

O primeiro domingo do Advento abre a perspectiva da segunda vinda do Senhor. Ela acontecerá com toda a certeza e marcará a libertação total daqueles que aceitaram a Palavra de Jesus e viveram na vigilância, na oração (Evangelho), dando frutos do amor plantado em seus corações pelo próprio Deus (segunda leitura). Assim se cumpre, de modo inusitado, a palavra de Jeremias (primeira leitura), que anuncia a vinda de um rei justo, que conduzirá o povo eleito à sua plena realização.

COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Jr 33,14-16)

O texto de Jeremias apresenta um oráculo de salvação que será a realização plena da promessa de Deus. Esse oráculo tem dois componentes:

a) Deus suscitará um rei da dinastia davídica. Numa época em que já não há mais a monarquia em Jerusalém, espera-se, com base na promessa feita a Davi (cf. 2Sm 7,12-16), a restauração da realeza em Jerusalém. Mas, diferentemente de tantos monarcas que haviam

reinado na cidade santa, particularmente nos últimos tempos antes da invasão babilônica, esse novo rei realizará a vontade de Deus, estabelecendo o direito e a justiça, ou seja, a vida conforme os mandamentos.

b) O país entrará numa nova situação. Judá e sua capital, Jerusalém, estarão livres de qualquer ameaça estrangeira, não mais sujeitas à destruição. Assim todo o povo reconhecerá que Deus age em seu favor. Ele é sua justiça, Ele é quem realiza a reta ordem na história universal e no interior do povo eleito, garantindo a observância de sua vontade, expressa na Lei.

No Novo Testamento, o rei suscitado por Deus e que restabelece a justiça é Jesus. Não mais numa monarquia terrestre, em Jerusalém, mas num domínio que a ultrapassa e se estende a todos os povos. Ele o faz já inicialmente em sua vida terrena; realiza-o na sua cruz e ressurreição; e o consuma na sua segunda vida, quando virá com “poder e grande glória” (Lc 21,27). O novo povo de Deus recebe, através dele, a garantia de participar da nova época salvífica (cf. Lc 21,28).

2. Evangelho (Lc 21,25-28.34-36)

Após anunciar a queda de Jerusalém (Lc 21,8-24), o discurso escatológico de Jesus abre-se para a consumação final, que virá não só para Jerusalém, mas para todo o orbe (v. 26.35). A consumação final é determinada pela vinda do Filho do Homem (v. 27.36) e é precedida por sinais cósmicos (no céu e na terra: v. 25), que revertem a ordem da criação, levam-na ao caos, criando uma situação de grande temor e angústia. Trata-se de um modo de falar que tematiza o futuro desconhecido a partir do imaginário conhecido. São imagens utilizadas na apocalíptica e no discurso profético e têm por finalidade mostrar que este mundo, esta história, não tem consistência em si e por si. É a vinda do Filho do Homem que coloca em xeque toda segurança humana e decide o futuro da humanidade. Retoma-se aqui a visão de Daniel (7,13-14), aplicando-a ao Cristo morto e ressuscitado que virá consumir sua obra e receberá do Pai o domínio universal e o poder de julgar as nações (v. 36).

Opõem-se, no texto, o medo e a angústia das populações em geral e a confiante expec-

tativa dos discípulos (“vós”: v. 28). A vinda do Senhor não será, para estes, motivo de inquietação, mas de alegria. A obra redentora de Jesus já os atinge no hoje histórico, mas sua volta marcará o momento em que não se estará mais sujeito aos percalços da vida, permeada de perseguições (v. 12-16). Os discípulos não precisarão mais fugir para escapar de tribulações (v. 21). O desejo, presente em todo ser humano, de ter sua vida histórica totalmente integrada na salvação (cf. Rm 8,23) se realizará. A redenção será então levada à sua plena manifestação. Subentende-se que começará então uma época absolutamente nova.

A vinda do Senhor ocorrerá no “dia” (v. 34). Esse “dia” foi anunciado pelos profetas com variada gama de significados: desde o de juízo para o povo eleito até o de sua restauração definitiva e do aniquilamento dos pagãos. Agora, o “dia” é marcado pela ação do Filho do Homem, que virá para julgar. Sua realização é absolutamente certa, mas sua expectativa não pode ser determinada a partir de um calendário que se espera cumprir-se. Ela deve ser caracterizada pela atitude de prontidão em relação àquela Vinda.

Em Lc 17,22-31, compara-se a atitude errônea diante do dia do Filho do Homem com a dos contemporâneos de Noé e Lot, que, apesar das admoestações, continuaram sua vida sem atentar para a ameaça que estava por se realizar (o dilúvio e a destruição de Sodoma e Gomorra): “Comiam, bebiam...” (v. 27,28). Contra isso, Lc 21,34.36 exorta os fiéis a não se deixarem tomar pelos afanos do dia a dia, esquecendo-se do anúncio de Jesus. “Não dormir, não embriagar-se...” (cf. 1Ts 5,6-7). É preciso manter-se atento, vigilante, plenamente consciente.

Na perspectiva de Lucas, porém, isso não basta. A vigilância deve ser cumprida na oração constante. Vigiar e orar (cf. Lc 22,46, no Getsêmani), o discípulo terá a força para superar as tribulações (v. 25-26), alegrar-se-á pela proximidade da vinda (v. 28) e terá confiança de ser acolhido pelo Filho do Homem (v. 36).

O texto mostra, assim, o dia da vinda do Senhor como o dia da grande libertação. Nessa perspectiva, o cristão pode viver com imensa

esperança. O futuro trará a plenitude dos dons de Deus e a consumação de toda a sua obra. Essa esperança se expressa então na atitude de permanente atenção e na oração constante. Longe de alienar o discípulo de suas responsabilidades, tal esperança lhe dará a motivação mais profunda e o dinamismo mais produtivo para que ele colabore na construção do Reino, já presente em semente.

3. II leitura (1Ts 3,12 – 4,2)

O texto litúrgico se inicia com uma oração do Apóstolo (3,12-13). Ela expressa suas expectativas, que simultaneamente são orientações de vida para os cristãos. Dois elementos são mencionados: o amor e a santidade.

O Apóstolo ora, em primeiro lugar, para que o Senhor faça crescer o amor, primeiramente entre os irmãos, mas também para com os que não pertencem à comunidade cristã. Trata-se de uma atitude que os cristãos devem desenvolver; sua fonte, porém, é o próprio Deus: é Ele quem o faz crescer. O amor deve ser realizado concretamente no trato cotidiano, mas isso só ocorrerá se cada um estiver aberto a recebê-lo de Deus. Então, sim, poderá transbordá-lo para os outros. É o que diz em outras passagens São Paulo: “O amor de Deus foi derramado em nossos corações...” (Rm 5,5); e “Aprendestes pessoalmente de Deus a amar-vos mutuamente” (1Ts 4,9).

O segundo elemento, a santidade, não é um algo a mais ao lado do amor, mas designa a mesma realidade, embora de modo mais abrangente. A santidade não consiste simplesmente em comportamentos segundo a moral, mas na vivência do amor. Tendo o cristão crescido no amor, Jesus confirma seu coração (a sede de sua vida, de sua intelectualidade, moralidade e espiritualidade) na participação da santidade do Deus que é amor.

Tal confirmação ocorrerá por ocasião da parúsia do Senhor. Será confirmada uma vida já vivida na santidade. O cristão não espera a parúsia de modo descompromissado, mas na tensão de uma vida que vive plenamente o presente a partir da luz que lhe confere o futuro.

Em sua vinda, Jesus não estará sozinho. Ele virá acompanhado de seus santos, que podem ser aqui os anjos e/ou os fiéis já falecidos. Ele

inaugurará uma nova época da qual todos os que viveram no amor participarão.

O texto litúrgico continua com a exortação do Apóstolo, em tom afetuoso, a que os cristãos não se acomodem, mas vivam sob o olhar de Deus, realizando sua vontade e progredindo nesse caminho. A fonte do amor é Deus (cf. 3,12), mas isso não dispensa o empenho pessoal.

DICAS PARA REFLEXÃO

– A santidade é vocação universal (LG, cap. 5). Levo a sério essa vocação? Como vivo o amor (aos irmãos e aos que não pertencem à comunidade) em meio às tensões do cotidiano?

– As preocupações do dia a dia, a busca de bem-estar, de “qualidade de vida”, de sucesso... ocupam minha atenção, de modo a obscurecer a orientação de minha vida para o Senhor?

– Como viver o compromisso cristão neste mundo em atitude de vigilância e oração?

2º DOMINGO DO ADVENTO (9 de dezembro)

PREPARAR-SE PARA A VINDA
DO SENHOR

INTRODUÇÃO GERAL

Preparar o caminho do Senhor é o centro do anúncio de João Batista. A conversão exige empenho pessoal, mas ela é impulsionada por Deus, que é capaz de realizar em nós a mais profunda transformação. Essa transformação tem como ponto central a vivência sempre crescente do amor.

COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Lc 3,1-6)

O texto do Evangelho tematiza a missão do Batista. A referência à história profana, com a qual a narrativa se inicia (v. 1-2a), não é sem significado. A história não é estranha ao agir de Deus. Deus age nela e através dela. Considerando-a atentamente, portanto, pode-se destrinchar, de modo mais ou me-

nos evidente, sua providência e seu domínio absoluto. A história humana, porém, por si mesma é ambígua e só pode ser avaliada na profundidade a partir de Deus. Por isso, Deus envia sua Palavra (v. 2b). João Batista é apresentado como um profeta, a quem foi dirigida a Palavra de Deus (cf. Os 1,1). É essa – e só essa Palavra – que ele transmitirá.

O conteúdo dessa Palavra é o “batismo de conversão para a remissão dos pecados” (v. 3). Trata-se de uma imersão ritual para significar a prontidão para a conversão (cf. v. 8.10-14), para a reestruturação da vida conforme as exigências de Deus. Converter-se não é somente mudar de rumo, mas andar em sentido contrário ao encetado até então, retornando ao Senhor do qual se estava afastado. Como fruto da conversão, está a remissão dos pecados. A “conversão para a remissão dos pecados” é uma frase muito utilizada por Lucas para falar da obra salvífica de Jesus; é um modo sintético de apresentá-la (cf. Lc 24,47; At 2,38; 10,43; 26,17-18). O ministério de João Batista prepara a obra de Jesus, predispondo seus ouvintes a acolhê-la.

A missão de preparar o caminho do Senhor (v. 4; cf. 1,16-17.76-77) é apresentada pela citação de Isaías. Em Is 40,3-5, o Senhor virá para fazer retornar os judeus de Babilônia à sua terra. Ele mesmo os conduzirá e sua vinda coincide com a salvação esperada. Para isso, é necessário abrir os acessos, retirar os obstáculos (v. 4b-5). O caminho a ser preparado é o próprio coração, a própria consciência, a própria vida. Isso anuncia João Batista, a partir do que Deus lhe falou. Onde alguém ouve a Palavra de Deus e se deixa interpelar por ela, ali começa para ele uma missão salvífica para este mundo. Através dele, Deus opera.

A Palavra de Deus é proclamada no deserto (v. 4a). O deserto é lugar de solidão, de instabilidade, de falta de segurança. É onde, vazia de tudo, a pessoa só pode contar com o auxílio de Deus. Ao mesmo tempo (e por esse fato), é lugar do encontro “face a face” com Deus, sem subterfúgios. É o lugar onde Deus fala e, no silêncio, pode-se fazer ouvir. A partir desse encontro pessoal, é lugar do início de uma nova relação de comunhão (cf. Os 2,16).

A mensagem de João Batista é, na perspectiva de Lucas, endereçada não somente aos judeus, mas também aos pagãos (v. 6). “Ver a salvação” é experimentá-la realmente; isso ocorre se o caminho foi preparado. A conversão e a consequente salvação são, assim, respectivamente, chamado e oferta de Deus a todo homem. Não há mais nenhum privilégio religioso: judeus e pagãos estão na mesma condição de destinatários da salvação.

Advento é ir ao encontro do Senhor que vem como salvador, que pede e deseja nosso retorno a Ele. Para o encontrarmos no deserto da vida e, face a face, sempre de novo entrarmos em comunhão com Ele. É tempo de preparação do caminho de nossas consciências para o Senhor que veio, vem a cada momento e virá.

2. I leitura (Br 5,1-9)

O texto de Br 5,1-9 pertence à quarta parte do livro de Baruc (4,5-5,9), que contém súplicas de Jerusalém a Deus, pelo perdão e pela libertação dos exilados na Babilônia (4,5-29), às quais se seguem duas palavras proféticas que prometem a restauração da cidade santa (4,30-37; 5,1-9). O texto da liturgia de hoje corresponde à segunda palavra profética. São palavras de consolo, que descrevem a glória da Jerusalém restaurada e a volta jubilosa dos exilados.

A primeira parte do texto (v. 1-4) apresenta a mudança da sorte de Jerusalém (do exílio babilônico para a volta à terra). A transformação aparece primeiramente em duas imagens: tirar os sinais de luto e vestir os sinais da glória. Glória é uma realidade própria de Deus que transparece no mundo criado e na história: é a santidade de Deus tornada visível (cf. Sl 18/19,2: “os céus narram a glória de Deus”). Que Jerusalém se revestirá de glória significa, assim, que a santidade de Deus se manifestará tão plenamente na cidade eleita que, através dela, será contemplado algo da santidade de Deus. Deus faz Jerusalém participar de sua própria santidade. Essa realidade é retomada na imagem do “manto de justiça”. Justiça, no Antigo Testamento, é, em última instância, a correspondência entre uma realidade e sua medida. Vestir o manto de justiça indica então que Israel corresponderá totalmente à

medida que Deus tem para ele o seu desígnio, seu plano de salvação. Isso se concretizará na vivência dos mandamentos. Glória e justiça não serão fruto do empenho dos fiéis, mas exclusivamente dom de Deus (v. 1.2.4: “vem de Deus”).

Completa essa descrição a mudança de nome. O novo nome mostra em que se tornará a Jerusalém renovada: paz da justiça (que relembra o nome Jerusalém, que, em hebraico, contém em si a palavra *shalôm*, “paz”: *yerushalaim*) e glória da piedade (que demonstra a profunda veneração diante da majestade de Deus).

A segunda parte do texto descreve o retorno dos exilados (v. 5-7). Jerusalém é chamada a olhar para o oriente e ver sua população retornando. O retorno é marcado pela alegria (v. 5) e pela glória (v. 6). É Deus mesmo que prepara o caminho para que Israel possa voltar “com segurança e na glória de Deus” (v. 7). Deus é guia dos que retornam, como a nuvem luminosa o foi para o povo do êxodo (cf. Is 40,3-4; Ex 13,21-22).

A terceira parte (v. 8-9) indica que o caminho do retorno contará com a proteção de Deus, que aparece na imagem da sombra (cf. Sl 90,91,1) de árvores que, obedecendo ao Senhor, evitarão que os exilados sejam molestados pelo sol (v. 8). Isso se explica (v. 9) porque Deus conduzirá Israel. Quatro qualificativos marcam seu agir: de um lado, a alegria e a luz da glória (que retomam o início do texto) e, de outro, a misericórdia e a justiça que ele outorga.

O texto, anunciando assim a restauração do povo eleito, mostra que o grande protagonista é Deus. É Ele quem realiza a salvação, e o faz de modo glorioso. Todo passado foi superado (v. 1.6); haverá somente júbilo. Os próprios atributos divinos (glória e justiça) serão dados a Jerusalém. Deus prepara o caminho, cria as condições e restaura Israel. Tudo se concentra na ação de Deus.

Sempre a obra de Deus em nossa vida é absoluta iniciativa e gratuidade de Deus. No Evangelho de hoje, contudo, é colocado em maior evidência que essa obra gratuita de Deus usa e exige a generosa cooperação da criatura agraciada. Embora tudo tenha iniciativa na

ação de Deus, que, enviando sua Palavra a João, cria as condições para que a conversão se realize, o Batista deve, por sua pregação e pelo batismo, preparar os corações. Exige-se o empenho humano. O povo deve se converter, e o pode fazer porque Deus está aberto a recebê-lo de novo.

3. II leitura (Fl 1,4-6.8-11)

No início da carta aos Filipenses, São Paulo reza pela comunidade. O motivo de sua oração é a alegre constatação de que os filipenses têm colaborado fielmente na difusão do Evangelho, desde que o acolheram (v. 5), seja por sua atividade missionária, seja pela ajuda material que deram a Paulo (cf. 4,15-16). Tal fato leva o Apóstolo à convicção de que o Senhor, que é fiel, não deixará cair no vazio o empenho até agora feito. Ele dará ainda a graça de perseverar até o fim, quando o Cristo consumir sua obra (o “dia de Cristo Jesus”), num crescendo que a levará à perfeição (v. 6).

Paulo invoca então o testemunho de Deus, para afirmar sua estima pelos filipenses. Para com aqueles que se dedicam ao mesmo ideal da evangelização, Paulo nutre uma religiosa e profunda estima, que tem sua origem, seu modelo e seu motor no próprio coração de Jesus Cristo (v. 8). Sua prece (v. 4) concretiza-se, então, na súplica para que o amor que move a comunidade cresça sempre mais. Conhecimento e sensibilidade (v. 9) são duas características do amor que excluem que ele seja uma simples afeição passageira e superficial. O amor deve ser iluminado pelo conhecimento e por um delicado sentimento, que o façam a um tempo reflexivo e cheio de ternura espiritual. Esse amor conduz ao discernimento, torna mais sutil a capacidade de avaliar e distinguir entre o bem e o mal (v. 10). Crescendo nesse amor cristão, os filipenses chegarão ao dia do Senhor “puros e irrepreensíveis”, ricos de frutos de santidade, de boas obras. Desse modo, chega à perfeição a obra que Deus iniciou (v. 6) e que é realizada por Cristo Jesus (v. 11).

A oração do Apóstolo desemboca, então, numa doxologia: tudo isso é para a glória e o louvor de Deus. A salvação final e a glorificação de Deus são a meta para a qual tendem os fiéis e são realizadas por meio de Jesus Cristo.

Colocado no segundo domingo do Advento, esse trecho da carta aos Filipenses indica como, vivendo em atitude de constante conversão, podemos preparar o caminho para o Senhor que vem (cf. o Evangelho).

DICAS PARA REFLEXÃO

– Como minha comunidade e cada um em particular estão contribuindo para a evangelização? Sei/sabemos considerar os desafios da história e iluminá-la com a Palavra do Senhor?

– Como crescer no amor, preparando assim nossa consciência para o Senhor, que deseja vir sempre mais plenamente em nossa vida? Estou consciente de que tudo é obra de Deus e, ao mesmo tempo, empenho sério de conversão?

– Procuro estar “face a face” com Deus, esvaziando-me de mim mesmo, para acolher a Deus que deseja renovar sua glória e sua justiça também na minha vida?

3º DOMINGO DO ADVENTO (16 de dezembro)

A ALEGRIA E A ESPERANÇA NA EXPECTATIVA DO SENHOR

INTRODUÇÃO GERAL

O terceiro domingo do Advento apresenta as exigências concretas para recebermos o Senhor que vem. A expectativa de sua vinda é dominada pela alegria, pois Ele já venceu e eliminou todo o mal. Vivemos hoje na esperança da plenificação, na história, dessa sua obra.

COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Lc 3,10-18)

O texto do Evangelho de hoje é parte da pregação de João Batista e concretiza a conversão a que ele chama (v. 3-5: cf. o domingo precedente). Os v. 10-14 tematizam o aspecto ético; os v. 15-17, o messiânico-cristológico.

Nos v. 10-14, as exigências da conversão não consistem no oferecimento de sacrifícios ou na realização de rituais (jejuar, vestir-se de saco, cobrir-se de cinzas), o que fora já criticado pelos profetas, caso não correspon-

dessem ao amor realizado em atitudes de justiça (cf. Is 58,1-12; Jl 2,12-14). Também não é mencionada nenhuma conduta ascética. São apresentados três aspectos da vida diária como resposta à pergunta, típica de Lucas, que manifesta a conversão: “Que devemos fazer?” (v. 10.12.14; cf. At 2,37; 16,30; 22,10).

O primeiro refere-se à pergunta das multidões. Mesmo os elementos fundamentais à vida – a túnica para vestir-se, o alimento para a própria subsistência – devem ser repartidos com aqueles que deles carecem.

O segundo e terceiro dizem respeito a duas específicas profissões, conhecidas como facilmente exercidas de modo corrupto. São os coletores de impostos e os soldados judeus empregados no serviço de Herodes Antipas, tetrarca da Galileia (que a atividade do Batista seja ali especialmente desenvolvida, cf. 3,19-20). Não se trata de deixar de exercer tais ofícios, mas de exercê-los com honestidade. No contexto da pregação de João, colocada entre os v. 7-9 e 15-17, que possui claro tom escatológico, essas palavras carregam o mesmo tom. A maneira de conduzir a vida atual, na justiça e no amor, tem consequências escatológicas.

Os v. 15-17 apresentam, como resposta à reação do povo ao seu anúncio, a pregação de João sobre a identidade do messias. Desde o tempo do exílio babilônico, quando cessou a monarquia em Jerusalém, desenvolveu-se, a partir da promessa de Natan a Davi (cf. 2Sm 7,14-17), a esperança de que Deus restauraria a dinastia davídica. No livro de Daniel (meados do século II a.C.), fala-se explicitamente de um “príncipe ungido” que virá (Dn 9,25). Nos últimos séculos antes de Cristo, desenvolveram-se muito as expectativas messiânicas em Israel. Isso permite compreender a interpretação que a multidão faz da pregação de João. Este, no entanto, deixa entrever em suas palavras não ser ele o messias. E indica suas características. Ele é:

– *Aquele que vem.* Lucas não diz que vem “depois” (cf. Mc 1,7), para que Jesus não seja confundido com um discípulo do Batista;

– *O mais forte.* João nem é digno de lhe prestar o serviço humilde de um escravo;

– *O que batiza com o Espírito Santo e com o fogo,* enquanto o batismo de João é com água.

Definindo Jesus, João apresenta-se como o profeta que anuncia imediatamente a vinda do messias escatológico.

A água no batismo de João é sinal da conversão em vista da purificação (a remissão dos pecados). O batismo de Jesus é caracterizado pelo fogo, que também purifica, mas que o faz porque comunica o Espírito Santo. Fogo e Espírito estão associados na cena do dia de Pentecostes (cf. At 2,3-4). O fogo destrói aquilo que, diante de Deus, não tem valor (a palha: v. 17). A imagem do v. 17 expressa o julgamento escatológico, discernindo bons e maus: Jesus limpará a sua eira e recolherá o trigo: imagem da purificação dos fiéis e sua salvação; e queimará a palha no fogo sem fim. No batismo trazido por Jesus, antecipa-se o julgamento final de Deus, com a eliminação do que não se coaduna com o Evangelho e com a salvação para aqueles que o acolhem.

O v. 18 conclui o texto, retomando a missão de João Batista como anunciador da Palavra.

2. I leitura (Sf 3,14-18a)

O texto de Sofonias é um oráculo de salvação que se inicia com um convite à alegria (v. 14), ao qual se segue sua motivação: Deus agiu em favor de Jerusalém (v. 15), de modo que uma nova realidade terá lugar (v. 16-18a).

O convite à alegria é enfático, ao ser apresentado quatro vezes (rejubila-te, grita de alegria, alegra-te, exulta). Trata-se de uma alegria que brota do interior, mas se manifesta também exteriormente, pela voz e outros sinais (cf. Is 55,12; Jr 50,11).

O motivo para tanto é primeiramente que Deus revogou a sentença que pesava contra Jerusalém, aquela com que Ele a ameaçara (cf. 3,1-2). E o fez retirando de seu meio aqueles que eram responsáveis pelos desvios da cidade santa (cf. 3,3-4.11: príncipes, juízes, profetas e sacerdotes iníquos, ou seja, os orgulhosos aproveitadores). Os dirigentes que se transformaram em inimigos.

Uma vez *limpada a eira* (cf. Lc 3,17), Deus se estabelece no seio do povo. Não haverá mais um rei davídico, mas o próprio Senhor será o rei de Jerusalém. Eliminando as classes dirigentes corruptas e tendo anulado o juízo contra Sião, chegou para ela o tempo de salvação. Ela não deverá mais temer o mal, isto é, tudo o que anteriormente ocorreu em virtude dos desmandos de seus chefes.

Descreve-se então o novo estado de Jerusalém em virtude da intervenção de Deus. Agora não há mais lugar para o temor, só para a alegria. Aqueles que se encontram desencorajados, sem força, por efeito do medo, são chamados a recobrar o ânimo. A garantia é dada por Deus, que, forte, está no meio do povo como um guerreiro que o liberta. Mas não só: não é somente Sião que se alegra (v. 14); o próprio Deus se alegra por causa da cidade santa. Mostra, assim, a grandeza de seu amor por Jerusalém, causa última de sua renovação.

O Evangelho de hoje apresenta Jesus como o mais forte que vem. Ele é o Senhor que purifica e renova seu povo e que “está no meio de nós”.

3. II leitura (Fl 4,4-7)

O Apóstolo convida a alegrar-se sempre, em todos os momentos e situações. Não são os acontecimentos exteriores que motivam (ou não), em última instância, a alegria cristã, mas o Senhor, e o que em nosso favor Ele realizou e realiza (v. 4).

Tal alegria manifesta-se exteriormente em gestos de bondade. A perspectiva da próxima vinda do Senhor corrobora o convite à alegria e lhe dá nova motivação (v. 5). Se essa é a alegria cristã, então todas as adversidades se tornam relativas. Em vez de se deixar dominar pela inquietação, o cristão as expõe a Deus na oração (v. 6).

Essa entrega confiante nas mãos do Pai é então portadora da paz que vem de Deus. A paz é um modo de falar da salvação em sua realização concreta (cf. 2Cor 13,11; 1Ts 5,23). Mesmo sem compreender tudo, crendo no amor providente de Deus, o fiel se sabe guardado da inquietude e da angústia.

Controle social de políticas públicas Caminhos, descobertas e desafios

Dalila Maria Pedrini, Telmo Adams e Vini Rabassa da Silva (orgs.)



Imagens meramente ilustrativas.

A fim de contribuir com a construção da cidadania democrática no Brasil, uma conceituada equipe de pesquisadores e profissionais se reuniu para organizar esta obra, que em nove artigos analisa alguns pontos importantes das políticas públicas, como o controle social e a fragilidade da sociedade civil.

Formato: 13,5 cm x 21 cm

Páginas: 237

Cód.: 9788534927819

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



Na paz-salvação que vem de Deus encontra forças (v. 7).

A vinda do Senhor – sua primeira vinda, como também a segunda – é motivo de alegria e paz e é capaz de vencer todas as ameaças dessa história.

DICAS PARA REFLEXÃO

– Estou consciente de que minhas escolhas na vida diária, meu relacionamento com o próximo, meu agir na sociedade, devem ser pautados não só por exigências éticas, mas, através delas, pela consideração do valor escatológico que cada ato humano tem?

– É a alegria no Senhor fonte de paz para nossa vida? Ela transborda em amabilidade no trato mútuo, de modo que a comunidade cristã possa ser reconhecida como comunidade de amor?

– Como o cristão é capaz de dar alegria e esperança em nossa sociedade tantas vezes marcada pela inquietação, pelo medo, pela angústia, pela falta de perspectivas de uma imediata renovação?

4º DOMINGO DO ADVENTO (23 DE DEZEMBRO)

MARIA, A MÃE DO PRÍNCIPE DA PAZ

INTRODUÇÃO GERAL

Maria é a Mãe bendita do Senhor. Por sua fé, vivida em profundidade, ela é realmente modelo dos cristãos. Pela missão que recebeu de ser Mãe da humanidade, ela intercede para que o plano de Deus se realize em nossa vida. Esse é um plano de amor que, através do Filho encarnado que assumiu a história com todas as suas contradições, traz a todos o perdão, a comunhão com Deus. Cumpre-se, assim, a profecia de Miqueias acerca de um chefe que instaurará a paz.

COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Mq 5,1-4a)

O texto apresenta, no v. 1, uma promessa. Surgirá de Belém, de Éfrata, um novo chefe.

Éfrata é um clã da tribo de Judá que habitou na região de Belém (cf. Gn 35,19; 48,7; Js 15,59); por vezes, substituiu o nome da aldeia de Belém. Enfatiza-se a pequenez desse lugar, que contrasta com a grandeza da cidade de Jerusalém (cf. Mq 4,2) e com a dimensão da promessa que lhe é feita. Como Belém é a cidade de origem de Davi (cf. 1Sm 16,1-23; 17,12-31), o novo dirigente é descendente desse grande rei. Sua origem antiga é uma referência ao início da dinastia davídica, pertencente já a um passado longínquo.

Nos versículos que seguem, o profeta comenta esse anúncio de Deus. O novo chefe não é chamado de “rei”, mas de “dominador”. Com isso, embora filho de Davi, distancia-se dos reis daquela dinastia, tantas vezes infiéis ao Senhor. A relação desse chefe com Deus aparece na expressão “para mim”, que muitas vezes indica submissão. Ele obedecerá ao Senhor, realizará seu desígnio. O novo chefe governará em nome de Deus, com seu poder; será seu representante. Seu poder será universal, de acordo com as expectativas para o reinado do filho de Davi (cf. Sl 2,8; 71/72,8). Através dele, o povo se estabelecerá estavelmente no país, vivendo em segurança e bem-estar. Ele é o instrumento de Deus para trazer a paz, a plena realização, ao povo eleito (cf. Is 9,6; Zc 9,10) (v. 3).

A restauração pertence a um futuro indeterminado, advirá após um tempo de provação, quando o povo eleito ficará entregue às suas próprias forças e decisões (v. 2). A mudança de situação ocorrerá quando uma parturiente der à luz (v. 2). Mq 4,10-11 chama Jerusalém de “parturiente”, que sofre dores de parto ao ir cativa para Babilônia; depois ela retornará. Se a parturiente de 5,2 é a cidade de Jerusalém, então primeiro os judeus serão de lá libertados, para depois terem lugar a promessa do novo chefe davídico e a reunião dos exilados com os judeus que ficaram na terra (ou a reunião do antigo reino do Norte com o reino de Judá). Outra interpretação entende que a parturiente é a mãe do chefe prometido, descendente de Davi. O texto estaria relendo a profecia do Emanuel (cf. Is 7,14) e aplicando-a a um tempo posterior. A tradição cristã viu nas características desse chefe prometido e na missão que lhe é outorgada a figura de Jesus (cf. Mt 2,6;

Jo 7,42). Identificou, assim, a parturiente com sua Mãe. É nesse sentido cristológico que o texto tem lugar na liturgia de hoje. Ele fala do “Senhor”, do qual Maria é mãe (cf. Lc 1,43).

2. Evangelho (Lc 1,39-45)

Os protagonistas da cena são as duas mulheres. Seus filhos, porém, estão presentes e exercem também papel importante. João salta (de alegria, v. 44), e isso tem um efeito em sua mãe, que fica repleta do Espírito (v. 41). Jesus é aquele que indica quem é Maria: ela é a mãe do Senhor (v. 43); ela é “bendita” porque seu filho é “bendito” (v. 42).

Das duas mulheres, Maria é posta em evidência, e isso sob vários títulos:

Maria é “bendita entre todas as mulheres” (v. 42), uma expressão semita que expressa que ela é *abençoadíssima*.

Sendo “mãe do Senhor”, ela é implicitamente apresentada como mãe de Deus, já que o nome “Senhor” substituiu, na tradição judaica, o nome santo de Deus revelado a Moisés (cf. Ex 3,14).

Sua palavra a Isabel comunica algo mais que uma simples saudação. Tem como efeito primeiro que João salta *de alegria* no ventre da mãe. Não se trata de um movimento natural, mas da manifestação daquela alegria que, no evangelho de Lucas, indica a chegada da salvação (cf. Lc 2,10). Por isso, entende-se que Isabel tenha sido tocada pelo Espírito (v. 42). Não se diz qual foi a saudação de Maria. Importa tão somente que sua palavra comunica uma realidade salvífica. É sua presença, sua voz (v. 44), e não o conteúdo de suas palavras que produzem esses efeitos em João e Isabel. Pois é a saudação da “cheia de graça”, que traz consigo o Senhor (cf. 1,28).

Ela é aquela que acreditou. Isso a define em relação a Deus. O anjo comunicou a mensagem divina, e ela creu (v. 38), aceitou a palavra, mesmo de algo impossível humanamente. A fé é entrega à Palavra de Deus com a certeza de que ela não falhará, pois Deus é veraz e fiel. Ela se inicia no presente, mas olha para o futuro (“porque... será cumprido”, v. 45). Por isso, a fé compromete a pessoa inteira. Toda a vida de Maria recebe agora novo rumo. Tudo

estará concentrado nesse Filho que ela concebeu, dará à luz, seguirá até a cruz. E, após a ressurreição, ela acompanhará os discípulos de seu Filho, a Igreja nascente (cf. At 1,14).

No quarto domingo do Advento, às portas da celebração do Natal, a Igreja nos faz voltar os olhos para contemplar a Mãe de Deus, em sua grandeza e simplicidade, como aquela que colaborou com todo o seu ser no plano de Deus para a humanidade inteira. Ela se torna, assim, ícone, modelo para aqueles que celebram a vinda do Senhor. Rememorando o nascimento de Jesus na história humana, eles vivenciam sua vinda na sua própria consciência e no coração deste mundo, na expectativa da consumação final do Reino.

Maria, porém, não é somente modelo exterior para o cristão. Como nossa mãe na fé (cf. Jo 19,27), ela colabora para que sejamos moldados à imagem de seu Filho (cf. Rm 8,29), sendo ela mesma a primeira imagem dele.

3. Segunda leitura (Hb 10,5-10)

Confrontando os sacrifícios da Lei com o sacrifício de Cristo, a carta aos Hebreus mostra nessa passagem a superioridade desse último. Os sacrifícios da antiga Lei não eram capazes de eliminar realmente o pecado. Pois, por as vítimas serem animais (ou outros bens criados), não comprometiam em seu íntimo o ser humano. Além disso, entre o animal imolado e Deus não se podia verdadeiramente estabelecer uma comunhão. Os sacrifícios eram representações da entrega que o ser humano queria fazer de si mesmo a Deus.

O sacrifício de Cristo, ao contrário, realiza o perdão e a comunhão de modo definitivo. Porque:

É um sacrifício que engajou a consciência, o coração do Verbo encarnado. É expressão de sua obediência absoluta ao Pai: “vim, ó Deus, fazer a tua vontade” (v. 7.9; cf. Jo 6,38; Lc 22,42). Por isso é aceito, pois realiza o plano de Deus, a sua *vontade*, que é o determinante no ato cultural e o que garante que o sacrifício atinja sua finalidade (v. 10).

Ele inclui todo o ser: surge do amor do Verbo e abarca a humanidade de Cristo, incluindo a realidade de seu corpo (seu ser

histórico todo): “não quero sacrifício e oferta... mas me formaste um corpo” (v. 5). Graças à humanidade assumida pelo Filho de Deus, graças à encarnação, pôde ser oferecido ao Pai o sacrifício que redime a relação entre o homem e Deus. Sendo então uma oferta perfeita, que cumpre totalmente a vontade, o desígnio, do Pai, realiza a santificação do gênero humano – e isso uma vez para sempre, sem precisar ser repetido (v. 10).

Às portas do Natal, Hb 10,5-10 nos lembra que aquele Senhor que celebramos em seu nascimento é o Filho que se fez homem para, tornando-se um de nós, oferecer ao Pai o culto de verdadeira adoração, de louvor e expiação. Sua vinda na carne é obediência ao plano de amor do Pai (cf. Jo 3,16). E, entrando num mundo marcado substancialmente pelo pecado, Ele se oferece como sacrifício de perdão. Restabelece, assim, a comunhão quebrada e a paz.

DICAS PARA REFLEXÃO

– Como posso/podemos colaborar para que a obra do Messias, de estabelecer um reinado de paz na terra, chegue até os confins deste mundo, ao âmago de nossa sociedade e das consciências de nossos irmãos?

– Que importância tem Maria na minha vida pessoal e de minha comunidade? Que relação tenho com a Mãe do Senhor? Como ela pode ser para mim espelho?

– Sei interpretar a vinda do Filho de Deus a esta história dentro do plano do Pai que tanto amou o mundo?

NATAL DO SENHOR – Missa da noite

A GRANDEZA E A HUMILDADE DO MENINO-REI

INTRODUÇÃO GERAL

Isaías anuncia o nascimento de um menino que será o rei através do qual Deus realizará plenamente sua salvação nesta terra. Esse menino é, no Evangelho, Jesus, que, na humildade de seu nascimento, revela a glória de Deus. A segunda leitura apresenta como deve viver o

cristão entre o nascimento e a vinda gloriosa do Senhor no fim dos tempos.

COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Is 9,1-6)

O texto de Isaías se inicia descrevendo o aparecimento de uma grande luz que elimina as trevas nas quais o povo se encontrava (v. 1). Essa luz traz grande alegria (v. 2). Os motivos dessa alegria mostram de que luz se trata:

– v. 3: Deus domina o opressor (o rei assírio que dominava o norte de Israel: cf. Is 8,23). Lembra-se o “dia de Madiã”, quando as tropas de Gedeão venceram os inimigos à luz de tochas (cf. Jz 7);

– v. 4: a guerra é eliminada, possivelmente devido ao afastamento do opressor;

– v. 5: nasce um menino que possui poder de governar. Como Deus realizou a dominação do opressor (v. 3), assim a vinda desse menino-rei será dom e obra do Senhor (v. 6).

Esses motivos estão numa gradação, de modo que o ponto alto é o terceiro motivo. Fala-se de nascimento, mas o menino já recebe o cetro de comando. Trata-se assim, de fato, não de seu nascimento, mas de sua subida ao trono (também no Sl 2,7, o nascimento indica o momento em que o rei assume o poder). O v. 6 menciona os títulos que o rei recebe e que lhe eram dados durante a cerimônia de sua coroação.

O primeiro título, “conselheiro maravilhoso”, fala do rei como aquele que possui sabedoria, conselho, prudência. A referência à “maravilha” lembra os feitos prodigiosos, as ações do Senhor em favor de Israel, sobretudo aquelas realizadas por ocasião da libertação do Egito (cf. Ex 15,11). O menino-rei é, assim, alguém que estabelece planos capazes de realizar as maravilhas que Deus quer operar em favor de seu povo. O segundo título, “Deus forte”, indica que, através desse menino, Deus manifestará sua força, que realiza o direito, a justiça e a paz. O título “pai eterno” fala que o rei deverá ser como um pai para o povo (cf. Is 22,21), e isso deverá ser permanente, durar para sempre. Por fim, “príncipe da paz” indica que, por sua autoridade, ele estabelecerá a tranquilidade política (cf. Is 39,8), eliminará

toda angústia (cf. Is 38,17) e trará o total bem-estar, que inclui a comunhão com Deus (cf. Is 27,5).

A obra desse menino-rei será o oposto da obra do opressor: o opressor domina pela força (v. 3), pela violência (v. 4); o menino-rei agirá segundo o direito e a justiça e dominará estabelecendo a paz (v. 6). Como terá fim a opressão do inimigo, assim será perpétuo o reino inaugurado pelo menino: ele instituirá uma paz sem fim (v. 6a), seu trono será estável para sempre (v. 6b). Tudo isso acontecerá em favor do povo: ele nasceu *para nós*; ele *nos* foi dado – por Deus.

Deus realizará, assim, através do menino-rei da casa de Davi, uma radical transformação da situação em que vivia o povo.

2. Evangelho (Lc 2,1-14)

O Evangelho faz uma releitura do texto de Isaías, apresentando o nascimento de Jesus com solenidade, como o faz o texto de Isaías em relação ao descendente de Davi. Diversas menções preparam o anúncio do nascimento de Jesus e enfatizam esse caráter solene: a menção do decreto do imperador, do censo, do nome do governador, da cidade e da casa de Davi (v. 1-4). Também a menção da glória do Senhor, do anjo e da multidão do exército celeste (v. 13) contribuem para a solenidade do nascimento.

Lucas, como Isaías, dá títulos ao menino esperado. Ele é o *Salvador*, aquele que traz a salvação escatológica (cf. Lc 1,69), que liberta de toda ameaça (cf. Lc 1,71.74s) e comunica a mensagem da salvação (cf. Lc 1,77), realizando o perdão, a comunhão com Deus (cf. At 5,31). E é o *Cristo Senhor*, título de Jesus ressuscitado (cf. Fl 2,9-11), o Messias que porta o nome de Deus (Adonai, Kýrios, Senhor). Esses títulos servem para mostrar Jesus como supremo rei (contraposto ao império romano) que realiza totalmente as promessas feitas a Davi.

Alguns elementos são comuns entre o texto de Isaías e o de Lucas:

- Em ambos, o menino-rei é motivo de alegria e exultação para o povo (cf. Lc 2,10; Is 9,2).

- Em ambos, aparece a luz como manifestação da glória de Deus que vence os poderes das trevas e do caos (em Lc 2,9, a luz envolve os pastores; em Is 9,1, brilha sobre o povo).

- A paz chega ao mundo por ocasião da vinda do menino (cf. Lc 2,14; Is 9,6). Em Lucas, a paz ocorre *na terra*, e a glória de Deus, *nas alturas*. Deus é glorificado, e os homens recebem o dom da paz, a total salvação escatológica. Jesus é o “príncipe da paz” anunciado (Is 9,5). Na proclamação dos anjos, os tempos escatológicos se inauguram.

- O menino é dado *para nós* (cf. Lc 2,11: “nasceu para vós um Salvador”; Is 9,5).

A par das semelhanças, os dois textos apresentam também elementos contrastantes. O mais central é que o texto de Isaías põe o acento da mensagem no aspecto político (a eliminação dos inimigos de Israel) e na entronização do príncipe da paz. Lucas, ao contrário, acentua o aspecto da pobreza e da humildade de um que é Salvador e Senhor, mas que se manifesta na realidade de uma modesta família de Nazaré. Um recém-nascido que tem por berço uma manjedoura (v. 7) e é anunciado a simples pastores, durante seu trabalho noturno (v. 8-9). Tal comparação indica para o cristão que é necessário saber reconhecer e encontrar Jesus Cristo, o menino-rei, que, apesar de possuir atributos divinos, aparece nas mais escondidas condições da vida cotidiana. Ele deve ser procurado não no esplendoroso, mas nos pequenos, nos sem voz, sem reconhecimento.

3. II leitura (Tt 2,11-14)

A brevidade da segunda leitura contrasta com a densidade de sua mensagem.

A graça de Deus se manifestou (v. 11). Não se trata só de um *ato* de benevolência, de *algo* que Deus faz; mas de *Alguém*. A graça que se manifestou é o próprio Jesus. Ele é a graça encarnada, a visibilização tangível do amor infinito e gratuito de Deus, que realiza a salvação de todos.

Embora a salvação seja oferecida gratuitamente, ela instrui o ser humano e o orienta para uma vida que corresponda ao dom ofe-

recido: abandonar a impiedade (que é o contrário da reverência a Deus) e as paixões, os desejos mundanos (que contrariam a santidade de Deus), e viver já aqui uma vida honesta, justa e santa. Tudo isso deve acontecer dentro de uma orientação teológica: para Deus (v. 13). Não se trata de um moralismo (cumprimento exterior de normas), mas de viver *a partir* da graça que se manifestou (o Senhor que se entregou por nós, nos remiu, nos purificou, v. 14) e *voltados* para o futuro, para sua manifestação gloriosa: “aguardamos a bendita esperança”, que é a “manifestação da glória de nosso grande Deus e Salvador” (v. 13).

Jesus é “nosso grande Deus e Salvador”. Essa é uma das confissões de fé mais concisas e, simultaneamente, de mais ampla dimensão em todo o Novo Testamento. Ao mesmo tempo, esse Deus que vem na glória é “nossa bendita esperança” (v. 13; cf. 1Tm 1,1; Cl 1,27), pois não veio, em sua encarnação, para esmagar o pecador, mas para levá-lo à verdadeira vida. Entre o Natal e a parúsia, o cristão é chamado a viver uma vida digna, insuflada e moldada pela graça de Deus que se oferece e já se realiza em nós e pela esperança da manifestação final do Senhor.

Com essa mensagem, a segunda leitura esclarece e aprofunda quem é aquele que nasceu em Belém. É o Senhor, o Messias, o Salvador, o nosso grande Deus. Convida-nos, dessa forma, a adorá-lo em sua grandeza que se revela na sua pequenez.

DICAS PARA REFLEXÃO

– Sabemos nós reconhecer Jesus no pequeno, no fraco, naquele que nos incomoda, que não tem títulos?

– Sabemos reconhecer Jesus como nosso grande Deus e Senhor? Ou ele se tornou para nós algo tão corriqueiro que já nem nos damos mais conta de sua divina Pessoa?

– “Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens que Ele ama” (Lc 2,14). Que relação há entre Deus que é glorificado e a paz que acontece na sociedade humana? Como podemos contribuir para que a paz aconteça na terra?

NATAL DO SENHOR – Missa do dia

NO VISÍVEL, VEMOS A INVISÍVEL
GLÓRIA DE DEUS

INTRODUÇÃO GERAL

Jesus Cristo é o ponto máximo da revelação de Deus. Igual a Deus (2ª leitura), comunicou-nos sua vida divina. É essa a melhor notícia que a humanidade poderia receber (1ª leitura) e pela qual, desde os seus primórdios, sempre esperou: o Verbo de Deus se encarna e nos dá o poder de nos tornarmos filhos de Deus. Nós o acolhemos pela fé, que nos faz experimentar algo da glória de Deus (Evangelho).

COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Jo 1,1-18)

O prólogo do Evangelho de São João fala da Palavra que, existindo em Deus, vem a este mundo. Um dos pontos fortes de sua mensagem encontra-se nos vv. 10-13. Eles apresentam o contraste entre aqueles que aceitam e os que rejeitam a vinda da Palavra feita homem. A Palavra de Deus, no prólogo de São João, não é só aquela por meio da qual o cosmo e o *habitat* humano foram feitos (v. 3.10), mas aquela que é a vida e que a comunica à humanidade (v. 3). Ela veio ao mundo humano (“estava no mundo”, v. 10), mas – eis o paradoxo! – a humanidade, criada por meio dela e que dela tinha a vida, não a reconheceu (v. 10) em sua dignidade divina (v. 1) e em sua condescendência que a fez vir ao seu encontro (“ela veio”, v. 11a). Não se fala que sua obra ou sua mensagem não foram aceitas, mas que sua Pessoa não foi aceita. Como é sério que a humanidade – uma parte dela – possa rejeitar Aquele que lhe vem ao encontro como fundamento da vida! Por que o fizeram? O texto não explica, apenas descreve o acontecimento, como se ele não precisasse de explicação ou, em outras palavras, como se ele fosse (considerado em si mesmo) inexplicável.

Esse mesmo pensamento volta no v. 11, mas de forma mais enfática, pois são precisamente os “seus” que não o aceitam. Também

aqui se trata da humanidade inteira. Ela é “sua”, pertence à Palavra de Deus, pois foi criada por meio dela e dela recebeu a luz (v. 4.9). Mais tarde, o mesmo Evangelho dirá que é a humanidade amada até o extremo do amor (Jo 13,1: “ele, que amara os *seus* que estavam no mundo, amou-os até o extremo”). Essa humanidade não recebeu em seu “mundo” o Verbo que é Senhor do mundo e da humanidade.

Houve, no entanto, quem o recebesse (v. 12). Fica claro, assim, que Deus deixou uma possibilidade de opção. A história é o lugar da decisão humana. Aqueles que se encontravam nas trevas (v. 4) podiam acolher a luz. “Enquanto estou no mundo, sou a luz do mundo”, disse Jesus (Jo 9,5); e completou afirmando que essa presença da luz exige um discernimento entre aqueles que a recebem e os que a rejeitam (cf. Jo 9,39).

Fica claro igualmente que acolher a Palavra traz uma consequência maravilhosa: receber o poder de se tornar filho de Deus. A Palavra dá essa capacidade, como que transfere um poder que lhe é próprio (ele é o Filho Unigênito do Pai: v. 14) aos que a acolhem. Isso acontece pela fé (v. 12: “os que creem em seu nome”), que é a atitude fundamental para a salvação: “A obra de Deus é que acrediteis naquele que Ele enviou” (Jo 6,29); “Todo o que nele crer... tenha a vida eterna” (Jo 3,15); “Quem crê em mim, ainda que morra, viverá... Crês nisso?” (Jo 11,25-26).

Essa fé, na prática da Igreja dos inícios, leva ao batismo, que é nascimento não segundo a natureza, mas nascimento “de Deus” (v. 13; cf. Jo 3,3: “nascer do alto”).

Num mundo que tantas vezes rejeita, teoricamente ou na prática, o Filho de Deus encarnado, é fundamental renovar nossa opção de fé, recebê-lo. Ele não veio de forma esplendorosa, impondo-se por uma presença cheia de poder. Mas, na simplicidade da vida humana que assumiu, tanto mais apela a que ultrapassemos o imediato e cheguemos a reconhecê-lo em sua realidade escondida. Na fé que nos torna filhos de Deus, podemos, na sua vida humana, “ver a sua glória”, a “glória que Ele possui como Unigênito do Pai” (v. 14).

A celebração do Natal é apelo a renovar em nós a consciência de, no Filho Unigênito, sermos filhos de Deus. E como o Verbo veio ao mundo revelar quem é Deus, quem é Deus para nós e quem somos nós, quem somos nós para Deus, assim, cada um é chamado a entrar nessa dinâmica e levar a todos que encontramos, à sociedade em suas estruturas, às culturas, a Boa Notícia de um Deus que se faz próximo e que deseja ser recebido, para levar todos à plenitude da vida. Experimentando seu divino poder (sua glória), tornamo-nos testemunhas da Palavra que se fez carne e não só viveu neste mundo, mas ainda hoje vive (invisível, mas realmente) entre nós.

2. I leitura (Is 52,7-10)

O texto de Isaías apresenta a grande exultação proveniente da boa notícia de que o povo pode finalmente retornar à sua terra, pois terminou o exílio na Babilônia. É um alegre anúncio, que traz uma realidade nova. Não só os pés são belos, mas o que acontece, o anúncio da Boa Notícia. O mensageiro traz a notícia de algo que já aconteceu, que já está se realizando. E o centro de sua mensagem é: “Teu Deus reina”, ele é o Senhor.

À voz do mensageiro une-se então a voz das sentinelas. Elas gritam de alegria, pois *veem* Deus que retorna a Sião. É um modo de falar da certeza e da realidade da vinda de Deus, que, concretamente, significa que os exilados retornarão e reconstruirão a cidade de Jerusalém, que se encontra semidestruída.

Por fim, levantam a voz as “ruínas de Jerusalém”. O povo que ficou na terra e também os que foram para o exílio se rejubilam com a nova época que está começando. Deus consolou o seu povo, mudou sua situação (v. 9). Manifestou, assim, sua força aos estrangeiros (os babilônios e todos os que testemunharam a derrota de Babilônia e a volta dos exilados), que reconheceram então o poder de Deus que salva seu povo (v. 10).

No Novo Testamento, não se trata mais de Deus que retorna a Sião, mas do Verbo que “sai” de sua transcendência e vem à humanidade, para revelar a todos a Boa Notícia. Natal não é um acontecimento

intimista. Mas, celebrado no coração, pessoalmente, embora no seio da comunidade eclesial, tem dimensões universais. Como tal, deve ser vivido, testemunhado, anunciado. Natal é apelo à missão, ao anúncio que porta alegria, que renova as ruínas deste mundo, transformando-as de trevas em luz, levando-as ao máximo do que a humanidade pode desejar: a comunhão com Deus – a transbordar para todas as realidades.

3. II leitura (Hb 1,1-6)

Enquanto o prólogo de São João acentua o Verbo na sua preexistência e em sua vinda na história, o início da carta aos Hebreus põe em relevo a Palavra como ponto ômega da revelação de Deus, dirigida a nós (“falou-nos”) “nestes dias que são os últimos” (v. 1). Insiste na dignidade, superior a tudo, dessa última e definitiva Palavra de Deus, Jesus:

- Tudo pertence a ele, ele é o herdeiro de tudo; por ele todo o universo foi criado (v. 2);
- Ele é a imagem pura e esplendorosa da glória, da transcendência e da beleza fascinante do Pai (v. 3) e, nisso, é igual ao Pai;
- Tendo realizado a salvação do gênero humano, está à direita do Pai, partilhando o mesmo poder (v. 3);
- Dá continuamente a todo o universo a possibilidade de existir (v. 3);
- É superior aos anjos (v. 4-6), pois é o próprio Deus.

Essa palavra, essa mensagem, fala diretamente a cada um, interpela pessoalmente (v. 2) e de cada um quer receber uma resposta.

No Natal, contemplamos a fraqueza de um recém-nascido. Deciframos na fé sua identidade divina, a beleza da glória do Pai que se visibiliza na sua vida humana. É-nos dado experimentar algo da sua glória (cf. Jo 1,14). Podemos, então, avaliar melhor a bondade que o fez assumir nossa indigência. E assim cremos que ele assume também toda a fragilidade de nossa existência, da vida, da história e, nela e através dela, é capaz de mostrar seu poder, pelo qual nós somos transformados (cf. Hb 2,10-11; 3,14; 6,19).

DICAS PARA REFLEXÃO

– Como a celebração do Natal pode nos ajudar a crescer na fé em Jesus, na nossa aceitação de sua Pessoa e de seu Evangelho?

– “O próprio Espírito se une ao nosso espírito para testemunhar que somos filhos de Deus” (Rm 8,16). Estamos abertos a essa voz? Quais as consequências de, na vida cotidiana, sabermos que somos filhos de Deus: no nosso modo de agir, de falar, de pensar e no nosso modo de tratar os irmãos?

– Sabemos viver e anunciar o Evangelho como anúncio que traz alegria, que é capaz de renovar as ruínas de nossa vida, de nossa convivência fraterna, de nossos ambientes de trabalho, enfim, de toda a sociedade?

SAGRADA FAMÍLIA (30 de dezembro)

A FAMÍLIA, COMUNIDADE QUE VIVE
AMOR E COMPROMISSO

INTRODUÇÃO GERAL

Os textos de hoje acentuam as relações familiares. Estas devem estar fundamentadas no amor que vem de Deus, para que a família possa realmente ser comunidade onde cada um é amado e respeitado. Fundamental para a própria sociedade, a família assim alicerçada contribui de modo essencial para a harmonia e a construção da vida humana.

COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Lc 2,41-52)

Os pais de Jesus são judeus piedosos, observantes da Lei, que peregrinam a Jerusalém (cf. Ex 23,14-17) e conduzem seu filho. Entre 12 e 13 anos, o Menino deveria começar a observar os mandamentos mais sérios. Maria e José são solícitos pelo Menino. Mas a peregrinação era feita em grupos, normalmente de parentes, que poderiam ser numerosos. Daí a possibilidade de os pais suporem que Jesus estivesse com as outras crianças e adolescentes da família.

Por que Jesus ficou em Jerusalém? Não foi um mero ato de independência de um adolescente. No entanto, trouxe preocupação a seus

pais. É Maria quem o interroga (não José). Ela procura entender; ao mesmo tempo, sua pergunta tem um tom de dor, de angústia e exigência materna. Ela não esperava tal ato de Jesus: “Meu filho...” (v. 48). E não fala só de sua parte: há uma grande compreensão entre Maria e José, e os dois sofrem juntos: “por que fizeste assim *conosco*?”. Ela reverencia José, mencionando-o primeiro: “teu pai e eu” (v. 48).

A resposta de Jesus mostra uma surpresa e, ao mesmo tempo, uma distância. Não de rebeldia; adolescente, ele era obediente a seus pais (v. 51). Mas deixa claro que sua vida, já na adolescência, está marcada pelo absoluto da vontade do Pai: “devo... meu Pai” (v. 49). A essa vontade ele nada pode antepor. O que ele mais tarde dirá aos discípulos, colocando-os em referência a si mesmo, é que ele vive já antes em sua relação com seus pais, referindo-a ao Pai: “Quem amar pai e mãe mais do que a mim...” (Mt 10,37). Sua resposta opõe o “teu pai” (José) ao “meu Pai”. Ele reconhece José como seu pai (jurídico), presta-lhe obediência, mas seu Pai real é aquele que é o senhor do Templo, onde ele permanece. Poder-se-ia dizer que as duas formas de obediência não estão desligadas entre si. Ele se submete a seu pai adotivo porque reconhece acima de si a vontade do Pai. A autoridade dos pais sobre os filhos e a obediência destes é reflexo da paternidade de Deus e da nossa filiação para com Deus.

Abrigado por seus pais, Jesus desenvolve-se humana e espiritualmente, até chegar o momento do início de sua missão pública (v. 52).

A família é comunidade de amor, de estima mútua, onde Deus é o referencial para todos, Deus e seu amor. É escola de amor, de autossuperação, de fidelidade aos compromissos assumidos, de desenvolvimento humano e espiritual. Hoje é infelizmente tão comum o drama de famílias que sofrem pela separação dos pais ou pela conduta dos genitores, que prejudica a comunidade do lar. Diante disso, cabe a nós, primeiramente, oferecer o auxílio de nossa oração, seja pelos que se preparam para constituir família, seja pelas famílias que sofrem, pelos filhos e pelos cônjuges. Todos podem contar com o apoio da família de Na-

zaré. Além disso, cabe à comunidade eclesial apoiar as famílias para que se desenvolvam sempre mais no amor, possam superar dificuldades, restaurar os elementos fraturados, renovar o compromisso e o dom recíproco.

2. I leitura (Eclo 3,3-7.14-17a)

O texto é dirigido a pessoas adultas, que devem observar a Lei. Trata do cuidado para com os pais, especialmente os idosos. O amor e o dever de cuidar não cessam quando o filho se torna emancipado da família de origem, mas permanece o dever de gratidão. A principal atitude inculcada no texto é a de “honrar” os pais. Um dos dez mandamentos (cf. Ex 20,12; Dt 5,16) é aqui concretizado e explicitado, evocando a ternura que deve reinar na família.

No plano humano, quem honra os pais terá alegria com os próprios filhos (v. 5). No plano religioso, o amor aos pais perdoa os próprios pecados (v. 3.14-15); quem os honra será atendido quando rezar (v. 5.15). A relação com os pais toca em Deus: quem os honra, os venera, honra a Deus (v. 7). Por quê? Os filhos são dados por Deus e por isso devem agradecer a vida a Deus, honrando, respeitando, amando, seus pais.

Atualmente, a idade avançada, mais frequente que no passado, traz consigo também o desafio do amor gratuito, quando os pais não podem mais, humanamente, oferecer uma recompensa. É então o momento de os filhos, não sem sacrifícios, oferecerem o conforto de sua presença, o consolo de seu sincero amor filial e a busca de propiciar-lhes um envelhecimento digno e de minorar seus sofrimentos. Tal tarefa é exigente, e só se consegue levá-la adiante com êxito se vivida com o amor que vem de Deus.

3. II leitura (Cl 3,12-21)

O texto traz exortações à comunidade cristã e uma orientação para os relacionamentos familiares. A primeira parte, exortativa, põe a ênfase no amor fraterno. O acento está na reciprocidade do amor e em suas manifestações concretas: bondade, compaixão, humildade, mansidão, longanimidade, um elenco de virtudes que exigem grande empenho pessoal (v.

12). Para tanto, porém, há uma forte motivação. O motivo último do amor não é jamais o próximo (o que ele é, o que fez ou não a mim etc.), mas a nova condição do cristão: Deus me santificou, me escolheu, me amou. Amo porque me sei amado primeiro, e porque Cristo recriou meu ser. Posso, assim, viver a caridade que vem do Cristo, o amor paciente, humilde, que não guarda rancor, que “tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta” (cf. 1Cor 13,4-7).

Nessa história, o amor conhece os limites das pessoas e dos relacionamentos humanos. Por isso, faz parte do amor suportar-se mutuamente e perdoar. Também aqui o motivo é transcendente: perdoar como o Senhor perdoou (v. 13). E como Ele o fez? Perdoou totalmente, sem exigir nada a não ser a abertura e o acolhimento. Um perdão gratuito, sem limites, onde não se conta quantas vezes se perdoou (setenta vezes sete!). O perdão expressa de modo particular o amor: é o amor que persiste dando, doando, *per-doando*. E, assim, o amor supera qualquer expectativa e se constitui na união máxima entre seres por vezes tão diferentes. É ele que mantém a comunidade unida e a leva à perfeição (v. 14). A paz, que é dom de Cristo, surge então como consequência dessa vivência recíproca do amor. Sendo Deus a fonte de todo amor, cabe ao cristão, que vive nesse amor, agradecer a Deus (v. 15).

A segunda parte da exortação frisa a importância de se ter uma vida modelada pelo Evangelho. A Palavra de Cristo, seu Evangelho, deve habitar no cristão como num santuário (v. 16). Se é assim, na comunidade os membros se edificam mutuamente: pela instrução mútua; pela celebração em conjunto (salmos, hinos, cânticos), em ação de graças. Tudo isso transborda no falar e agir, que tem sempre sua origem no Senhor e é feito por causa dele (v. 16-17).

Os v. 18-21 concentram-se nas relações familiares. A família, parte da comunidade cristã, já deve viver aqueles valores expressos nas exortações dos v. 12-17. A carta não deixa completamente as categorias e modelos

sociais de sua época, a marcada subordinação da esposa ao esposo e dos servos aos senhores (cf. 3,22-4,1). No entanto, já dá início a um movimento de superação desses condicionamentos culturais, ao permeá-los pelo Evangelho. Dessa maneira, se a mulher devia estar subordinada ao marido, isso se deveria dar “como convém no Senhor” e não segundo um modelo social qualquer. Não se explica o que “convém no Senhor”, como se fosse coisa já conhecida pela comunidade. Mas as exortações ao amor mútuo feitas imediatamente antes oferecem indicações nesse sentido. De forma paralela, também os maridos devem “amar suas esposas”, um modo de falar que não era tão comum na época – e, mais, com o amor cristão delineado nos v. 12-15.

A mesma relação de amor recíproco deve permear o relacionamento entre pais e filhos (v. 20-21).

DICAS PARA REFLEXÃO

– Como nossa comunidade está sendo ou pode ser apoio para:

Crianças, adolescentes e jovens que sofrem em suas famílias?

Casais em dificuldade de relacionamento – e também em dificuldades de saúde, dificuldades financeiras...?

Pais/mães em sua missão de educar e de formar de modo humano e cristão seus filhos?

Os anciãos que não contam com o apoio de suas famílias?

Pais ou mães que assumem sozinhos, sem o cônjuge, a tarefa de conduzir seus filhos?

– Em que pontos minha família deve ser renovada pelo amor de Deus, para que cresça como comunidade de amor que irradia para a sociedade a paz que vem de Deus? Que passos dar no caminho dessa renovação?

– Como realizar a pastoral de adolescentes e jovens, a fim de que possam, com maturidade, assumir a futura vida matrimonial, os compromissos familiares e a educação dos filhos?